



Announcement | Lisbon | 30 March 2015

Material facts disclosed by Oi

Portugal Telecom, SGPS S.A. hereby informs on the Material facts disclosed by Oi, S.A. related to the notice of Shareholders Meeting and management proposal, according to the company's announcements attached hereto.

Portugal Telecom, SGPS, SA
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisbon
Portugal

Public company
Share capital Euro 26,895,375
Registered in the Commercial
Registry Office of Lisbon
and Corporation no. 503 215 058

Portugal Telecom is listed on the
Euronext and New York Stock
Exchange. Information may be
accessed on the Reuters under the
symbols PTC.LS and PT and on
Bloomberg under the symbol PTC.PL.

Luis Sousa de Macedo
Investor Relations Director
pt-ir@telecom.pt
Tel.: +351 21 500 1701
Fax: +351 21 500 0800

Oi S.A.
CORPORATE TAXPAYERS' REGISTRY (CNPJ/MF) No. 76.535.764/0001-43
BOARD OF TRADE (NIRE) No. 33 3 0029520-8
PUBLICLY-HELD COMPANY

CALL NOTICE

ORDINARY GENERAL SHAREHOLDERS' MEETING

The Board of Directors of **Oi S.A.** (the "Company") calls the shareholders of the Company to attend the Ordinary General Shareholders' Meeting to be held on April 29, 2015, at 11:00 a.m., at the Company's headquarters, located at Rua Lavradio No. 71, *Centro*, in the City and State of Rio de Janeiro, to decide on the following

Agenda:

- 1) acknowledge the management accounts, examine, discuss and vote on the Management Report and Financial Statements for the year ended December 31, 2014, accompanied by the report of the Independent Auditors and the report of the Fiscal Council;
- 2) examine, discuss and vote on the Management Proposal for the allocation of net income for the year ended December 31, 2014;
- 3) determine global annual compensation for Management and the members of the Company's Fiscal Council; and
- 4) elect the members of the Fiscal Council and their respective alternates.

GENERAL INSTRUCTIONS:

1. The documentation relating to the Agenda items are available for examination by shareholders at the Company's headquarters and on its investor relations website (www.oi.com.br/ri), as well as through the website of the Brazilian Securities Regulator (*Comissão de Valores Mobiliários*, the "CVM") (www.cvm.gov.br), in accordance with CVM Instruction 481/09.

2. Shareholders wishing to personally participate or be represented by an attorney-in-fact in the Ordinary General Shareholders' Meeting must deliver the following documents to **the Company's General Management and Corporate M&A Department**, located at Rua Humberto de Campos No. 425, 5th floor, Leblon, in the City and State of Rio de Janeiro, between 9:00 a.m. and 12:00 p.m. or between 2:00 p.m. and 6:00 p.m., at least 2 business days before the Meeting takes place: (i) for legal entities: notarized copies of the legal entity's Articles of Incorporation, Bylaws or Articles of Association, minutes recording the election of its Board of Directors (if one exists) and minutes recording the election of its Executive Officers that include the election of the legal representative(s) that will be present at the Meeting; (ii) for individual persons: notarized copies of the shareholder's identification document and Brazilian taxpayer's registry (CPF); and (iii) for

investment funds: notarized copies of the fund's regulations and the Bylaws or Articles of Association of the fund's manager, as well as minutes recording the election of the legal representative(s) that will be present at the Meeting. In addition to the documents listed in items (i), (ii) and (iii) above, as the case may be, if a shareholder is being represented by an attorney-in-fact, the respective notarized proxies, conferring special powers, must also be delivered, as well as notarized copies of the identity documents and minutes recording the election of the legal representative(s) that will sign the proxy form, as well as the identity documents and Brazilian taxpayer registry of the person(s) acting as proxy. These measures are intended to expedite the process of registration of the shareholders present at the Meeting.

3. Shareholders whose shares are registered under the Stock Exchange's Fungible Custody of Registered Shares (*Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores*) and who wish to attend this Meeting must present a statement of share ownership, issued by their custodian, dated at least two business days prior to this Meeting.

Rio de Janeiro, March 30, 2015.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Chairman of the Board of Directors

**THE MANAGEMENT PROPOSAL PRESENTED BELOW IS IN PORTUGUESE.
WE ARE WORKING ON THE ENGLISH TRANSLATION TO BE PUBLISHED IN THE NEXT DAYS.**



Oi S.A.
CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43
NIRE 3330029520-8
Companhia Aberta

Proposta da Administração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2015, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

Senhores Acionistas,

A administração da Oi S.A. (“Companhia”) vem apresentar aos seus Acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29/04/2015:

(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal

A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2014, e, após atenta consideração, aprovem os referidos documentos, que encontram-se disponíveis no site da Companhia e no site da CVM, nos termos da Instrução CVM nº 481/09,

juntamente com o parecer dos auditores independentes, o formulário das demonstrações financeiras padronizadas – DFP – e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014

A administração da Companhia propõe que seja aprovada a destinação para o resultado do exercício encerrado em 31/12/2014, nos termos constantes dos documentos anexos a esta proposta.

(iii) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia

A administração da Companhia propõe que seja aprovada a seguinte proposta de valor global anual de Remuneração para a Administração e Conselho Fiscal: verba global anual (i) para o Conselho de Administração, no valor de até R\$8.369.802,00; (ii) para a Diretoria, no valor de até R\$50.371.865,00; e (iii) para o Conselho Fiscal, no valor de até R\$605.455,00.

(iv) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes

A administração da Companhia propõe que sejam eleitos, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2016, os seguintes membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, cujos currículos constam do item 12.8 do Formulário de Referência da Companhia anexo a esta proposta:

EFETIVOS	SUPLENTES
Allan Kardec de Melo Ferreira	Newton Brandão Ferraz Ramos
Aparecido Carlos Correia Galdino	Sidnei Nunes
Umberto Conti	Alcinei Cardoso Rodrigues

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2015.

Conselho de Administração

ANEXO I
(Edital de Convocação)

Edital de Convocação.....	5
---------------------------	---

ANEXO II
(ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

Comentários dos diretores sobre as condições financeiras/patrimoniais	7
Resultado operacional e financeiro	68
Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras	74
Mudanças nas práticas contábeis, ressalvas e ênfases	78
Políticas contábeis críticas	92
Controles Internos.....	96
Destinação de Recursos de ofertas públicas	97
Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.....	98
Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	99
Plano de negócios	99
Outros Fatores Relevantes	111

ANEXO III
(PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09)

Proposta para Destinação do Lucro Líquido, nos Termos do anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09	112
---	-----

ANEXO IV
(ITEM 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

Composição e experiência profissional do conselho fiscal.....	117
Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	118

Currículos dos indicados pelo Acionista Controlador para (re)eleição, como membros do Conselho Fiscal da Companhia	119
Relação Familiar	120
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.....	120

ANEXO V

(Item 13.1 a 13.16 do Formulário de Referência)

Política e pratica de remuneração	122
Remuneração total por órgão	131
Remuneração variável	134
Plano de remuneração baseado em ações	136
Participações detidas, por órgão	141
Remuneração baseada em ações	142
Opções em aberto	142
Opções exercidas e ações entregues	142
Precificação das ações/opções	142
Plano de Previdência	143
Remuneração máxima, mínima e média	143
Mecanismos remuneração/indenização (Remuneração com base em contratos)	143
Percentual partes relacionadas na remuneração	144
Remuneração – outras funções	144
Remuneração reconhecida – controlador	144
Outras informações Relevantes	145

ANEXO I

Edital de Convocação

Oi S.A.

CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43

NIRE 33 3 0029520-8

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração da **Oi S.A.** ("Companhia") convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 2015, às 11h, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio, 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**:

- 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;
- 2) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- 3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; e
- 4) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação relativa às matérias da Ordem do Dia está à disposição na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), na forma da Instrução CVM 481/09, para exame pelos senhores Acionistas.
2. Solicita-se ao acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador proceder ao depósito dos seguintes documentos, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, das 9h às 12h e

das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, **aos cuidados da Gerência Societário e M&A**: (i) quando Pessoa Jurídica: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A medida destina-se conferir celeridade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia.

3. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2015.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

ANEXO II
ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia)

10.1. Comentários dos diretores sobre:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para oferecer um leque de produtos de comunicações integrado que inclui telefonia fixa, móvel, transmissão de dados (inclusive banda larga), serviços de internet e ISP, TV paga, e outros serviços, para clientes residenciais, empresas de pequeno, médio e grande porte, e órgãos governamentais, assim como cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo.

A Companhia acredita que seu atual capital de giro é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 (doze) meses.

A liquidez geral da Companhia, medida pela soma dos ativos circulantes e não circulantes menos a soma do passivo circulante e do não circulante era de 19.311 milhões em 31 de dezembro de 2014; 11.524 milhões em 31 de dezembro de 2013; 11.109 milhões em 31 de dezembro de 2012.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de (i) R\$21.438,2 milhões, representado por 286.155.319 ações ordinárias e 572.316.691 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2014, (ii) R\$7.471,2 milhões, representado por 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2013, e (iii) R\$7.308,8 milhões, representado por 599.008.629 ações ordinárias 1.198.077.775 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2012.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 30 de abril de 2014 e 5 de maio de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$13.960 milhões (sendo R\$8.250 milhões em espécie e R\$5.710 milhões através de ativos da PT Portugal), mediante a emissão e subscrição de 2.262.544.570 ações ordinárias e 4.525.089.141 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 18 de novembro de 2014, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie foi grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. As ações de emissão da Companhia negociadas na NYSE na forma de ADSs também foram objeto do grupamento de ações, obedecendo à mesma proporção estipulada para o grupamento das ações no Brasil, de forma que os ADSs continuarão sendo negociados na proporção de um ADS para cada ação.

Como resultado do grupamento, as 2.861.553.190 ações ordinárias e 5.723.166.910 ações preferenciais passaram a representar 286.155.319 ações ordinárias e 572.316.691 ações preferenciais, respectivamente.

Em regra, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo asseguradas prioridades no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia, ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior.

A estrutura de capital da Companhia, em termos de percentual de capital próprio e de capital de terceiros era a seguinte: em 31 de dezembro de 2014, 19% de capital próprio e 81% de capital de terceiros; em 31 de dezembro de 2013, 16% de capital próprio e 84% de capital de terceiros; em 31 de dezembro de 2012, 16% de capital próprio e 84% de capital de terceiros.

Não há previsão estatutária para o resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas, podendo este, portanto, ocorrer nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações.

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de fevereiro e 10 de agosto de 2012 foi aprovada a emissão, para fins de bonificação, de ações preferenciais resgatáveis classes "B" e "C", possuindo estas os mesmos direitos previstos no Estatuto Social para todas as classes de ações preferenciais, sendo que as ações preferenciais classe "B".

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

i) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 5 de maio de 2014, a Companhia adquiriu a PT Portugal, e desde então, consolidava integralmente seus resultados, ativos e passivos. Com a alienação das ações da PT Portugal para a Altice e aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel, mencionado no item ii abaixo, a Companhia classificou as operações da PT Portugal e as operações em África como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, em conformidade com o CPC 31/IFRS 5.

Adicionalmente, por representar uma importante linha de negócios separada, os resultados das operações da PT Portugal, do período de 5 de maio a 31 de dezembro de 2014, são apresentadas como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado. A rubrica "Operações descontinuadas" na demonstração do resultado inclui perdas de R\$ 4.164.478 relacionado ao ajuste do valor contábil da PT Portugal ao seu preço de venda deduzido das despesas relacionadas.

As operações em África são consolidadas na demonstração do resultado desde 5 de maio de 2014.

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

ii) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As demonstrações financeiras da Companhia tiveram impactos decorrentes das aquisições e alienações de participações societárias, sendo a mais relevante as descritas abaixo. Para informações adicionais sobre essas operações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

PT Portugal

Em maio de 2014, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("PT SGPS" ou "PT"), foi aprovado o aumento de capital da Companhia mediante integralização pela PT da totalidade das ações da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal").

A PT Portugal e suas controladas operam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimídia, em Portugal (denominado segmento operacional "Telecomunicações em Portugal") e em outros países da África e da Ásia (denominado segmento operacional "Outros negócios").

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e a Altice Portugal S.A. ("Altice PT"), subsidiária integral da Altice S.A., ("Altice"), celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da PT SGPS aprovaram que a Oi aliene a integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, nos termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

Pela operação aprovada, a Oi alienará à Altice a totalidade das ações de emissão da PT Portugal, pelo valor da empresa ("enterprise value") correspondente 7,4 bilhões de Euros, com ajustes de caixa e dívida, incluindo a previsão de um pagamento diferido ("earn-out") de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal. O preço a ser pago pela Altice sofrerá ajustes usualmente adotados em operações similares, de acordo com a posição de caixa da PT Portugal no fechamento da operação.

A efetiva alienação das ações da PT Portugal ainda está sujeita à conclusão de atos de reorganização societária com o objetivo de delimitar os negócios que serão alienados e de segregar os investimentos da PT Portugal que não serão alienados, incluindo os investimentos na Africatel GmbH & Co. KG, na Timor Telecom S.A. e os investimentos detidos pela PT Portugal na Rio Forte Investments S.A. (os quais são objeto da permuta com a PT por ações da Oi), bem como todo ou parte do endividamento da PT Portugal, assim como à obtenção das autorizações concorrenciais necessárias, na forma da lei aplicável.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para alienação das participações da Companhia na Africatel Holdings B.V. ("Africatel"), representativas de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco S.à.r.l ("Samba Luxco"), uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

GlobeNet

Em dezembro de 2013, a Companhia anunciou a conclusão da operação de transferência da totalidade de sua participação societária na GlobeNet ao BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. A liquidação financeira da operação no valor de R\$1.779 milhões ocorreu em janeiro de 2014.

O ganho na venda da GlobeNet foi registrado em dezembro de 2013 em outras receitas operacionais, no montante de R\$1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação.

Torres Móveis

Em 3 de dezembro de 2013, a Companhia firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detinha 2.007 torres de telecomunicações de telefonia móvel. A conclusão da transação ocorreu em 31 de março de 2014 e o ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,3 bilhão.

Em 24 de junho de 2014, a Companhia firmou um novo acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detinha 1.641 torres de telecomunicações de telefonia móvel. A conclusão da transação ocorreu em 1 de dezembro de 2014 e o ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,1 bilhão.

Reorganização Societária

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), TMAR, Coari Participações S.A. ("Coari") e Companhia) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Companhia, que passou a concentrar todas as participações acionárias da época nas Companhias Oi e passou a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

Em continuidade ao processo de reorganização societária, em fevereiro de 2014 a TNL PCS (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela Oi Móvel (operadora de telefonia móvel da Região II). Como resultado da incorporação, a Oi Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel da Oi no Brasil.

Para descrição mais detalhada da reorganização societária, vide item "6.5" deste Formulário de Referência.

ii) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, que tivessem causado impacto ou venham a causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

As ações da Companhia possuíam também direito de voto e prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, enquanto as ações preferenciais classe "C" conferiam aos seus titulares prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 3% do patrimônio líquido por ação da Companhia, sem direito de voto. Tais ações preferenciais classes "B" e "C" foram imediatamente resgatadas pelo valor de R\$2,543282 por ação na assembleia geral de 27/02/2012 e de 0,300168346064 por ação na assembleia geral de 10/08/2012, sendo que, em ambos os atos societários, dispensou-se alterar o Estatuto Social da Companhia para refletir a criação de tais ações em função dos imediatos resgates ocorridos em cada assembleia.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia emite valores mobiliários no mercado local e internacional para refinarçar a sua dívida de curto prazo, em condições de normalidade com seus negócios.

As principais necessidades de caixa da Companhia são de:

- capital de giro;
- pagamento das dívidas da Companhia;
- investimentos de capital com investimentos em operações, expansão das redes da Companhia e melhoria das habilidades e capacidade técnica das redes da Companhia;
- dividendos de nossas ações, inclusive na forma de juros sobre capital próprio.

As operações da Companhia dos segmentos residencial, mobilidade pessoal e empresarial / corporativo representam uma fonte de grande geração de caixa para a Companhia, permitindo a gestão confortável de seus compromissos financeiros. Ainda, a Companhia espera que os investimentos realizados durante os últimos anos, acrescidos dos investimentos que eventualmente venham a ser realizados futuramente, permitirão aumentar a sua geração de caixa, fortalecendo gradualmente as suas métricas de fluxo de caixa e de crédito e melhorando a sua capacidade de honrar compromissos. Além disso, caso entenda ser necessário contrair empréstimos para honrar seus compromissos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

Adicionalmente, a Companhia contratou linhas de crédito rotativas (Revolving Credit Facility) nos montantes de US\$1,0 bilhão e R\$1,5 bilhão, junto a sindicatos compostos por bancos globais, contratadas em novembro de 2011 e dezembro de 2012, respectivamente. Estas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

Portanto, considerando a sua capacidade e histórico de geração de caixa e captação de recursos, sua posição de liquidez e o seu perfil de endividamento, a Companhia acredita que não terá dificuldade em honrar os seus compromissos financeiros.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As fontes primárias de liquidez da Companhia tem sido tradicionalmente as seguintes:

- fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais;
- empréstimos de curto e longo prazo; e
- venda de títulos de dívida nos mercados de capital nacional e internacional.

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais e pelas atividades operacionais de suas subsidiárias. O fluxo de caixa gerado pelas referidas atividades operacionais, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, foi de R\$3.653 milhões relacionadas as operações continuadas e R\$1.878 milhões relacionadas as operações descontinuadas, R\$7.035 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, R\$3.910 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Adicionalmente, a Companhia geralmente busca financiar seus investimentos em propriedades, plantas e equipamentos por meio da utilização de empréstimos bancários, financiamento de fornecedores, operações no mercado de capitais e outras formas de financiamento, que possibilitem um fluxo de investimentos que garanta seu crescimento de longo prazo e uma maior geração de valor para seus acionistas.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pode utilizar para eventuais coberturas de deficiências de liquidez são as mesmas mencionadas no item "d", ou seja:

- fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais;
- empréstimos de curto e longo prazo; e
- venda de títulos de dívida nos mercados de capital nacional e internacional.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os diretores informam que o endividamento consolidado da Companhia foi influenciado pela Reorganização Societária do grupo ocorrida em 27 de fevereiro de 2012, que compreendeu as incorporações da Coari e da TNL e a transformação da Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") em subsidiária integral da Companhia. Como resultado da reorganização societária, R\$21.102 milhões foram assumidos pela Companhia no endividamento consolidado.

A Companhia se utiliza de captações no mercado de capitais, empréstimos bilaterais e linhas de crédito junto ao BNDES e Agências de Crédito à Exportação para financiar seu plano de investimentos, refinanciamento de dívida e capital de giro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$2.665 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$5.054 milhões e R\$2.590 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$3.435 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$3.568 milhões e R\$2.231 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$7.067 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$4.980 milhões e R\$2.382 milhões, respectivamente.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013, e 2012 a dívida consolidada da Companhia era de R\$33.295 milhões, R\$34.347 milhões, e R\$32.871 milhões, respectivamente. O nível do endividamento da Companhia eleva as despesas financeiras significativamente, refletindo-se na demonstração de resultados. Despesas financeiras consistem principalmente em juros sobre empréstimos e outros passivos, variações monetárias e cambiais, impostos sobre operações financeiras entre outras. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$5.891 milhões, das quais R\$2.933 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$4.650 milhões, das quais R\$2.452 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$4.491 milhões, das quais R\$2.066 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar.

Em 31 de dezembro de 2014 o montante total da dívida (conforme definido pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº01/2014, para o item "3.7" do Formulário de Referência) era de R\$83.478 milhões (R\$58.571 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$58.041 milhões em 31 de dezembro de 2012) e o índice de endividamento (passivo circulante somado ao passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido do acionista controlador) era de 4,69 (5,08 em 31 de dezembro de 2013 e 5,22 em 31 de dezembro de 2012).

As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros predominantes no mercado brasileiro e internacional e avaliações de risco da Companhia, do setor em que a Companhia atua e da economia brasileira, feitas por credores em potencial, compradores em potencial dos títulos de dívida de emissão da Companhia e pelas agências de rating que avaliam a Companhia e os títulos de dívida por ela emitidos.

A Standard & Poor's, Moody's e Fitch mantêm ratings da Companhia e dos títulos de dívida por ela emitidos. Qualquer downgrade no rating poderia gerar um aumento de juros e outras despesas financeiras para os empréstimos contraídos pela Companhia e títulos de dívida por ela emitidos, e poderia afetar negativamente sua capacidade de obter financiamentos em condições satisfatórias ou pelos valores requeridos por nós.

As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas:

Empréstimos e Financiamentos por Natureza

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de			TIR % (31 de dezembro de 2014)	Vencimentos
	2014	2013	2012		
Bancos de desenvolvimento - BNDES	5.872	5.916	6.367	10,64	Dez/2014 a Jul/2021
Debêntures públicas	7.807	9.414	8.221	11,49	Dez/2014 a Jul/2021
Instituições financeiras	22.645	21.053	19.365		
Cédula de Crédito Bancário - CCB	4.504	3.192	3.186	11,82	Dez/2014 a Jan/2028
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.497	1.428	1.361	8,08	Dez/2014 a Ago/2022
"Senior Notes" - Moeda nacional	1.137	1.137	1.137	11,91	Dez/2014 a Set/2016
Linhas de crédito de ECA	3.532	4.355	4.124	8,26	Dez/2014 a Mai/2022
"Senior Notes" – Moeda estrangeira	11.601	10.594	9.153	12,56	Dez/2014 a Fev/2022
Outros	374	348	404	11,97	Dez/2014 a Dez/2033
Subtotal	36.324	36.383	33.953		
Custo de captação incorrido	(474)	(530)	(607)		
Total	35.850	35.854	33.346		
Circulante	4.464	4.159	3.114		
Não circulante	31.386	31.695	30.232		

Composição da Dívida por Moeda

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
Reais	21.068	21.287	20.497
Dólar Norte-Americano	12.368	12.159	10.844
EURO	2.413	2.408	2.005
Total	35.850	35.854	33.346

Composição da dívida por indexador

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2014	2013	2012
Taxa pré-fixada	14.146	13.078	11.431
CDI	9.811	10.233	9.139
TJLP	5.149	5.139	5.538
IPCA	3.798	3.576	3.377
Libor	2.762	3.743	3.794
Outros	182	84	67
Total	35.850	35.854	33.346

Cronograma de vencimento

As dívidas possuem o seguinte cronograma de vencimento:

Exercício Social	Em 31 de dezembro de 2014 (em milhões de reais)
2016	5.130
2017	7.285
2018	3.509
2020 e exercícios seguintes	11.883
Total	31.752

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

A Companhia e suas subsidiárias contratam financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em abril de 2014, a Companhia e suas controladas desembolsaram R\$836 milhões (sendo R\$209,7 milhões para a Oi, R\$408,4 milhões para a TMAR e R\$217,9 milhões para a Oi Móvel). Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

No decorrer de 2014, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$1.356 milhões.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste, celebrados nos anos de 2009 e 2010 para amparar seus projetos de investimento com os objetivos já mencionados.

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas acerca dos empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia junto ao BNDES em 31 de dezembro de 2014:

<u>Empréstimo</u>	Saldo	Juros	Amortização	Vencimento
	(Em milhões de reais)			
Empréstimo				
Oi Móvel 2009 linha de crédito:				
Empréstimo A ⁽¹⁾	1.885	TJLP + 3,95%	Mensal ⁽²⁾	Dezembro, 2018
Empréstimo B ⁽¹⁾	215	4,50%	Mensal ⁽²⁾	Dezembro, 2018
Telemar 2012 linha de crédito:				
Empréstimo A	1.465	TJLP + 4,08%	Mensal ⁽³⁾	Julho, 2021
Empréstimo B	130	2,50%	Mensal ⁽²⁾	Janeiro, 2021

Empréstimo D	152	TJLP + 2,18%	Mensal ⁽³⁾	Janeiro, 2021
Empréstimo E	15	TJLP	Mensal ⁽³⁾	Janeiro, 2021
Oi 2012 linha de crédito:				
Empréstimo A	778	TJLP + 4,08%	Mensal ⁽³⁾	Julho, 2021
Empréstimo B	58	2,50%	Mensal ⁽²⁾	Janeiro, 2021
Empréstimo C	170	2,50%	Mensal ⁽³⁾	Janeiro, 2021
Oi Móvel 2012 linhas de crédito:				
Empréstimo A	860	TJLP + 4,08%	Mensal ⁽³⁾	Julho, 2021
Empréstimo B	113	2,50%	Mensal ⁽²⁾	Julho, 2021
Empréstimo C	31	2,50%	Mensal ⁽³⁾	Julho, 2021

(1) Em 30 de setembro de 2013, as obrigações da Oi e Telemar assumidas nas linhas de créditos tomadas em 2009, foram assumidas pela TNL PCS, com o devido consentimento do BNDES. Como resultado da incorporação da TNL PCS pela Oi Móvel em fevereiro de 2014, a Oi Móvel assumiu as obrigações da TNL PCS referentes a estas linhas de crédito.

(2) A amortização desse sub-crédito terá início em fevereiro de 2015.

(3) A amortização desse sub-crédito terá início em agosto de 2015.

Linhas de crédito celebradas com o BNB

Em dezembro de 2014, a Oi Móvel celebrou uma linha de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) no valor total de até R\$370,6 milhões. Os recursos oriundos dessa linha de crédito serão usados para financiar parte dos investimentos na região do nordeste do Brasil durante os próximos dois anos. Este empréstimo faz jus uma remuneração equivalente a 8,24% ao ano, com down step de 15% disponível para o pagamento antecipado dos pagamentos de juros. Os juros são pagos trimestralmente no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2016 e mensalmente no período de janeiro de 2017 a dezembro de 2022, quando também deverá ser amortizado o principal. Em 31 de dezembro de 2014, não há saldo de principal em aberto, pois não foi realizado desembolso.

Em fevereiro de 2009, a TNL PCS celebrou uma linha de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S.A., ou BNB, pelo qual o BNB concordou em desembolsar empréstimos no valor total de até R\$369 milhões. Os recursos dessa linha de crédito foram utilizados para investimentos em infraestrutura em telecomunicações de telefonia móvel da Telemar para a região nordeste do Brasil. Em 2009, foi desembolsado um valor de R\$370 milhões. Este empréstimo faz jus uma remuneração equivalente a 10,0% ao ano, com down step de 15% disponível para o pagamento antecipado dos juros. Os juros são pagos mensalmente até o vencimento em fevereiro de 2019. O valor de principal começou a ser pago em março de 2011, totalizando 96 parcelas mensais iguais. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de principal em aberto dessa linha de crédito era de R\$88,6 milhões. Como resultado da incorporação da TNL PCS pela Oi Móvel em fevereiro de 2014, a Oi Móvel assumiu as obrigações da TNL PCS previstas nestes contratos de empréstimos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram amortizadas parcelas de principal e juros atualizados, no montante de R\$18 milhões.

CCB

Em dezembro de 2012 a Companhia contratou uma linha de crédito rotativo junto ao Banco do Brasil, Bradesco, HSBC e Santander, no montante de R\$1.500 milhões. A referida linha de crédito possui a uma taxa de remuneração de CDI acrescida de 1,10% ao ano, por meio de pagamentos mensais. Em agosto de 2014, foram desembolsados R\$1.300 milhões, através de Cédula de Crédito Bancário (CCB). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de principal em aberto dessa linha de crédito era de R\$1.300 milhões.

Em maio de 2008, a TMAR contratou uma linha de crédito com uma instituição financeira brasileira, no montante de R\$4.300 milhões. Os empréstimos sob a referida linha de crédito, originalmente, foram atrelados ao pagamento da variação da taxa de CDI acrescida de 1,30% ao ano, por meio de pagamentos semestrais nos meses de maio e novembro de cada ano. Em maio de 2011, a Companhia renegociou essa modalidade de empréstimo, de modo que: (a) entre período de maio de 2011 a maio de 2014 a taxa de remuneração foi fixada no pagamento da taxa CDI acrescida de 1,00% ao ano; e (b) entre período de maio 2014 a maio de 2018 a taxa de remuneração foi fixada no pagamento da taxa CDI acrescida de 1,83% ao ano. Em 31 de dezembro de 2014, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de R\$3.071 milhões.

Financiamento em moeda estrangeira

Linhas de crédito de ECA

A Companhia e a TMAR contrataram financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

Em junho de 2014, foram amortizados US\$382,5 milhões (R\$855,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao "China Development Bank" em junho de 2011.

Em maio de 2014, foram amortizados US\$30,3 milhões (R\$67,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto a "Cisco System Capital" em março de 2011.

Em abril de 2014, foram desembolsados US\$98,1 milhões (R\$222,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao "Export Development Canada" em julho de 2012.

Em março de 2014, foram desembolsados US\$92,5 milhões (R\$209,4 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD ("Office National Du Ducreire/Nationale Delcrederedienst") em março de 2013, no valor total de US\$257 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos.

A TMAR possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: SEK – "Swedish Export Corporation"; CDB – "China Development Bank"; ONDD – "Office National Du Ducreire"; e FEC – "Finnish Export Credit".

Em outubro de 2013, foram desembolsados US\$9,8 milhões (R\$21,4 milhões), em junho de 2013 foram desembolsados US\$5,6 milhões (R\$12,5 milhões) e em fevereiro de 2013 foram desembolsados US\$ 21 milhões (R\$41,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – "Swedish Export Corporation" em junho de 2011, finalizando a disponibilidade de recursos a desembolsar deste contrato.

Em fevereiro de 2013, foram desembolsados US\$95,7 milhões (R\$190,3 milhões). de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao "Export Development Canada".

Em fevereiro de 2013, foram amortizados R\$ 12 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – "Swedish Export Corporation" em junho de 2011 e de R\$93 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao FEC – "Finnish Export Credit".

Em janeiro de 2013, foram amortizados R\$43 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao "Nordic Investment Bank" em julho de 2008.

Export Credit Facility celebrado com o Export Development Canada ("EDC")

Em julho de 2012, a TMAR celebrou com a EDC um Export Credit Facility Agreement pelo qual a EDC se comprometeu a desembolsar um empréstimo no valor total de até US\$200 milhões. O valor captado foi e será utilizado em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo faz jus a uma remuneração fixada em 2,25% ao ano. O valor de principal será amortizado em 17 parcelas semestrais iguais, pagas no período de maio de 2014 a maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de principal em aberto era de US\$176,5 milhões.

Linha de crédito com EKN

Em junho de 2011, a TMAR celebrou um contrato de crédito de exportação com a EKN (Swedish Export Corporation, ou SEK) e o Deutsche Bank no valor montante de principal de até R\$ 103,4 milhões. Foram realizados desembolsos de US\$5,1 milhões, US\$8,5 milhões, US\$39,1 milhões, US\$14,1 milhões, US\$21,1 milhões, US\$5,7 milhões e US\$9,8 milhões relativos a esse contrato em Julho de 2011, Novembro de 2011, Julho de 2012, Outubro de 2012,

Fevereiro de 2013, Junho de 2013 e Outubro de 2013, respectivamente. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi pré-fixada em 2,21% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de fevereiro de 2012 até fevereiro de 2021. Em 31 de dezembro de 2014, o valor em aberto do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$ 75,5 milhões.

Linha de crédito com a FINNVERA

Em junho de 2008, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA no montante de principal de até US\$ 300 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação têm sido utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em sua infraestrutura de telefonia fixa e de telefonia móvel. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 1,07% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o vencimento ocorrerá no mês de dezembro de 2018. O valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2014, o valor em aberto do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$ 141,2 milhões.

Em agosto de 2009, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$500 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 1,07% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente e o vencimento ocorrerá no mês de dezembro de 2019. O valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de agosto de 2011. Em 31 de dezembro de 2014, o valor em aberto do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$294,1 milhões.

Em dezembro de 2011, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$200 milhões.

Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 0,90% ao ano. Os juros serão pagos semestralmente. O valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de fevereiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2014, o valor em aberto do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$152,9 milhões.

Credit Facility celebrado com o Nordic Investment Bank

Em julho de 2008, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o Nordic Investment Bank pelo o qual o Nordic Investment Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito o valor total de US\$250 milhões. Os recursos dessa linha de crédito foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX.

No âmbito desta linha de crédito, foram desembolsados pela Companhia o valor principal de US\$100 milhões ("Empréstimo A") e US\$150 milhões ("Empréstimo B") foram desembolsados. Este empréstimo faz jus a uma remuneração equivalente à variação da taxa de LIBOR acrescida um spread de 1,18% ao ano, no caso do Empréstimo A e de 0,80 % ao ano, no caso do Empréstimo B, pagos semestralmente. O valor de principal do Empréstimo A será amortizado em 17 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em julho de 2010; e o valor de principal do Empréstimo B será amortizado em 11 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em julho de 2010. Em 31 de dezembro de 2014, o valor do principal em aberto era US\$74,3 milhões.

Credit Facility celebrado com a ONDD

Em março de 2013, a Companhia celebrou um Credit Facility Agreement junto à ONDD ("Office National Du Ducroire/Nationale Delcrederedienst") no valor total de US\$ 257 milhões, dividido em US\$128,5 milhões ("Tranche A") e US\$128,5 milhões ("Tranche B") com o objetivo de financiar parte dos investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 1,5% ao ano, pagos semestralmente, a partir de setembro de 2014. O valor do principal será amortizado em 18 parcelas semestrais, a partir de setembro de 2014 para a Tranche A e a partir de setembro de 2015 para a Tranche B, com vencimento final de amortização em março de 2024. Em 31 de dezembro de 2014, o valor do principal em aberto era US\$92,1 milhões.

Credit Facility celebrado com o China Development Bank

Em fevereiro de 2009, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o China Development Bank Corporation ("China Development Bank"), pelo qual o China Development Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$300 milhões. Os recursos captados foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 2,5% ao ano, pagos semestralmente, a partir de abril de 2009. O valor do principal será amortizado em 11 parcelas semestrais, no período de abril de 2011 a fevereiro de 2016. Em 31 de dezembro de 2014, o valor do principal em aberto era US\$87,7 milhões.

Em outubro de 2009, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o China Development Bank, pelo qual o China Development Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$500 milhões. Os recursos captados foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 2,5% ao ano,

pagos semestralmente, a partir de abril de 2010. O valor do principal será amortizado em 11 parcelas semestrais, no período de abril de 2012 a outubro de 2016. Em 31 de dezembro de 2014, o valor do principal em aberto era US\$87,7 milhões.

Em junho de 2011, a TMAR celebrou um Stand-by Credit Agreement com o China Development Bank, pelo qual o China Development Bank comprometeu-se em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$500 milhões. O desembolso US\$380 milhões foi realizado em julho de 2011 e em junho de 2014 o valor total de principal e juros foi amortizado. Em 31 de dezembro de 2014, não havia saldo de principal e juros em aberto em função do pagamento antecipado em junho de 2014.

Credit Facility celebrado com Crédit Agricole Corporate and Investment Bank (“Crédit Agricole”)

Em abril de 2010, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o Crédit Agricole no valor total de até US\$220 milhões, em duas tranches de \$110 milhões cada. Os desembolsos foram utilizados em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa média de Libor acrescida de um spread 1,40% ao ano, com pagamentos semestrais. O valor do principal será amortizado em 17 parcelas semestrais desde agosto de 2011 para a primeira tranche e em agosto de 2012 para a segunda tranche. A TMAR celebrou com o Escritório Nacional de Du Ducroire, a agência de crédito à exportação belga, uma apólice de seguro em conexão com este empréstimo. Em 31 de dezembro de 2014, o valor do principal em aberto foi de US\$146,3 milhões. Este empréstimo vence (i) em agosto de 2019, em relação à primeira tranche; e (ii) em agosto de 2020, em relação à segunda tranche.

Export Credit Facility celebrado com Cisco Systems Capital

Em março de 2011, a TMAR celebrou um Export Credit Facility Agreement com a Cisco Systems Capital (“Cisco”), pelo qual a Cisco comprometeu-se em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$100 milhões e em maio de 2014 o valor total de principal e juros foi amortizado. Em 31 de dezembro de 2014, não havia saldo de principal e juros em aberto em função do pagamento antecipado em maio de 2014.

Senior Notes

Em fevereiro de 2012, a Companhia emitiu Senior Notes no valor de US\$ 1.500 milhões (R\$ 2.741 milhões), com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. O vencimento final será em fevereiro de 2022. Em julho de 2012 a Companhia transferiu essa emissão, líquida dos custos de captação, para sua subsidiária integral Oi Brasil Holdings Cooperatief através de uma “indenture” suplementar. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 12 milhões (US\$ 6 milhões) são amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

A Companhia possui outras emissões de Senior Notes em moeda estrangeira realizadas no mercado de capitais internacional pela sua controlada TMAR em 2009 e 2010. Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essas emissões foram acrescidas à dívida da Companhia, que substituiu a TMAR como emissora. Para mais informações acerca das emissões de Senior Notes pela Companhia e/ou pela TMAR vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência.

O objetivo dessas captações, que totalizam em 31 de dezembro de 2014 R\$12.737 milhões no consolidado, é alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, investimentos e propósitos corporativos gerais.

Debêntures Públicas

Para maiores informações sobre emissões de debêntures, vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2014, além das relações de longo prazo com instituições financeiras se encontram relatadas no item (i) acima, temos as seguintes transações:

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em agosto de 2010, a TMAR transferiu 162 imóveis para a nossa subsidiária integral Copart 4 Participações S.A., ou Copart 4, e a Oi transferiu 101 imóveis para a Copart 5 Participações S.A., ou Copart 5, nossa subsidiária integral. A TMAR celebrou contratos de locação com termos de até 12 anos para o uso contínuo de todas as propriedades transferidas para a Copart 4 e a Oi celebrou contratos de locação com termos de até 12 anos para a continuação do uso de todas as propriedades e propriedades transferidas para Copart 5.

A Copart 4 e a Copart 5 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis, que representam todos os pagamentos sob estes locações para a BSCS - *Brazilian Securities* Companhia de Securitização, que emitiu os certificados de Recebíveis Imobiliários, ou CRI's, apoiados por estes recebíveis. Os CRI's foram comprados por instituições financeiras brasileiras.

Recebemos uma receita líquida referente à cessão dos créditos de locação no montante total agregado de R\$1.585.000,00 em uma base consolidada e confirmaram as nossas obrigações de fazer os pagamentos cedidos como dívida de curto e longo prazo nas nossas demonstrações financeiras consolidadas. Os rendimentos gerados nessa transação foram usados para pagar dívida de curto prazo. Em junho de 2012, cada um dos Copart 4 e Copart 5 amortizaram

parcialmente os CRI's que eles emitiram para um montante total de R\$392,5 milhões. A partir de 31 de dezembro de 2013, a responsabilidade agregada sob estas locações foi R\$922.000.000,00.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Exceto por aquelas dívidas garantidas por direito real, não há qualquer grau de subordinação entre as dívidas da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Para maiores informações acerca do grau de subordinação das dívidas da Companhia vide itens "3.8." deste Formulário de Referência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia está sujeita a certas obrigações financeiras que limitam sua capacidade de incorrer em dívidas adicionais. O nível de endividamento e as exigências e limitações impostas por alguns dos instrumentos de dívida contraídos pela Companhia podem afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira.

Em especial, os termos de alguns destes instrumentos de dívida restringem sua capacidade e a de suas controladas, para:

- incorrer em endividamento adicional;
- prestar garantias;
- dar bens em garantia;
- vender ou dispor de ativos; e
- realizar liquidação ou dissolução;

Ademais, alguns desses instrumentos financeiros incluem cláusulas que exigem que a Companhia mantenha certos índices financeiros específicos, sendo os mais restritivos listados a seguir:

- Dívida consolidada dividida pelo EBITDA consolidado para os 12 meses anteriores, menor que ou igual a 4,5 ao final de cada trimestre fiscal até o vencimento;
- EBITDA consolidado dos 12 meses anteriores dividido pela despesa financeira consolidada dos 12 meses anteriores, maior que ou igual a 1,75 ao final de cada trimestre até o vencimento;
- Dívida consolidada dividida pela dívida consolidada mais patrimônio líquido menor que ou igual a 0,95 ao final de cada trimestre fiscal até o vencimento.

Alteração temporária de compromissos financeiros

Em 12 de fevereiro de 2015, a Assembleia Geral de Debenturistas ("AGD") da Nona Emissão de Debêntures ratificou a autorização para realização da venda da PT Portugal à Altice, incluindo a efetivação da reorganização societária necessária para implantação da referida venda. Ainda na referida data, a AGD da Quinta e da Nona Emissão de Debêntures aprovaram: (i) a autorização para realização de reorganização societária, por meio da incorporação de ações de emissão da Companhia pela Telemar Participações S.A. que resulte na elevação do nível de governança da Companhia perante a BM&FBOVESPA; e (ii) a alteração temporária dos "ratios" resultantes da apuração dos "covenants" financeiros de alavancagem máxima a ser apurado pela Companhia, em relação aos quatro trimestres de 2015, decorrente do resultado obtido pela divisão da Dívida Bruta Total da Companhia pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 4,5 vezes, exceto nas hipóteses de antes ou depois da efetiva transferência das ações da PT Portugal à Altice e do pagamento do preço à Companhia que seja necessário considerar as dívidas da PT Portugal e de suas controladas no cálculo da Dívida Bruta Total, que deverá ser igual ou inferior a 6,0 vezes, calculado conforme informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais da Companhia, relativas ao exercício social de 2015.

A partir do primeiro trimestre de 2016 (inclusive), os "ratios" resultantes da apuração dos "covenants" financeiros acima referidos deverão voltar a ser aqueles constantes atualmente das respectivas Escrituras de Emissão, ou seja, relação entre a Dívida Total da Companhia e o EBITDA da Companhia menor ou igual a 4,0, calculado com base no balanço patrimonial consolidado ou relação entre o EBITDA da Companhia e o Serviço da Dívida da Companhia maior ou igual a 1,75 no balanço patrimonial consolidado, com a respectiva alteração da Escritura de Emissão.

Em razão da aprovação dos itens acima foi aprovado o pagamento do "Waiver Fee" pela Companhia aos Debenturistas da quinta emissão no valor de R\$ 143,107735 por debênture da 2ª Série (Código Cetip: TNLE25), totalizando R\$ 3.521 e da nona emissão nos valores de R\$105,378745 por debênture da 1ª Série (Oi BR-D91), totalizando R\$ 4.215, e de R\$126,997862 por debênture da 2ª Série (Oi BR-D92), totalizando R\$ 20.320.

A Companhia tem negociado junto a seus credores a alteração temporária dos valores máximos para os covenants financeiros de alavancagem (Dívida Bruta/EBITDA) referentes aos quatro trimestres de 2015 tendo em vista o processo de venda da PT Portugal à Altice.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, a Companhia cumpriu os seus compromissos financeiros e acredita ter capacidade de cumprir estes compromissos financeiros em 2015.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Linhas de crédito contratadas e utilizadas

Em relação aos financiamentos em moeda nacional descritos no item "10.1 f (i)" acima, a Companhia possui os seguintes limites contratados e utilizados:

- Contrato da Companhia e suas controladas, celebrado com BNDES, em 2012, no montante de R\$5.418 milhões: a Companhia possui limite contratado de até R\$1.484 milhões, tendo havido saques até 31 de dezembro de 2014 no valor total de R\$992 milhões, correspondentes a 67% do total do limite contratado e disponibilidade ainda no valor de R\$492 milhões para utilização, conforme os investimentos forem acontecendo, correspondentes a 33% do total da linha contratada. A Telemar Norte Leste contratou limite de R\$2.431 milhões, tendo sacado até dezembro de 2014, o valor total de R\$1.730 milhões, correspondentes a 71% do total do limite contratado, restando limite disponível para saque no montante total de R\$701 milhões, correspondentes a 29% do total do limite contratado. A Oi Móvel e a TNL PCS (incorporada pela Oi Móvel S.A. em 01 de fevereiro de 2014) contrataram limite total de R\$1.503 milhões e efetuaram saques no montante total de R\$988 milhões até dezembro de 2014, correspondentes a 66% do total do limite contratado havendo limite remanescente de R\$515 milhões, correspondentes a 34% do total do limite contratado.

- Linha de Crédito da TMAR com a EDC - Em julho de 2012, a TMAR celebrou com a EDC um Export Credit Facility Agreement pelo qual a EDC se comprometeu a desembolsar um empréstimo no valor total de até US\$200 milhões. Foram desembolsados pela TMAR valores de US\$104 milhões em abril de 2014 e de US\$96 milhões em fevereiro de 2013, totalizando 100% do total do limite contratado. Os valores captados foram e serão utilizados em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo faz jus a uma remuneração fixada em 2,25% ao ano. O valor de principal será amortizado em 17 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em maio de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de principal em aberto era de US\$176,5 milhões. Este empréstimo vence em maio de 2022.

- Linha de Crédito da Telemar Norte Leste com a EKN - Exportkreditnämnden (Swedish Export Credits): a Telemar Norte Leste celebrou em julho de 2011 um contrato no montante total de US\$103 milhões, tendo havido saques de US\$5 milhões em julho de 2011, US\$9 milhões em novembro de 2011, US\$39 milhões em julho de 2012, US\$14 milhões em novembro de 2012, US\$21 milhões em fevereiro de 2013, US\$6 milhões em junho de 2013 e US\$10 milhões em outubro de 2013, totalizando 100% do total do limite contratado.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em dezembro de 2014, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no valor de R\$370,6 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos na região do nordeste do Brasil durante os próximos dois anos. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

Em outubro de 2014, a Companhia assinou um contrato de financiamento junto ao Finnvera (Finnish Export Credit Ltd) no valor de US\$397,4 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos durante os próximos dois anos. Não houve desembolso dessa linha até o momento.

Em novembro de 2011, a Companhia e suas controladas contrataram uma linha de crédito rotativa (Revolving Credit Facility) no valor de US\$1 bilhão para um prazo de cinco anos, junto a um sindicato de bancos internacionais. Não houve desembolso dessa linha até a data deste Formulário de Referência.

As operações de linha de crédito rotativo foram estruturadas de forma que a Companhia e suas controladas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos prazos contratados. Essas operações formam um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Demonstrações de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (Consolidado)

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios são identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações.

A geração de receita de cada um dos segmentos de negócios é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

A tabela a seguir apresenta os componentes da demonstração do resultado consolidada, além da variação percentual em relação ao exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação %</u>
Residencial	9.995	10.303	(3,0)
Mobilidade pessoal	9.011	9.290	(3,0)
Empresarial / Corporativo	8.311	8.455	(1,7)
Outros serviços e negócios	929	374	148,4
Receita de vendas e/ou serviços	28.246	28.422	(0,6)
Despesas operacionais			
Depreciação e amortização	(4.535)	(4.278)	6,0
Interconexão	(2.690)	(3.966)	(32,2)
Pessoal	(2.829)	(2.534)	11,6
Serviços de terceiros	(6.259)	(6.120)	2,3
Serviços de manutenção de rede	(1.923)	(2.328)	(17,4)
Custo de aparelhos e outros	(730)	(515)	41,8
Publicidade e propaganda	(674)	(557)	21,0
Aluguéis e seguros	(3.120)	(2.120)	47,2
Provisões / Reversões	(779)	(657)	18,6
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(649)	(923)	(29,7)
Tributos e outras despesas	(1.629)	(1.508)	8,0
Outras receitas operacionais, líquidas	3.246	2.370	37,0
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	5.675	5.286	7,4
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	1.345	1.375	(2,2)
Despesas financeiras	(5.891)	(4.650)	26,7
Resultado antes dos tributos	1.129	2.011	(43,9)
Imposto de renda e contribuição social	(1.120)	(519)	115,8
Lucro líquido das operações continuadas	9	1.492	(99,4)
Operações descontinuadas			

Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	(4.415)		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(4.406)	1.492	(395,3)
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído ao acionista controlador	(4.407)	1.493	(395,2)
Lucro líquido atribuído ao acionista não controlador	1		

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer período são feitas em relação ao período anterior correspondente, salvo indicação em contrário pelo contexto.

A comparação do resultado operacional de 2014 com o resultado operacional de 2013 está influenciado pela consolidação dos resultados das operações em África a partir de 5 de maio de 2014. Os principais efeitos decorrentes da consolidação das operações em África são detalhados nas discussões abaixo.

Receita de vendas e / ou serviços

A receita operacional líquida reduziu 0,6% em 2014, principalmente devido à diminuição de 3,0% da receita líquida dos serviços residenciais, de 3,0% da receita líquida dos serviços de mobilidade pessoal e de 1,7% da receita líquida dos serviços Empresariais / Corporativos, cujos efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 148,4% na receita operacional líquida de outros serviços e negócios, devido principalmente pela consolidação dos resultados em África a partir de 5 de maio de 2014, que gerou uma receita líquida de outros serviços e negócios de R\$635 milhões.

Residencial

A receita operacional líquida de serviços residenciais representou 35,4% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Este segmento da Oi inclui serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) de varejo e as adições (exclusões) líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Unidades Geradoras de Receita (em milhares):	<u>2014</u>	<u>2013</u>	Variação %
Serviços de telefonia fixa	10.957	11.750	(6,7)
Banda larga	5.259	5.258	0,0
TV por assinatura	1.247	829	50,4
Total	17.463	17.837	(2,1)
Adições líquidas (em milhares)			
Serviços de telefonia fixa	(793)	(728)	8,9

Banda larga	1	156	(99,4)
TV por assinatura	418	72	480,6
Total	(374)	(500)	(25,2)

A receita operacional líquida de serviços residenciais diminuiu 3,0% devido principalmente (1) a redução na base de clientes de telefonia fixa; e (2) redução nas tarifas fixo-móvel (VC). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento na receita de banda larga e TV paga, principalmente em razão das vendas de ofertas convergentes e da estratégia de upselling, que tem impactado positivamente o ARPU residencial.

A abordagem multiproduto para o segmento residencial, tem foco em domicílios integrados, a fim de aumentar a sua parcela no orçamento do cliente ao vender serviços *multi-play*, aumentar o ARPU e a fidelização dos clientes.

Unidades Geradoras de Receitas (UGR) dos Serviços Residenciais - Visão Geral

Fixo. O número de clientes de telefonia fixa no segmento Residencial foi de 10.957 mil e as desconexões líquidas somaram 793 mil linhas fixas em 2014, contra 728 mil em 2013. A Companhia tem trabalhado na implementação de diversas iniciativas para realizar o turnaround do negócio. Uma das iniciativas são instalações conjuntas para os produtos Residenciais, que consiste na instalação da linha fixa e banda larga em uma única visita técnica.

O foco comercial na convergência utiliza a TV paga como uma ferramenta estratégica para oferecer pacotes convergentes combinando todos os serviços (telefonia fixa, banda larga, TV paga e serviços móveis), assim como planos no segmento de Mobilidade Pessoal que promovem a convergência fixo-móvel. As ofertas convergentes, como o Oi Conta Total ("OCT") e o Oi Voz Total ("OVT").

O Oi Conta Total é uma oferta *triple-play* pós-paga que combina telefonia fixa, banda larga e móvel pós-pago e que pode ser combinada com a TV por assinatura (*quadruple-play*) e pacotes de dados móveis. O Oi Voz Total é uma oferta *double-play* que combina linha fixa e móvel pré-pago com objetivo de promover a convergência fixo-móvel e aumentar a fidelização dos clientes. Todas essas ofertas possuem taxas de desconexão bastante baixas quando comparadas aos produtos avulsos.

Banda Larga. O número de clientes de banda larga no segmento Residencial foi de 5.259 mil, estável na comparação com o ano de 2013. A penetração da banda larga fixa da Oi em residências que já possuíam produtos Oi atingiu 48,0%, 3,2 pontos percentuais acima dos 44,2% registrados no fim de 2013, como resultado das iniciativas da Companhia para promover melhorias na retenção e rentabilização dos seus clientes, investindo na expansão e capacidade de sua rede de banda larga e no aumento da velocidade aos clientes. A velocidade média para os clientes de banda larga Residencial aumentou 17,6%, para 4,5 Mbps em 2014. A participação de UGR com velocidade a partir de 5 Mbps e superior a 10 Mbps também aumentaram, em 49,6% e 22,6%, respectivamente

em relação ao ano anterior. Atualmente, cerca de 64,5% das adições brutas possuem velocidade a partir de 5 Mbps e 28,6% possuem velocidade a partir de 10 Mbps.

Juntamente com a TV por assinatura, a banda larga exerce papel fundamental no aumento da rentabilidade por meio de ofertas convergentes. Conseqüentemente, o churn da banda larga reflete a estratégia da Companhia em focar na melhoria da qualidade da sua base de clientes.

TV por Assinatura. A base de clientes de TV por assinatura no segmento Residencial foi de 1.247 mil UGR, um crescimento de 50,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. O forte desempenho da Oi TV baseia-se na sua proposta de valor diferenciada, com conteúdo regional da Globo em alta definição e pacotes superiores a preços competitivos, aliada à melhoria do *mix* de vendas na base de clientes. A Oi TV oferece mais canais, incluindo canais abertos em alta definição em todas as ofertas, uma grande variedade de canais Globo (o maior número de canais Globo entre as operadoras de TV paga), novos serviços *pay per view* e DVR (gravador de vídeo digital). Além disso, em 2 mil municípios, a Oi é a única operadora de TV paga com o sinal da Globo, o que contribui para diferenciar ainda mais a oferta Oi TV. Todos estes diferenciais são suportados por uma sólida capacidade satelital, que proporcionará melhorias contínuas no produto de TV paga da Oi no longo prazo.

A nova oferta Oi TV também está aumentando o potencial de upselling do portfólio da Oi, resultando em crescimento do ARPU e exercendo um papel estratégico na retenção e aumento da fidelização de clientes residenciais, o que se traduz em um melhor desempenho em termos de taxa de churn. Como visto recentemente, a Oi TV está apresentando um crescimento consistente e sustentável em termos de base de clientes, com a adição de clientes de qualidade, com churn precoce e inadimplência do primeiro pagamento sob controle.

ARPU Residencial. A Companhia encerrou 2014 com 10.957 mil residências conectadas à rede, 62% das quais, ou 6.793 mil residências, com mais de um produto Oi. Como resultado de ofertas convergente, o ARPU residencial continuou a registrar resultados positivos, fechando em R\$74,0, um aumento de 4,5% em relação a 2013. Esse desempenho é fruto do crescimento de banda larga fixa e da TV por assinatura, assim como das iniciativas de fidelização e retenção.

Mobilidade Pessoal

A receita operacional líquida da categoria mobilidade pessoal representou 31,9% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Esse segmento inclui a venda de serviços de telefonia móvel pré e pós-pagos que incluem serviços de voz e comunicação de dados prestados aos nossos clientes de mobilidade pessoal. A tabela a seguir especifica o número total de linhas móveis e as adições líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Clientes de telefonia móvel (em milhares):

	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação %</u>
Pós-pago	7.140	6.708	6,4

Pré-pago	41.322	41.019	0,7
Total	48.462	47.727	1,5
Adições líquidas (em milhares)			
Pós-pago	432	236	83,1
Pré-pago	303	1.187	(74,5)
Total	735	1.423	(48,3)

A receita operacional líquida dos serviços de mobilidade pessoal reduziu 3,0% principalmente devido à queda de 34,8% na receita de uso da rede, em razão da redução nas tarifas de interconexão VU-M. Essa queda foi parcialmente compensada pelo aumento nas receitas de recargas do pré-pago, na receita de dados móveis e venda de aparelhos.

Unidades Geradoras de Receitas (UGR) dos Serviços Móveis - Visão Geral

Pré-pago. O número de clientes de pré-pago foi de 41.322 mil, um aumento de 0,7% em relação a 2012.

Em linha com o foco da Companhia em geração de caixa e disciplina financeira, a Oi mantém foco no pré-pago, em razão de suas características intrínsecas, como escala, custos baixos de aquisição de clientes, nenhum custo com emissão de fatura e cobrança, inexistência de inadimplência e impacto favorável no capital de giro.

Em 2014, o volume de recargas brutas aumentou 6% em relação a 2013. As recargas continuaram a registrar resultados sólidos e atingiram níveis de volume e consumo ainda mais altos no final do ano. A Companhia continuou a estimular o consumo de recargas ao promover ofertas com tarifas diárias e pacotes semanais / mensais e por meio do uso de ferramentas de marketing ativo.

O consumo de dados móveis no pré-pago continua a registrar um crescimento consistente em termos de internet móvel, devido à venda de pacotes adicionais que complementam as ofertas ao cliente e o uso das ferramentas de marketing ativo. Esse desempenho continuou a ser baseado nos resultados de serviços VAS 2.0, como Oi *Apps Club*, Oi *Conselheiro*, Oi *Saúde* e *Para Aprender*, e na rentabilidade de serviços tradicionais, como correio de voz, além do aumento contínuo de canais de vendas de serviços de valor adicionado.

Pós-pago. O número de clientes de pós-pago foi de 7.140 mil, um aumento de 6,4% em relação a 2013. O plano *Oi Controle* registrou um crescimento anual de 13,7%, atingindo 42,7% da base pós-paga da Oi. A taxa de churn do pós-pago melhorou continuamente, principalmente devido à melhor qualidade das vendas, que também explica o crescimento da base pós-paga.

O plano *Oi Controle* tem um valor estratégico para a Companhia, pois combina a ausência de inadimplência e o impacto favorável no capital de giro, vantagens características de ofertas pré-pagas, com um perfil de consumo mais robusto, similar ao de ofertas pós-pagas. Portanto, esse plano híbrido apresenta um ARPU mais atraente e uma taxa de *churn* mais baixa que a de planos pré-pagos.

No ano de 2014, a Companhia simplificou e reduziu o seu portfólio de planos pós-pagos e *Controle* ofertados ao mercado, ou seja, de 27 para 14 planos, combinando pacotes de voz e dados em todo o portfólio. Essa iniciativa reduz os custos operacionais ao simplificar o processo de vendas e melhorar o ARPU de voz e dados dos novos clientes, em linha com o foco da Companhia no *turnaround* operacional.

A receita de internet móvel no segmento pós-pago subiu 31% em comparação a ano de 2013, devido ao aumento da penetração de smartphones 3G / 4G e pacotes de dados.

Cobertura 2G, 3G e 4G LTE. A cobertura 2G da Oi alcançou um total de 3.386 municípios, o equivalente a 93% da população urbana do país, um aumento anual de 44 municípios. A Companhia tem melhorado sua cobertura e capacidade de rede 3G para atender às crescentes demandas de uso de dados e aproveitar as oportunidades no segmento de dados móveis.

A Oi também oferece pacotes de dados pela tecnologia 4G LTE em 45 municípios, que representam 36% da população urbana brasileira.

ARPU móvel. O ARPU móvel considera a receita total da móvel (Mobilidade Pessoal + Corporativo / PMEs) na visão de uma empresa móvel separada, ou seja, considera a receita oriunda do tráfego entre as divisões móvel e fixa (intercompany), mas exclui a receita de chamadas de longa distância de origem móvel que pertence à licença do STFC (concessão de voz fixa). Esse valor é então dividido pela base média de clientes para se chegar ao ARPU móvel.

Em 2014, o ARPU móvel foi de R\$ 18,7, redução de 5,9% em relação a 2013, impactado pela redução de 25% nas tarifas de interconexão, mas parcialmente compensado pelo aumento na receita de dados e pelo volume de recargas no segmento pré-pago. Excluindo a receita de interconexão, o ARPU móvel aumentou 6,1% em relação ao ano de 2013.

Empresarial / Corporativo

A receita operacional líquida da categoria Empresarial / Corporativo representou 29,4% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Esse segmento incluiu soluções empresariais oferecidas a clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte que incluem serviços de voz e soluções de dados empresariais. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) e as adições líquidas de varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Acessos fixos no varejo (em milhares):	<u>2014</u>	<u>2013</u>	<u>Variação %</u>
Fixa	4.822	5.105	(5,5)
Banda larga	617	630	(2,1)
Móvel	2.478	2.511	(1,3)
Total	7.917	8.246	(4,0)
Adições líquidas (em milhares)			
Fixa	(283)	(317)	(10,7)
Banda larga	(13)	36	(136,1)
Móvel	(33)	(444)	(92,6)
Total	(329)	(725)	(54,6)

A receita operacional líquida dos serviços Empresariais / Corporativos reduziu 1,7% principalmente devido a redução das tarifas fixo-móvel (VC) e de interconexão móvel VU-M. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento nas receitas de serviços de TI e de dados do segmento corporativo e do aumento da receita de mobilidade de PME's, associado ao compromisso da Companhia com rentabilidade e produtividade.

O número de clientes Empresariais / Corporativos totalizou 7.917, uma diminuição de 4,0% em relação ao final de 2013, reflexo do foco na qualidade de vendas, aliado à reestruturação do canal PME's.

Unidades Geradoras de Receitas (UGR) do segmento Empresarial / Corporativo - Visão Geral

Empresarial. O segmento empresarial (PMEs) continuou a focar a produtividade por meio de iniciativas para melhorar as margens. O segmento está implementando iniciativas para a transformação da Companhia por meio da simplificação do portfólio de ofertas, do modelo de comissões e dos processos de atividades, além do foco em franquias como o principal canal de vendas.

Tendo a produtividade como a maior prioridade no segmento Empresarial, a Oi registrou uma melhora na inadimplência do primeiro pagamento e reduziu os custos com comissões em relação ao ano anterior. Apesar do aumento no número de desconexões líquidas e da queda nas adições brutas, o segmento tem focado a qualidade de processos e, portanto, tem registrado melhorias sequenciais nas métricas de qualidade, como a redução no tempo médio de instalações e reparos.

Corporativo. Os serviços de TI e de comunicação de dados continuaram a impulsionar a expansão da receita do segmento Corporativo. As ofertas inovadoras de *data center*, nuvem e TI, aliadas a soluções de telecomunicações, apresentaram um crescimento anual expressivo de 38,5%, contribuindo para

um aumento da participação da receita de serviços não voz para 62% ao final de 2014. A receita de serviços não voz cresceu 12,4% em relação ao ano de 2013. A estratégia do segmento Corporativo é buscar receitas mais duradouras e maior rentabilidade.

A Oi apresentou um aumento na comunicação de dados de 8,8% em relação ao ano de 2013, impulsionados principalmente por serviços de rede e serviços de acesso a internet (IP). Na comparação com o ano de 2013, os serviços de formação de rede VPN aumentaram 9,5%, enquanto os serviços de acesso à internet (IP) subiu 48,4% e os troncos digitais de telefonia fixa apresentaram crescimento de 6,5%.

Despesas (Receitas) Operacionais

As despesas (receitas) operacionais da Oi diminuíram 2,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente:

- Redução de 32,2%, ou R\$1.276 milhões, nos custos de interconexão;
- Aumento de 37%, ou R\$876 milhões, em outras receitas operacionais, líquidas;
- Redução de 17,4%, ou R\$405 milhões, nos serviços de manutenção da rede; e
- Redução de 29,7%, ou R\$274 milhões, na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os efeitos desses fatores foram parcialmente impactados pelo aumento das despesas a seguir:

- Aumento de 47,2%, ou R\$1.000 milhões, nos custos de aluguéis e seguros;
- Aumento de 11,6%, ou R\$295 milhões, em despesas com pessoal;
- Aumento de 6,0%, ou R\$257 milhões, nos custos de depreciação e amortização;
- Aumento de 41,7%, ou R\$215 milhões, nos custos de aparelhos e outros;
- Aumento de 21,0%, ou R\$117 milhões, nas despesas de publicidade e propaganda;
- Aumento de 18,6%, ou R\$122 milhões, em provisões / reversões;
- Aumento de 8%, ou R\$121 milhões, em tributos e outras despesas; e
- Aumento de 2,3%, ou R\$139 milhões, nos custos de serviços de terceiros.

Assim, o lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos da Oi aumentou 7,4%, para R\$5.675 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$5.286 milhões no mesmo período de 2013. Como porcentagem da receita líquida, o lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos aumentou para 20,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra 18,6% no mesmo período de 2013.

Interconexão. Os custos de interconexão diminuíram 32,2%, para R\$2.690 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$3.966 no mesmo período de 2013, principalmente como resultado da queda de 25% nas tarifas interconexão VU-M, implementada em fevereiro de 2014, e à redução no tráfego *off-net* de voz móvel, refletindo o sucesso das ofertas que incentivam o tráfego on-net.

Serviços de Manutenção da Rede. Os custos dos serviços de manutenção da rede reduziram 17,4%, para R\$1.923 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$2.328 no mesmo período de 2013, principalmente devido: (1) a internalização de parte das operações de manutenção da planta interna no decorrer de 2013; e (2) ao compromisso da Companhia em melhorar a eficiência e produtividade e na disciplina na redução de custos.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa reduziu 29,7%, para R\$649 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$923 no mesmo período de 2013, principalmente devido à melhoria da política de crédito como continuidade das ações para melhorar o churn e a qualidade de vendas. Em 31 de dezembro de 2014 as provisões para devedores duvidosos corresponderam a 2,3% da receita líquida, 0,9% menor do que no mesmo período de 2013 (3,2%).

Aluguéis e Seguros. Os custos com aluguéis e seguros aumentaram 47,2%, para R\$3.120 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$2.120 no mesmo período de 2013, devido principalmente: (1) um aumento do valor dos alugueis de imóveis da infraestrutura de rede, motivado pela venda de ativos não estratégicos, incluindo a GlobeNet, torres fixas e torres móveis; (2) ao aumento de despesas com aluguel de capacidade de satélite em relação ao satélite SES-6; e (3) ajustes contratuais anuais.

Pessoal. Os custos e despesas com pessoal, inclusive benefícios e encargos sociais e participação de funcionários e administração nos resultados, aumentaram 11,6%, para R\$2.829 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$2.534 no mesmo período de 2013, principalmente devido: (1) renegociação de alguns dos acordos coletivos no final de 2013, e (2) da internalização de parte das operações de manutenção da planta interna.

Depreciação e Amortização. As despesas de depreciação e amortização aumentaram 6,0%, para R\$4.535 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$4.278 no mesmo período de 2013, devido principalmente à expansão da rede de comunicação de dados, motivada pelo crescimento de infraestrutura 4G e 3G.

Custo de aparelhos e outros. Os custos de aparelhos e outros aumentaram 41,7%, para R\$730 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$515 no mesmo período de 2013, principalmente devido ao aumento na venda de aparelhos impulsionada por parcerias com grandes varejistas em uma iniciativa estratégica de alavancar as vendas smartphone.

Propaganda e Publicidade. As despesas de propaganda e publicidade aumentaram 21,0%, para R\$674 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$557 no mesmo período de 2013, principalmente devido ao aumento de custos com campanhas publicitárias relacionadas a Oi TV, e ao evento Copa do Mundo da FIFA.

Serviços de Terceiros. Os custos e as despesas dos serviços de terceiros aumentaram 2,3% para R\$6.259 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contra R\$6.120 no mesmo período de 2013, principalmente devido ao aumento das despesas com conteúdo de TV e pela implementação de projetos de TI para a Copa do Mundo da FIFA; esse aumento foi parcialmente compensado por uma redução nas despesas com consultoria e menores custos de *call center* em função de processos de vendas mais eficientes.

Outras receitas operacionais, líquidas. As outras receitas operacionais, líquidas, aumentaram para R\$3.246 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, devido principalmente a: (1) R\$2.370 milhões, líquido de despesas de transação, relacionados à venda de 100% do capital social de duas subsidiárias, detentoras de torres de telecomunicações usadas na prestação de serviços de telefonia móvel; (2) R\$355 milhões de reversão de provisão decorrentes da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos societários; (3) reversão de R\$476 milhões da provisão em virtude da adesão ao REFIS. Em 2013, as receitas (despesas) incluem substancialmente: (1) R\$ 201 milhões decorrentes de reversão de provisão registrada na sequência da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas; (2) R\$ 330 milhões decorrentes da reversão de provisão para a participação dos empregados nos lucros; (3) R\$ 173 milhões relacionados a venda de um imóvel; e (4) R\$ 1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação, relacionados a venda da GlobeNet.

Resultado financeiro

Receitas financeiras. A receita financeira diminuiu 2,2% para R\$1.345 milhões em 2014 em relação a R\$1.375 milhões em 2013, principalmente devido a: (1) diminuição de 59,0% em dividendos a receber da PT, em decorrência da reorganização societária ocorrida em maio de 2014, (2) diminuição de 53,4% em variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior de R\$32 milhões em 2014 em relação a R\$70 milhões em 2013, principalmente devido a diminuição de nossas aplicações em moeda estrangeira, e (3) diminuição de 36,2% em outras receitas de R\$163 milhões em 2014 em relação a R\$254 milhões em 2013.

Os efeitos dessas diminuições foram parcialmente compensados por: (1) um aumento de 27,3% nos rendimentos de aplicações financeiras de R\$355 milhões em 2014 em relação a R\$279 milhões em 2013, principalmente como resultado do aumento no volume médio de nossos investimentos de curto prazo, principalmente em função do aumento de capital ocorrido em maio de 2014, e (2) um aumento de 9,8% nos juros e variações monetárias sobre outros ativos de R\$762 milhões em 2014 em relação a R\$694 milhões em relação a 2013.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram 26,7%, para R\$5.891 milhões em 2014 em relação a R\$4.650 milhões em 2013, principalmente devido a: (1) um aumento de 19,6% em juros sobre empréstimos a pagar a terceiros e juros sobre debêntures para R\$2.933 milhões em 2014 em relação a

R\$2.452 milhões ao longo de 2013, principalmente como resultado de um aumento no saldo médio de nossos empréstimos a pagar a terceiros, principalmente devido a captações de linhas de crédito e desembolsos de empréstimos com o BNDES, (2) 63,1% de redução nos ganhos em transações com derivativos de R\$427 milhões em 2014 em relação a R\$1.159 milhões em 2013, principalmente como resultado da depreciação de 13,4% do Real em relação ao Dólar, (3) um aumento de 31,8% de juros e variações monetárias sobre outros passivos de R\$811 milhões em 2014 em relação a R\$616 milhões em 2013, principalmente como resultado do aumento nos juros e ajustes de inflação de outras obrigações da Companhia principalmente devido a um aumento na quantidade média de nossas outras obrigações, (4) um aumento de 99,9% nas despesas de Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários de R\$386 milhões em 2014 em relação a R\$193 milhões em 2013, principalmente como resultado do aumento nessas despesas como resultado da operação de aumento de capital ocorrida em maio de 2014, e (5) um aumento de 73,3% em outras despesas de R\$358 milhões em 2014 em relação a R\$206 milhões em 2013.

Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados por uma redução de 27,2% nas variações monetárias e cambiais sobre empréstimos a pagar a terceiros de R\$1.465 milhões em 2014 em relação a R\$2.013 milhões em 2012, principalmente como resultado da depreciação de 13,4% do Real em relação ao Dólar.

Imposto e renda e contribuição social sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi de 34%. A despesa com imposto de renda e contribuição social aumentou 115,8%, de R\$1.120 milhões em 2014 em relação a R\$519 milhões em 2013. A alíquota efetiva foi de 93,5% em 2014 e de 25,3% em 2013. O quadro abaixo apresenta uma conciliação da alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota efetiva para cada período apresentado.

	Exercício social encerrado em 31 de	
	dezembro de	
	2014	2013
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34,0%	34,0%
Efeitos tributários sobre equivalência patrimonial	0,2	0,3
Efeitos tributários sobre juros sobre o capital próprio		
Efeitos tributários de (adições) exclusões permanentes	63,1	(7,1)
Efeitos tributários sobre incentivos fiscais	(3,0)	(1,5)
Efeito tributário da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	-	(1,3)
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos	3,9	4,6

Exercício social encerrado em 31 de**dezembro de**

	2014	2013
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos constituídos.....	(4,4)-	-
Efeitos tributário do imposto de renda de exercícios anteriores	0,4	(3,6)
Efeitos tributário de taxas de impostos diferenciadas.....	(0,6)	
Alíquota efetiva	93,5%	25,3%

Nossa taxa efetiva de imposto foi 93,5% em 2014, principalmente como resultado de (1) o efeito fiscal das adições permanentes, principalmente como resultado dos efeitos líquidos de adições permanentes de quitação de principal, multa e juros com a utilização de saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL nos termos do artigo 2º. da Lei 12.996/2014 e do artigo 33º. da Lei 13.043/2014 no montante de R\$ 443 milhões e baixa de créditos fiscais de improvável realização relativos a perdas potenciais das ações detidas da PT SGPS pela controlada TMAR de R\$ 266 milhões, que aumentaram a taxa de imposto efetiva em 63,1%, (2) o efeito fiscal dos incentivos fiscais previstos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ou a SUDENE, resultantes de uma redução na base de cálculo do lucro nas regiões promovidas pela SUDENE, que reduziu a nossa taxa efetiva de imposto por 3.0%.

Nossa taxa efetiva de imposto foi 25,3% em 2013, principalmente como resultado de (1) o efeito fiscal das adições permanentes, principalmente como resultado dos efeitos líquidos da exclusão permanente (adições) de dividendos prescritos, multas não dedutíveis, incentivos fiscais e patrocínios, que diminuíram a taxa de imposto efetiva por 7.1%, (2) o efeito fiscal dos incentivos fiscais previstos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ou a SUDENE, resultantes de uma redução na base de cálculo do lucro nas regiões promovidas pela SUDENE, que reduziu a nossa taxa efetiva de imposto por 1.5%, (3) os efeitos fiscais de imposto de renda de exercícios anteriores, o qual reduziu nossa taxa de imposto por 3.6% e (4) o efeito fiscal de nossa utilização de prejuízos fiscais, que reduziu nosso a taxa efetiva de imposto por 1,3%. Os efeitos destes fatores foram parcialmente compensados pelo efeito fiscal de ativo por impostos diferidos não reconhecidos em relação a pessoas jurídicas que não são elegíveis para reconhecer os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, o que aumentou a taxa de imposto efetiva em 4.6%.

Resultado do exercício

Lucro das operações continuadas. O lucro das operações continuadas foi de R\$8 milhões em 2014 e de R\$1.493 milhões em 2013.

Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos). O resultado líquido de operações descontinuadas está representado principalmente por: (1) A provisão para perda no valor de R\$ 4.164 milhões no investimento da PT Portugal que resulta do reconhecimento dos ativos da PT Portugal ao seu valor justo deduzido de despesas de venda. O valor de venda considerado para determinação da provisão para perda corresponde à oferta da Altice de R\$ 23.880 milhões (€7.400 milhões) deduzida do "earn-out" de R\$ 1.613 milhões (€500 milhões) e de passivos com benefícios de reforma assumidos pela PT Portugal e outros no montante de R\$3.872 milhões (€1.200 milhões), e (2) resultado das operações descontinuadas da PT Portugal no montante de R\$250 milhões.

Prejuízo do exercício. Em razão do mencionado acima, o prejuízo de exercício foi de R\$4.406 milhões em 2014 em comparação a um lucro de R\$1.493 milhões em 2013.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Consolidado)

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios são identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações.

A geração de receita de cada um dos segmentos de negócios é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

A comparação do resultado operacional de 2013 com o resultado operacional de 2012 foi influenciado de forma significativa pela Reorganização Societária do grupo ocorrida em 27 de fevereiro de 2012, que compreendeu as incorporações da Coari e da TNL e a transformação da TMAR em subsidiária integral da Companhia. Desta forma, os resultados apresentados de 2012 compreendem os resultados consolidados das referidas empresas a partir de 27 de fevereiro de 2012, equivalente a um período de dez meses no ano de 2012 e doze meses no ano de 2013.

A tabela a seguir apresenta os componentes da demonstração do resultado consolidada, além da variação percentual em relação ao exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Variação</u> <u>%</u>
Residencial	10.303	8.941	15,2
Mobilidade pessoal	9.290	8.010	16,0
Empresarial / Corporativo	8.455	7.695	9,9
Outros serviços e negócios	374	515	(27,4)
Receita de vendas e/ou serviços	28.422	25.161	13,0
Despesas operacionais			
Depreciação e amortização	(4.278)	(3.221)	32,8
Interconexão	(3.966)	(3.915)	1,3
Pessoal	(2.534)	(2.238)	13,2
Serviços de terceiros	(6.120)	(5.347)	14,5
Serviços de manutenção da rede	(2.328)	(2.029)	14,7
Custo de aparelhos e outros	(515)	(507)	1,6
Propaganda e publicidade	(557)	(443)	25,7
Aluguéis e seguros	(2.120)	(1.603)	32,3
Provisões/reversões	(657)	(400)	64,3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(923)	(503)	83,5
Tributos e outras despesas	(1.508)	(196)	669,4
Outras receitas operacionais, líquidas	2.370	-	
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Tributos	5.286	4.760	11,1
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	1.375	2.275	(39,6)
Despesas financeiras	(4.650)	(4.491)	3,5
Resultado antes das tributações	2,011	2,544	(20,9)
Imposto de renda e contribuição social	(519)	(759)	(31,6)
Lucro líquido	R\$1.492	R\$1.785	(16,4)

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer período são feitas em relação ao período anterior correspondente, salvo indicação em contrário pelo contexto.

Receita de vendas e/ou serviços

A Receita de vendas e/ou serviços aumentou 13,0% em 2013, principalmente devido ao aumento de 15,2% da receita líquida dos serviços residenciais, de 16,0% da receita líquida dos serviços de mobilidade pessoal e de 9,9% da receita líquida dos serviços Empresariais / Corporativos, cujos efeitos foram parcialmente compensados pela queda de 27,4% na receita operacional líquida dos outros serviços e negócios.

Residencial

A receita operacional líquida da categoria Residencial representou 36,3% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Este segmento da Oi inclui serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) de varejo e as adições (exclusões) líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Unidades Geradoras de Receita (em milhares):	<u>2013</u>	<u>2012</u>	Varição %
Serviços de telefonia fixa	11.750	12.478	(5,8)
Banda larga	5.258	5.102	3,1
TV por assinatura	829	757	9,5
Total	17.837	18.337	(2,7)
Adições líquidas (em milhares)			
Serviços de telefonia fixa	(728)	(568)	28,2
Banda larga	156	690	(77,4)
TV por assinatura	72	406	(82,3)
Total	(500)	528	(194,7)

A receita operacional líquida de serviços residenciais aumentou 15,2% devido principalmente à consolidação dos resultados da Telemar e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, que gerou uma receita líquida de serviços residenciais de R\$6.978 milhões em 2013 contra R\$5.586 milhões no período de 10 meses findo em 31 de dezembro de 2012 (o período de 2012 em que a Oi consolidou esses resultados), cujos efeitos foram parcialmente compensados pela queda de 0,9% na receita líquida de serviços residenciais das operações legadas, devido principalmente ao baixo volume de adições brutas, devido a uma política de crédito mais conservadora e à manutenção de uma rigorosa política de desconexões involuntárias no segundo semestre de 2013, coerente com o objetivo da Companhia de melhorar a qualidade da sua base de clientes. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 6,8% na receita líquida média por assinante, que reflete principalmente o incremento contínuo das ofertas de pacotes de linhas fixas com banda larga.

A Companhia continuou a focar na melhoria da qualidade da sua base de clientes, através de uma estratégia comercial mais conservadora, adaptando para tal as suas políticas de crédito e os processos comerciais, resultando em menos adições brutas. Por outro lado, a estratégia baseada em pacotes, iniciativas de retenção de clientes e esforços de upselling resultaram na queda das desconexões voluntárias, no crescimento do ARPU e em um nível mais razoável de inadimplência, gerando um perfil de mais qualidade e rentabilidade da base de clientes.

Unidades Geradoras de Receitas (UGR) dos Serviços Residenciais - Visão Geral

Fixo. O número de clientes de telefonia fixa no segmento Residencial foi de 11.750 mil e as desconexões líquidas somaram 728 mil linhas fixas em 2013, contra 568 mil em 2012. Esse aumento foi resultado de um menor volume de adições brutas, devido à política de crédito mais conservadora, e da manutenção da rigorosa política de desconexões involuntárias no segundo semestre de 2013, coerente com o objetivo da Companhia de melhorar a qualidade de sua base de clientes.

Ao longo de 2013 houve uma melhoria das taxas de retenção, graças a iniciativas focadas em vendas cruzadas e outras iniciativas de retenção que, basicamente, incluíram a aplicação mais assertiva de estratégias de oferta de produtos mais adequados ao perfil atual do cliente. Por conseguinte, as opções oferecidas pelas equipes de vendas da Oi incluíram o redesenho dos planos de telefonia fixa, a venda de novas assinaturas de banda larga e TV através de pacotes convergentes, além de oferecer planos no segmento de Mobilidade Pessoal que promovem convergência fixo-móvel. Os pacotes de ofertas Oi Conta Total e Oi Voz Total são dois desses exemplos que têm como objetivo aumentar o ARPU e reduzir as desconexões. O Oi Conta Total (OCT) é uma oferta triple-play pós-paga que combina telefonia fixa, banda larga e móvel pós-pago e que pode ser combinada com a TV por assinatura (quadruple-play) e pacotes de dados móveis, enquanto o Oi Voz Total é uma oferta double-play que combina linha fixa e móvel pré-pago com objetivo de melhorar a convergência fixo-móvel. Todas essas ofertas possuem taxas de desconexão bastante baixas quando comparadas aos produtos avulsos.

Nos planos sob contrato, em que o cliente acumula descontos nas faturas mensais caso permaneçam na base durante todo o período de 12 meses de contrato, têm sido uma ferramenta importante no controle das taxas de desconexão.

Banda Larga. O número de clientes de banda larga no segmento Residencial foi de 5.258 mil, um aumento de 3,1% em relação a 2012, registrando 156 mil adições líquidas em 2013. A penetração da banda larga fixa da Oi em residências que já possuíam produtos Oi atingiu 44,2%, 3,8 pontos percentuais acima dos 40,4% registrados no fim de 2012. Junto com a TV por assinatura, a banda larga exerce papel importante no aumento da rentabilidade do segmento Residencial, seja por meio de venda cruzada ou de upselling de ofertas convergentes, que ajudam a reduzir as desconexões e a melhorar o ARPU do segmento. Na comparação com o trimestre anterior, houve uma queda de 1,5%, nas as UGR de banda larga devido principalmente ao saneamento da base e à redução das adições brutas, em linha com o foco da Companhia na qualidade das vendas.

A velocidade média para os clientes de banda larga Residencial aumentou 18,8%, de 3,2 Mbps em 2012 para 3,8 Mbps em 2013. A participação de UGR com velocidade igual ou superior a 5 Mbps também aumentou, em 8 p.p. em relação ao ano anterior, encerrando 2013 em 39%. Cerca de 18% das UGR de banda larga possui velocidade igual ou superior a 10 Mbps. Esses avanços resultam dos esforços da Oi em aumentar a sua capacidade de retenção e a rentabilidade dos clientes, apoiados por investimentos na expansão da capilaridade e capacidade de sua rede de banda larga e no aumento de velocidade. Como resultado, a desconexão voluntária continuou a cair, evidenciando os resultados da estratégia focada na melhoria da qualidade da base de clientes.

TV por Assinatura. A base de clientes de TV por assinatura no segmento Residencial foi de 829 mil UGR, um crescimento de 9,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, apesar das iniciativas focadas na qualidade das vendas e da decisão da Companhia de relançar a Oi TV em 2014 após a implementação de uma nova plataforma baseada no satélite SES-6, contratado em 2013, que impactaram a aquisição de novos clientes no fim de 2013.

O SES-6 aumentará a capacidade de DTH da Oi TV e melhorará a qualidade e a cobertura do sinal, permitindo à Companhia oferecer mais canais de HD e canais locais na sua grade de programação, além de serviços de pay-per-view, video on demand e interativos. A capacidade adicional propiciada pelo SES-6 é uma vantagem competitiva que sustentará o crescimento de médio e longo prazos da TV por assinatura via DTH da Oi.

Com o atrativo da oferta de entrada de canais HD a preços competitivos, o segmento de TV por assinatura possui um alto potencial de upselling dentro do portfólio da Oi, devido à oferta de diversos pacotes e canais extra, que terão um impacto positivo no crescimento sustentável do ARPU residencial, além de exercer um papel estratégico na retenção e fidelização dos clientes residenciais.

ARPU Residencial. A Companhia encerrou 2013 com 11.900 mil residências conectadas à rede, 58% das quais, ou 6.911 mil residências, com mais de um produto Oi, uma evolução positiva de 4,7 p.p. e um crescimento mais significativo no número de residências com ofertas triple-play e quadruple-play. Devido à maior exposição das residências Oi à banda larga fixa e à TV por assinatura (produtos com maior potencial de upselling), o ARPU residencial continuou a apresentar resultados positivos, fechando em R\$73,9, um aumento de 6,8% em relação a 2012. Esse desempenho é fruto do crescimento de banda larga fixa e da TV por assinatura (ambos em termos de UGR e ARPU) assim como das iniciativas de fidelização e retenção.

Mobilidade Pessoal

A receita operacional líquida da categoria mobilidade pessoal representou 32,7% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Esse segmento inclui a venda de serviços de telefonia móvel pré e pós-pagos que incluem serviços de voz e comunicação de dados prestados aos nossos clientes de mobilidade pessoal. A tabela a seguir especifica o número total de linhas móveis e as adições líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Clientes de telefonia móvel (em milhares):

2013

2012

Variação %

Pós-pago (a)	6.708	6.472	3,6
Pré-pago	41.019	39.832	3,0
Total	47.727	46.304	3,1
Adições líquidas (em milhares)			
Pós-pago	236	1.187	(80,1)
Pré-pago	1.187	1.854	(36,0)
Total	1.423	3.041	(53,2)

A receita operacional líquida dos serviços de mobilidade pessoal aumentou 16,0% principalmente devido (1) à consolidação dos resultados da Telemar e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, que gerou uma receita líquida desses serviços de R\$7.589 milhões em 2013 contra R\$6.333 milhões no período de 10 meses findo em 31 de dezembro de 2012, e (2) ao aumento de 1,4% na receita líquida dos serviços de mobilidade pessoal das operações legadas da Oi, devido principalmente (1) a maior base de clientes móveis, (2) ao desempenho da receita de dados (internet móvel, banda larga móvel e serviços de valor agregado) e (3) às novas ofertas de serviços pré-pagos lançados no segundo semestre que resultaram no crescimento contínuo do volume médio das recargas, cujos efeitos foram parcialmente compensados pela redução das tarifas de interconexão nos serviços móveis ("VU-M") em fevereiro de 2013.

Unidades Geradoras de Receitas (UGR) dos Serviços Móveis - Visão Geral

Pré-pago. O número de clientes de pré-pago foi de 41.019 mil, um aumento de 3,0% em relação a 2012.

Devido ao foco da Companhia em disciplina financeira e geração de caixa, o segmento pré-pago tem uma importância estratégica devido às suas características intrínsecas, inclusive: (i) escala, (ii) custos de aquisição de clientes muito baixos, (iii) nenhum custo de emissão de faturas nem de cobrança, (iv) inexistência de inadimplência e (v) impacto favorável no capital de giro. Por essas razões, a Oi tem-se concentrado nesse segmento, buscando alavancar o uso de voz e dados destes clientes, especialmente naqueles com perfil ativo de consumo e recarga, evidenciando o foco da Companhia no crescimento rentável.

Em 2013, o volume de recargas brutas aumentou 5,3%, superando o crescimento anual de 3% da base de clientes de pré-pago. A Companhia continuará a estimular esse segmento e já conta com uma infraestrutura de processamentos de recargas com capacidade para 7 mil operações por minuto.

O consumo de dados móveis no pré-pago continua a registrar um crescimento consistente em termos de internet móvel, devido à venda de pacotes adicionais que complementam as ofertas ao cliente e o uso das ferramentas de marketing ativo. Essas iniciativas já estão gerando resultados, evidenciados

pelo aumento de 77% da receita de dados do pré-pago e de 32% na receita de VAS em 2013 e a maior participação do uso de dados no consumo de recargas.

A Companhia tem obtido êxito na implementação da plataforma de gerenciamento de campanhas de recarga, que começou como projeto piloto no 2T13. Essa ferramenta cria, executa e gerencia campanhas personalizadas para clientes de pré-pago e Oi Controle (conceito de marketing individual) e permite o envio de mensagens em tempo real para estimular os clientes a recarregar suas contas e a comprar pacotes adicionais com base no perfil e no contexto do cliente, tornando, assim, as ofertas mais relevantes. A melhoria do desempenho em volume de recargas que a Oi vem apresentando nos últimos trimestres é resultado direto do uso da nova plataforma.

Pós-pago. O número de clientes de pós-pago foi de 6.708 mil, um aumento de 3,6% em relação a 2012.

Com o foco da Companhia na qualidade das vendas, vale ressaltar que o atual volume de adições brutas subsidiadas no segmento pós-pago equivale a menos de 1% do total das vendas. A meta é agregar mais qualidade à base de clientes e proteger o fluxo de caixa com subsídios mais direcionados, rentabilizando o segmento através de um crescimento sustentável da base de pós-pago, além melhorar os níveis de desconexão. Com efeito, nos últimos trimestres, o crescimento da receita do segmento pós-pago foi superior ao crescimento das respectivas UGR. Além disso, a desconexão precoce no pós-pago caiu cerca de 20% em 2012.

A oferta de programas de fidelização também tem sustentado a redução contínua de desconexão voluntária, tanto nos clientes pós-pagos como nos clientes com acesso móvel através da Oi Conta Total. A nova oferta do Oi Conectado, que combina voz, pacote de dados, SMS ilimitado e chamadas ilimitadas para Oi, já representa 10% das vendas, comprovando a crescente atratividade dos dados.

Cobertura 3G e 4G LTE. A Oi encerrou 2013 com cobertura 3G em 891 municípios (76% da população urbana do país), um aumento de 29%, ou de 199 municípios, em relação ao final de 2012.

A Oi já possui oferta de dados 4G LTE em 24 municípios, incluindo as seis cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Salvador, Recife e Fortaleza).

ARPU móvel. O ARPU móvel considera a receita total da móvel (Mobilidade Pessoal + Corporativo / PMEs) na visão de uma empresa móvel separada, ou seja, considera a receita oriunda do tráfego entre as divisões móvel e fixa (intercompany), mas exclui a receita de chamadas de longa distância de origem móvel que pertence à licença do STFC (concessão de voz fixa). Esse valor é então dividido pela base média de clientes para se chegar ao ARPU móvel.

Em 2013, o ARPU móvel foi de R\$19,9, redução de 7,4% em relação a 2012, apesar da redução de 11,3% na taxa de interconexão móvel. A menor receita de interconexão foi parcialmente compensada pelo crescimento da receita de dados e pelo aumento do nível de recarga do pré-pago. Excluindo a receita de interconexão, o ARPU móvel de 2013 apresentou crescimento de 3,9% em relação a 2012.

Empresarial/Corporativo

A receita operacional líquida da categoria Empresarial/Corporativo representou 29,7% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Esse segmento incluiu soluções empresariais oferecidas a clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte que incluem serviços de voz e soluções de dados empresariais. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) e as adições líquidas de varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Acessos fixos no varejo (em milhares):	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>Variação %</u>
Fixa	5.105	5.422	(5,8)
Banda larga	630	594	6,1
Móvel	2.511	2.955	(15,0)
Total	8.246	8.971	(8,1)
Adições líquidas (em milhares)			
Fixa	(317)	339	(193,5)
Banda larga	36	71	(49,3)
Móvel	(444)	713	(162,3)
Total	(725)	1.123	(164,6)

A receita operacional líquida dos serviços Empresariais / Corporativos aumentou 9,9% devido principalmente à consolidação dos resultados da Telemar e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, que gerou uma receita líquida de serviços Empresariais / Corporativos de R\$5.282 milhões em 2013 contra R\$4.426 milhões no período de 10 meses findo em 31 de dezembro de 2012, cujos efeitos foram parcialmente compensados pela queda de 2,9% declínio na receita líquida desses serviços das operações legadas, devido principalmente à diminuição da receita do segmento de PMEs e da receita de clientes Corporativos, motivada sobretudo pela mudança de estratégia ao longo de 2013, com foco na qualidade das vendas.

O número de clientes Empresariais / Corporativos totalizou 8.246, uma diminuição de 8,1% em relação ao final de 2012 que reflete o foco na qualidade das vendas e o saneamento contínuo da base. A redução da base é consequência principalmente da estratégia da Companhia em focar a rentabilidade, incluindo o uso mais racional dos subsídios a aparelhos, além da reavaliação do processo de vendas na busca de maior qualidade do mix de adições de clientes.

A Oi segue com sua parceria tecnológica com a Portugal Telecom, com o objetivo de capturar sinergias e aproveitar a sua expertise em computação na nuvem para oferecer serviços mais completos, buscando a escalabilidade e a disponibilidade de soluções, além da redução de custos. Em 2013, a Oi lançou a

segunda fase dos seus serviços na nuvem destinados aos segmento Corporativo/de PMEs, reforçando a sua estratégia de auxiliar os clientes a aumentar suas receitas e a reduzir seus custos mediante o uso de tecnologia inovadora. As novas soluções operarão na rede internacional de centros de dados da Oi e da Portugal Telecom, incluindo o recém-inaugurado centro de dados da Covilhã, um dos maiores e mais eficientes do mundo.

Unidades Geradoras de Receitas (UGR) do segmento Empresarial/Corporativo - Visão Geral

Empresarial. O segmento empresarial (PMEs) amentou o seu foco não só na qualidade das vendas, mas, sobretudo, na continuidade da reestruturação da sua rede franquias e na adoção de lojas próprias para comercializar suas ofertas. A Companhia alterou a política de comissionamento das franquias, condicionando o pagamento de comissões à adimplência dos clientes adicionados. Essa iniciativa melhorou a qualidade da base de franquias, que passou por um processo mais rígido de supervisão. Também reduziu o total de franquias e, conseqüentemente, a força de venda do segmento, com impacto direto na diminuição das adições brutas. Entretanto, a Companhia já desenvolveu uma nova força de venda (força de vendas interna, lojas próprias e service-to-sales) e maior apoio a parceiros para aumentar as adições brutas no futuro.

Além disso, o segmento também foi excepcional restritivo em termos de subsídio, adotando uma prática bastante conservadora, com foco na fidelização dos atuais clientes. O destaque foi a manutenção da expansão dos serviços fixos de voz (básico e avançada) e de banda larga, evidenciando a assertividade da estratégia de convergência no segmento e compensando parcialmente a redução da base móvel.

A Companhia manteve o seu foco na rentabilidade da base através da melhoria da qualidade das suas vendas com iniciativas como a Ligação de Qualidade (uma ligação para confirmar o pedido com o cliente), a revisão do modelo de comissionamento e ajustes das ofertas atuais.

A base de UGR de telefonia fixa (voz básica e avançada) aumentou 9,1% em relação ao 4T12, continuando a consolidar a reversão de queda de base fixa desse segmento, apesar mesmo da política mais restritiva de adições de clientes. A base de banda larga aumentou 9,8%, demonstrando a expansão contínua da banda larga fixa no segmento PMEs. O segmento móvel apresentou uma queda de 23,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo da redução do uso de subsídios.

Corporativo. A queda anual de UGR do segmento Corporativo deve-se: (i) à primarização de funcionários de um fornecedor no 3T13 e que reduziu o número de UGR do segmento, compensada pelo aumento do número de UGR do segmento de Mobilidade Pessoal, (ii) ao foco na qualidade de vendas, (iii) à redução de subsídios na busca de rentabilidade, principalmente nas ofertas móveis e (iv) ao aumento do volume de vendas no fim de 2012, em linha com a estratégia da Companhia na época.

Em termos de desempenho operacional do período, a formação de rede VPN, acesso à internet e troncos digitais continuaram apresentando crescimentos expressivos. Entretanto, o resultado foi afetado negativamente pela redução dos serviços pós-pagos de voz e dados móveis, resultado direto do corte de

subsídios e da primarização de trabalhadores previamente terceirizados no segundo semestre de 2013, que foram realocados da base de clientes corporativos para a base móvel da Oi.

A Companhia manteve as novas ofertas de serviços de nuvem em parceria com a Portugal Telecom, agregando serviços adicionais à carteira cloud computing do segmento e fornecendo soluções mais completas de telecomunicações e TI. Isso permitiu à Oi (i) desenvolver uma plataforma de data center virtual, possibilitando ainda maior flexibilidade e granularidade na gestão de recursos e faturamento, (ii) fortalecer o portfólio de ofertas de serviços de nuvem, com a agregação de soluções em plataforma inovadoras e modelos de Software as a Service (SaaS) e (iii) expandir o ecossistema de centros de dados da Oi com a integração dos da Portugal Telecom, possibilitando soluções sofisticadas de redundância e recuperação de desastres.

A parceria da Oi com a Portugal Telecom também visa capturar sinergias operacionais no segmento de M2M (Machine-to-Machine). Existe um projeto em curso para uso da plataforma e especialização da Portugal Telecom para melhorar a carteira de soluções da Oi nesse segmento.

Despesas operacionais

As despesas operacionais da Oi aumentaram 13,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, devido principalmente:

- Aumento de 32,8%, ou R\$1.057 milhões, nos custos de depreciação e amortização;
- Aumento de 14,4%, ou R\$773 milhões, nos custos de serviços de terceiros;
- Aumento de 32,3%, ou R\$517 milhões, nos custos de aluguéis e seguros;
- Aumento de 83,5%, ou R\$420 milhões, na provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Aumento de 14,7%, ou R\$299 milhões, nos serviços de manutenção da rede;
- Aumento de 25,7%, ou R\$114 milhões, nas despesas de publicidade e propaganda;
- Aumento de 13,2%, ou R\$296 milhões, em despesas com pessoal;
- Aumento de 1,3%, ou R\$51 milhões, nos custos de interconexão; e
- Aumento de 670,4%, ou R\$1.312 milhões, em outros custos e despesas.

Os efeitos desses fatores foram parcialmente compensados pela geração de R\$2.370 milhões em outras receitas operacionais, líquidas.

Assim, o resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos da Oi aumentou 11,1%, para R\$5.286 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contra R\$4.760 milhões no mesmo período de 2012. Como porcentagem da receita líquida, o resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos desse segmento caiu para 18,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contra 18,9% no mesmo período de 2012.

Depreciação e Amortização. As despesas de depreciação e amortização aumentaram 32,8%, para R\$4.278 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contra R\$3.221 no mesmo período de 2012, devido principalmente (1) à consolidação dos resultados da Telemar e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, as quais incorreram despesas de depreciação e amortização de R\$3.369 milhões em 2013 contra R\$2.150 milhões incorridas no período de 10 meses findo em 31 de dezembro de 2012 e (2) o início dos serviços 4G e de crescimento dessa rede, que aumentou o valor das licenças amortizáveis e do imobilizado depreciável, além da expansão da rede de comunicação de dados da Oi, motivada pelo crescimento de infraestrutura 4G e 3G;

Serviços de Terceiros. Os custos e as despesas dos serviços de terceiros aumentaram 15,0% para R\$6.120 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contra R\$5.347 no mesmo período de 2012, principalmente devido à consolidação dos resultados da Telemar e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, as quais incorreram despesas de serviços de terceiros no valor de R\$4.594 milhões em 2013 contra R\$3.740 milhões no período de 10 meses findo em 31 de dezembro de 2012, cujos efeitos foram parcialmente compensados por uma queda de 8,9% nos custos e as despesas dos serviços de terceiros das operações legadas, principalmente como resultado da queda das despesas com comissões de vendas devido aos nossos esforços para melhorar a nossa política de comissão de franquia, que motivou a reestruturação da rede de franquias com base na eficiência e qualidade das vendas, que reduziu a quantidade total de franqueados.

Aluguéis e Seguros. Os custos com aluguéis e seguros aumentaram 32,3%, para R\$2.120 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contra R\$1.603 no mesmo período de 2012, devido principalmente (1) à consolidação dos resultados da Telemar e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, as quais incorreram custos com aluguéis e seguros no valor de R\$1.895 milhões em 2013 contra R\$1.256 milhões no período de 10 meses findo em 31 de dezembro de 2012 e (2) um aumento do valor dos alugueis de imóveis da infraestrutura de rede, motivado pela venda de ativos não estratégicos, que passaram a ser alugados.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentou 83,5%, para R\$923 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contra R\$503 no mesmo período de 2012, devido principalmente (1) à consolidação dos resultados da Telemar e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, as quais constituíram uma provisão no valor de R\$703 milhões em 2013 contra R\$335 milhões no período de 10 meses findo em 31 de dezembro de 2012 e (2) ao aumento do percentual de créditos a receber das operações legadas registrados como provisão com base no aumento da taxa de inadimplência entre os clientes de telefonia fixa.

Serviços de Manutenção da Rede. Os custos dos serviços de manutenção da rede aumentaram 14,7%, para R\$2.328 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contra R\$2.029 no mesmo período de 2012, principalmente devido (1) à consolidação dos resultados da Telemar e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, as quais incorreram custos dos serviços de manutenção da rede no valor de R\$1.596 milhões e, 2013 contra R\$1.303 milhões no período de 10 meses findo em 31 de dezembro de 2012 e (2) as negociações com provedores de serviços de manutenção da rede, destinadas a melhorar a qualidade da rede de banda larga a fim de permitir a melhoria dos serviços prestados aos nossos clientes.

Propaganda e Publicidade. As despesas de propaganda e publicidade aumentaram 25,7%, para R\$557 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contra R\$443 no mesmo período de 2012, principalmente devido (1) à consolidação dos resultados da Telemar e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, as quais incorreram despesas de propaganda e publicidade no valor de R\$419 milhões em 2013 contra R\$307 milhões no período de 10 meses findo em 31 de dezembro de 2012 e (2) o aumento nas despesas em campanhas publicitárias de promoção do Oi Galera móvel e do Oi at Rock in Rio.

Pessoal. Os custos e despesas com pessoal, inclusive benefícios e encargos sociais e participação de funcionários e administração nos resultados, aumentaram 13,6%, para R\$2.534 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contra R\$2.238 no mesmo período de 2012, principalmente devido (1) à consolidação dos resultados da Telemar e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, as quais incorreram custos e despesas de pessoal no valor de R\$1.477 milhões em 2013 contra R\$862 milhões no período de 10 meses findo em 31 de dezembro de 2012 e (2) o aumento de 19,3% nos custos e despesas de pessoal das operações legadas, principalmente como resultado do aumento do número de funcionários operacional e da remuneração de alguns desses funcionários em virtude da renegociação de alguns dos acordos coletivos no final de 2012.

Interconexão. Os custos de interconexão aumentaram 1,3%, para R\$3.966 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contra R\$3.915 no mesmo período de 2012, principalmente devido à consolidação dos resultados da Telemar e de suas controladas a partir de 27 de fevereiro de 2012, as quais incorreram custos de interconexão no valor de R\$2.909 milhões em 2013 contra R\$2.711 milhões no período de 10 meses findo em 31 de dezembro de 2012, cujos efeitos foram parcialmente compensados pela diminuição de 12,2% nos custos de interconexão das operações legadas, principalmente como resultado da queda das taxas de VU-M cobradas por operadoras de celular mobile a partir de Fevereiro de 2013.

Outras receitas operacionais, líquidas. As outras receitas operacionais, líquidas aumentaram para R\$2.370 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, devido principalmente: (1) a receita da venda de ativos no valor de R\$1.497 milhões em 2013, resultado da venda da GlobeNet, (2) R\$ 201 milhões decorrentes de reversão de provisão registrada na sequência da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas; (3) R\$ 330 milhões decorrentes da reversão de provisão para a participação dos empregados nos lucros; e (4) R\$ 173 milhões relacionados a venda de um imóvel;

Resultado financeiro

Receitas financeiras. A receita financeira diminuiu 39,6% para R\$1.375 milhões em 2013 em relação a R\$2.275 milhões em 2012, principalmente devido a:

- uma diminuição de 89,3% em ganhos cambiais sobre investimentos em moeda estrangeira para R\$ 70 milhões em 2013 em relação a R\$ 650 milhões ao longo de 2012, principalmente como resultado de uma diminuição de nossas aplicações em moeda estrangeira e à depreciação de 14,6% do Real frente o Dólar durante 2013, em comparação com a depreciação de 8,9% do Real em relação ao Dólar ao longo de 2012, e

- uma diminuição de 45,9% na receita de investimentos de curto prazo de R\$ 279 milhões em 2013 em relação a R\$ 515 milhões ao longo de 2012, principalmente como resultado de uma diminuição no volume médio de nossos investimentos de curto prazo.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram 3,5%, para R\$4.650 milhões em 2013 em relação a R\$4.491 milhões em 2012, principalmente devido a:

- um aumento de 18,7% em juros sobre empréstimos a pagar a terceiros e juros sobre debêntures para R\$2.452 milhões em 2013 em relação a R\$ 2.066 milhões ao longo de 2012, principalmente como resultado de um aumento no saldo médio de nossos empréstimos a pagar a terceiros e debenturistas, principalmente como resultado da consolidação do endividamento da TMAR e suas controladas, a partir de 27 de fevereiro de 2012; e
- um aumento de 26,2 % de juros e ajustes de inflação em outras obrigações para R\$616 milhões durante 2013 de R\$488 milhões durante 2012, principalmente como resultado de (1) um aumento nos juros e ajustes de inflação das operações da Companhia principalmente devido a um aumento na quantidade média de nossas outras obrigações e (2) a consolidação dos resultados da TMAR e suas subsidiárias a partir de 27 de fevereiro de 2012, que registrou juros e ajustes de inflação de R\$285 milhões durante 2013 comparados com R\$242 milhões durante o período de dez meses encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Os efeitos desses fatores foram parcialmente compensados por um aumento de 23,0% nos ganhos em transações com derivativos para R\$ 1.159 milhões em 2013 em relação a R\$ 942 milhões em 2012, principalmente como resultado da depreciação de 14,6% do Real em relação ao Dólar e a depreciação 19,7% do Real em relação ao Euro em 2013, em comparação com a depreciação de 8,9% do Real em relação ao Dólar e da depreciação de 10,7% do Real em relação ao Euro durante 2012.

Imposto e renda e contribuição social sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi de 34%. A despesa com imposto de renda e contribuição social diminuiu 31,6%, de R\$519 milhões em 2013 em relação a R\$759 milhões em 2012. A alíquota efetiva foi de 25,3% em 2013 e de 29,9% em 2012. O quadro abaixo apresenta uma conciliação da alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota efetiva para cada período apresentado.

Exercício social encerrado em 31 de	
dezembro de	
2013	2012

Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social

34,0%

34,0%

Exercício social encerrado em 31 de

dezembro de

	2013	2012
Efeitos tributários sobre equivalência patrimonial	0,3	0,2
Efeitos tributários sobre juros sobre o capital próprio		0,2
Efeitos tributários de (adições) exclusões permanentes	(7,1)	0,5
Efeitos tributários sobre incentivos fiscais	(1,5)	(6,1)
Efeito tributário da compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(1,3)	-
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos	4,6	1,6
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos	-	(0,3)
Efeitos tributário do imposto de renda de exercícios anteriores	(3,6)	-
Alíquota efetiva	<u>25,3%</u>	<u>29,9%</u>

Nossa taxa efetiva de imposto foi 25,3% em 2013, principalmente como resultado de (1) o efeito fiscal das adições permanentes, principalmente como resultado dos efeitos líquidos da exclusão permanente (adições) de dividendos prescritos, multas não dedutíveis, incentivos fiscais e patrocínios, que diminuíram a taxa de imposto efetiva por 7.1%, (2) o efeito fiscal dos incentivos fiscais previstos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ou a SUDENE, resultantes de uma redução na base de cálculo do lucro nas regiões promovidas pela SUDENE, que reduziu a nossa taxa efetiva de imposto por 1.5%, (3) os efeitos fiscais de imposto de renda de exercícios anteriores, o qual reduziu nossa taxa de imposto por 3.6% e (4) o efeito fiscal de nossa utilização de prejuízos fiscais, que reduziu nosso a taxa efetiva de imposto por 1,3%. Os efeitos destes fatores foram parcialmente compensados pelo efeito fiscal de ativo por impostos diferidos não reconhecidos em relação a pessoas jurídicas que não são elegíveis para reconhecer os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, o que aumentou a taxa de imposto efetiva em 4.6%.

A alíquota efetiva foi de 29,9% em 2012, principalmente como resultado do incentivo fiscal referente ao lucro na exploração reconhecido no resultado da controlada TNL PCS, no âmbito de obtenção do Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, como resultado da redução na base de cálculo dos lucros auferidos nas regiões promovidas pela SUDENE, que reduziu a nossa taxa efetiva em 6,1%. Esse efeito foi parcialmente compensado por: (1) efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa, o que aumentou nossa alíquota efetiva em 1,6%, e (2) efeitos fiscais de adições (exclusões) permanentes, principalmente como resultado dos efeitos líquidos de adições (exclusões) permanentes de dividendos prescritos, multas não dedutíveis, incentivos fiscais e patrocínios, o que aumentou nossa alíquota efetiva em 0,5%.

Resultado do exercício

Lucro líquido. Nosso lucro líquido consolidado diminuiu 16,4%, para R\$1.493 milhões em 2013, em relação a R\$1.785 milhões em 2012. Como percentual da receita operacional líquida, o lucro líquido caiu para 5,3% em 2013 em relação a 7,1% em 2012.

h.2) Balanço Patrimonial

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 das contas patrimoniais.

ATIVO	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição
	2014	%	2013	%	Dez/14 x Dez/13
Circulante	49.287	47,9	17.930	25,5	178,6
Caixa e equivalentes de caixa	2.449	2,4	2.425	3,4	1,0
Aplicações financeiras	171	0,2	493	0,7	(65,3)
Instrumentos financeiros derivativos	341	0,3	452	0,6	(24,6)
Contas a receber	7.450	7,2	7.097	10,1	5,1
Estoques	478	0,5	433	0,6	10,4
Tributos correntes a recuperar	1.097	1,1	907	1,3	20,9
Outros tributos	1.054	1,0	1.474	2,1	(28,5)
Depósitos judiciais	1.134	1,1	1.316	1,9	(13,8)
Valores a receber na venda da GlobeNet			1.776	2,5	(100,0)
Ativo relacionado aos fundos de pensão	2	0,0	10	0,0	(80,0)
Ativos mantidos para venda	33.927	33,0	242	0,3	13.919,4
Demais ativos	1.184	1,2	1.305	1,9	(10,1)
Não circulante	53.502	52,1	52.409	74,5	2,1
Créditos com partes relacionadas					
Aplicações financeiras	111	0,1	99	0,1	12,1
Instrumentos financeiros derivativos	2.881	2,8	1.621	2,3	77,7
Tributos diferidos a recuperar	7.626	7,4	8.274	11,8	(7,8)
Outros tributos	742	0,7	891	1,3	(16,7)
Ativo financeiro disponível para venda			914	1,3	(100,0)
Depósitos judiciais	12.260	11,9	11.051	15,8	10,9
Ativo relacionado aos fundos de pensão	46	0,0	60	0,1	(23,3)
Ativos mantidos para venda			242	0,3	(100,0)
Demais ativos	327	0,3	377	0,5	(13,3)
Investimentos	148	0,1	174	0,2	(14,9)
Imobilizado	25.670	25,0	24.786	35,2	3,6

ATIVO	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição
	2014	%	2013	%	Dez/14 x Dez/13
Intangível	3.691	3,6	3.919	5,6	(5,8)
TOTAL DO ATIVO	102.789	100,0	70.096	100,0	46,6

PASSIVO	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição
	2014	%	2013	%	Dez/14 x Dez/13
Circulante	42.558	42,0	15.540	22,2	183,5
Salários, encargos sociais e benefícios	744	0,7	651	0,9	14,3
Fornecedores	4.337	4,2	4.732	6,8	(8,5)
Empréstimos e financiamentos	4.464	4,3	4.159	5,9	7,3
Instrumentos financeiros derivativos	524	0,5	410	0,6	27,8
Tributos correntes a recolher	477	0,5	432	0,6	10,4
Outros tributos	1.668	1,6	2.112	3,0	(21,1)
Dividendos e juros sobre capital próprio	185	0,2	231	0,3	(19,9)
Autorizações e concessões a pagar	676	0,7	457	0,7	47,9
Programa de refinanciamento fiscal	94	0,1	100	0,1	(6,0)
Provisões	1.059	1,0	1.224	1,7	(13,5)
Provisões para fundos de pensão	130	0,1	184	0,3	(29,3)
Passivos associados a ativos mantidos para venda	27.178	26,4			
Demais obrigações	1.022	1,0	848	1,2	20,5
Não Circulante	40.921	40,4	43.031	61,4	(4,9)
Empréstimos e financiamentos	31.386	30,5	31.695	45,2	(1,0)
Instrumentos financeiros derivativos	143	0,1	157	0,2	(8,9)
Outros tributos	875	0,9	1.747	2,5	(49,9)
Autorizações e concessões a pagar	686	0,7	1.027	1,5	(33,2)
Programa de refinanciamento fiscal	896	0,9	1.020	1,5	(12,2)

Provisões	4.073	4,0	4.393	6,3	(7,3)
Provisões para fundos de pensão	347	0,3	459	0,7	(24,4)
Demais obrigações	2.515	2,5	2.533	3,6	(0,7)
Patrimônio líquido	19.310	18,8	11.524	16,4	54,5
Capital social	21.438	20,9	7.471	10,7	186,9
Custo de emissão de ações	(310)	(0,3)	(57)	(0,1)	443,9
Reservas de capital	3.978	3,9	3.978	5,7	0,0
Obrigações em instrumentos patrimoniais	(2.895)	(2,8)			
Reservas de lucro	1.933	1,9	2.324	3,3	(16,8)
Ações em tesouraria	(2.368)	(2,3)	(2.105)	(3,0)	12,5
Outros resultados abrangentes	45	0,0	(92)	(0,1)	148,9
Outros	4	0,0	4	0,0	0,0
Prejuízos acumulados	(4.024)	(4,0)	-	-	
Participação dos não controladores	1.509	1,5			
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.789	100,0	70.096	100,0	46,6

ATIVO

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R\$2.731 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$285 milhões ou 9,5% em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de: (1) caixa gerado pelas atividades operacionais das operações continuadas no montante de R\$3.652 milhões, que inclui redução de R\$268 milhões nos saldos de aplicações financeiras, (2) captações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$2.665 milhões, (3) aumento de capital no montante de R\$8.230 milhões, (4) recursos obtidos na venda de ativos não estratégicos no montante de R\$4.454 milhões; (5) desembolsos relacionados a: (i) amortização de principal de empréstimos e financiamentos no montante de R\$5.053 milhões, (ii) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível no montante de R\$5.370 milhões, (iii) depósitos e bloqueios judiciais no montante de R\$357 milhões; (iv) pagamento programa de refinanciamento fiscal no montante de R\$870 milhões, (v) desembolsos relacionados a custos de emissões de ações no montante de R\$403 e (6) fluxos de caixa das atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento relacionados as operações descontinuadas no montante de R\$6.111 milhões

Instrumentos financeiros derivativos – Ativo e Passivo - circulante e não circulante

A conta de instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo - circulante e não circulante) possuía saldo ativo de R\$3.221 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R\$1.148 milhões em relação ao mesmo período de 2013. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente como resultado da depreciação de 13,4% do Real frente ao Dólar no decorrer do exercício.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de contas a receber possuía saldo de R\$7.450 milhões, um acréscimo de R\$353 milhões ou 5,1% em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente como resultado do aumento na venda de aparelhos e acessórios no montante de R\$339 milhões.

Tributos correntes a recuperar

A conta tributos correntes a recuperar possuía saldo de R\$1.097 milhões em 31 de dezembro de 2014, um acréscimo de R\$190 milhões ou 20,9% em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente como resultado de (1) aumento de imposto de renda e contribuição social a recuperar no montante de R\$98 milhões, (2) aumento de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$92 milhões.

Outros tributos - Ativo - circulante e não circulante

A conta de outros tributos possuía saldo de R\$1.796 milhões em 31 de dezembro de 2014, um decréscimo de R\$569 milhões em relação ao mesmo período de 2013, principalmente como resultado da compensação nos saldos de ICMS a recuperar decorrente de créditos constituídos com compensação com as obrigações fiscais desse imposto.

Tributos diferidos a recuperar – não circulante

A conta tributos diferidos a recuperar possuía saldo de R\$7.626 milhões em 31 de dezembro de 2014, um decréscimo de R\$648 milhões em relação ao mesmo período de 2013, principalmente devido ao efeitos de constituição de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R\$479 milhões.

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$13.394 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R\$1.027 milhões ou 8,3% em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente pelo aumento de R\$564 milhões em depósitos judiciais cíveis, R\$189 milhões em depósitos judiciais tributários e R\$274 milhões em depósitos judiciais trabalhistas, relacionados a processos judiciais.

Ativos mantidos para venda

A conta de ativos mantidos para venda corresponde à classificação das operações da PT Portugal e as operações na África como ativos não circulantes mantidos para venda, uma vez que a Companhia alienará as ações da PT Portugal para a Altice (envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria) e têm a intenção de vender suas participações na Africatel Holdings B.V. ("Africatel").

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$25.670 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R\$884 milhões ou 3,6% em relação a 31 de dezembro de 2013, representado principalmente pelos acréscimos e diminuições das operações continuadas de: (1) adições no montante de R\$4.218 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; (2) depreciações no montante de R\$3.315 milhões e (3) baixas de R\$20 milhões.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R\$3.691 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$229 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013, representado principalmente pelos acréscimos e diminuições das operações continuadas de: (1) adições no montante de R\$869 milhões e (2) amortizações no montante de R\$1.084 milhões.

PASSIVO

Fornecedores

A conta de fornecedores possuía saldo de R\$4.337 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$395 milhões ou 8,5% em relação a 31 de dezembro de 2013, representado principalmente por melhor relacionamento com os fornecedores através de racionalização de fornecedores e renegociação de contratos.

Empréstimos e financiamentos - circulante

A conta de empréstimos e financiamento - circulante, possuía saldo de R\$4.464 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R\$305 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente por: (i) transferências de dívidas do não circulante para o circulante no montante de R\$4.646 milhões; (ii) juros e variações cambiais e variações monetárias de R\$2.712 milhões e (iii) amortizações de principal e juros da dívida no montante de R\$7.053 milhões.

Empréstimos e financiamentos – não circulante

A conta de empréstimos e financiamentos - não circulante, possuía saldo de R\$31.386 milhões em 31 de dezembro de 2014, um decréscimo de R\$309 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (1) captações de R\$2.648 milhões, principalmente relacionados a desembolsos através de Cédula de Crédito Bancário numa operação de linha de crédito rotativo no montante de R\$1.300 milhões e desembolsos junto ao BNDES para amparar investimentos no montante de R\$836 milhões; (2) variação monetária e cambial sobre as dívidas no montante de R\$1.689 milhões; e (3) transferências do não circulante para o circulante no montante de R\$4.646 milhões.

Tributos correntes a recolher

A conta tributos correntes a recolher possuía saldo de R\$477 milhões em 31 de dezembro de 2014, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2013.

Outros tributos - Passivo - circulante e não circulante

A conta de outros tributos possuía saldo de R\$2.543 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$1.316 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos dessa diminuição estão representados, principalmente, pela redução de R\$477 milhões pela quitação de principal, multa e juros com a utilização de saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL nos termos do artigo 2º. da Lei 12.996/2014 e do artigo 33º. da Lei 13.043/2014 e compensações de ICMS com os créditos fiscais desse imposto.

Autorizações e concessões a pagar - circulante e não circulante

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A conta de autorizações e concessões a pagar possuía saldo de R\$1.362 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$122 milhões ou 8,3% em relação a 31 de dezembro de 2013, principalmente como resultado de amortizações de principal e juros das outorgas de radiofrequência 3G e 4G e pagamento do ônus das concessões dos serviços STFC.

Programa de refinanciamento fiscal - circulante e não circulante

A conta de refinanciamento fiscal possuía saldo de R\$990 milhões em 31 de dezembro de 2014, uma redução de R\$130 milhões que estão relacionados às atualizações monetárias e aos pagamentos dos parcelamentos de tributos federais.

Provisões – circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R\$5.132 milhões em 31 de dezembro de 2014, um decréscimo de R\$485 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (i) pela redução de R\$390 milhões nas provisões cíveis; e (ii) baixa por pagamento e/ou encerramento de processos trabalhistas, tributários e cíveis no montante de R\$1.181 milhões, compensado pela constituição de novas provisões no montante de R\$463 milhões e atualização monetária sobre as provisões no montante de R\$233 milhões.

Passivos associados a ativos mantidos para venda

A conta de passivos associados a ativos mantidos para venda corresponde à classificação das operações da PT Portugal e as operações na África como ativos não circulantes mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, uma vez que a Companhia alienará as ações da PT Portugal para a Altice (envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria) e têm a intenção de vender suas participações na Africatel Holdings B.V. ("Africatel")

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R\$19.311 milhões em 31 de dezembro de 2014, um aumento de R\$7.786 milhões em relação a 31 de dezembro de 2013. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (1) aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$13.960 milhões (sendo R\$8.250 milhões em espécie e R\$5.710 milhões através de ativos da PT), (2) prejuízo do exercício de R\$4.406 milhões, (3) obrigações em instrumentos patrimoniais no montante de R\$2.895 milhões, (4) ações em tesouraria no montante de R\$263 milhões, (5) custo de emissão de ações no montante de R\$253 milhões, e (6) Participação dos não controladores no montante de R\$1.509 milhões.

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 das contas patrimoniais.

ATIVO	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação
	2013	%	2012	%	Dez/13 x Dez/12
Circulante	17.930	25,5	21.138	30,6	(16,3)
Caixa e equivalentes de caixa	2.425	3,4	4.408	6,4	(45,0)
Aplicações financeiras	493	0,7	2.426	3,5	(79,7)
Instrumentos financeiros derivativos	452	0,6	640	0,9	(29,4)
Contas a receber	7.097	10,1	7.018	10,1	1,1
Estoques	433	0,6	385	0,6	12,5
Tributos correntes a recuperar	907	1,3	1.727	2,5	(47,5)
Outros tributos	1.474	2,1	1.557	2,3	(5,3)
Depósitos judiciais	1.316	1,9	2.068	3,0	(36,4)
Valores a receber na venda da GlobeNet	1.776	2,5	-	-	-
Ativo relacionado aos fundos de pensão	10	0,0	9	0,0	11,1
Ativos mantidos para venda	242	-	-	-	-
Demais ativos	1.305	1,9	900	1,3	45,0
Não circulante	52.166	74,5	48.012	69,4	9,2
Aplicações financeiras	99	0,1	64	0,1	54,7
Instrumentos financeiros derivativos	1.621	2,3	349	0,5	364,5
Tributos diferidos a recuperar	8.274	11,8	8.316	12,0	(0,5)
Outros tributos	891	1,3	738	1,1	20,7
Ativo financeiro disponível para venda	914	1,3	906	1,3	0,9
Depósitos judiciais	11.051	15,7	9.722	14,1	13,7
Ativo relacionado aos fundos de pensão	60	0,1	74	0,1	(18,9)
Ativos mantidos para venda	242	0,3	95	0,1	154,7
Demais ativos	377	0,5	271	0,4	39,1
Investimentos	174	0,2	179	0,3	(2,8)
Imobilizado	24.786	35,2	23.103	33,4	7,3
Intangível	3.919	5,6	4.195	6,1	(6,6)
TOTAL DO ATIVO	70.096	100,0	69.150	100,0	1,4

PASSIVO	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação
	2013	%	2012	%	Dez/13 x Dez/12
Circulante	15.540	22,2	17.093	24,7	(9,1)

Salários, encargos sociais e benefícios	651	0,9	773	1,1	(15,8)
Fornecedores	4.732	6,8	4.658	6,7	1,6
Empréstimos e financiamentos	4.159	5,9	3.114	4,5	33,6
Instrumentos financeiros derivativos	410	0,6	309	0,4	32,7
Tributos correntes a recolher	432	0,6	1.066	1,5	(59,5)
Outros tributos	2.112	3,0	2.248	3,3	(6,0)
Dividendos e juros sobre capital próprio	231	0,3	655	0,9	(64,7)
Autorizações e concessões a pagar	457	0,7	1.059	1,5	(56,8)
Programa de refinanciamento fiscal	100	0,1	100	0,1	
Provisões	1.224	1,7	1.569	2,3	(22,0)
Provisões para fundos de pensão	184	0,3	104	0,2	76,9%
Demais obrigações	848	1,2	1.438	2,1	(41,0)
Não Circulante	43.031	61,4	40.948	59,2	5,1
Empréstimos e financiamentos	31.695	45,2	30.233	43,7	4,8
Instrumentos financeiros derivativos	157	0,2	205	0,3	(23,4)
Outros tributos	1.747	2,5	2.239	3,2	(22,0)
Autorizações e concessões a pagar	1.027	1,5	1.099	1,6	(6,6)
Programa de refinanciamento fiscal	1.020	1,5	985	1,4	3,6
Provisões	4.393	6,3	4.850	7,0	(9,4)
Provisões para fundos de pensão	459	0,7	767	1,1	(40,2)
Demais obrigações	2.533	3,6	570	0,8	344,4
Patrimônio líquido	11.524	16,4	11.109	16,1	3,7
Capital social	7.471	10,7	7.309	10,6	2,2
Custo de emissão de ações	-57	(0,1)	-57	(0,1)	
Reservas de capital	3.978	5,7	4.303	6,2	(7,6)
Reservas de lucro	2.324	3,3	1.331	1,9	74,6
Ações em tesouraria	-2.105	(3,0)	-2.104	(3,0)	
Outros resultados abrangentes	-92	(0,1)	-67	(0,1)	37,3
Outros	4	0,0	3	0,0	33,3
Dividendos adicionais propostos			391	0,6	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	70.096	100,0	69.150	100,0	1,4

Nota: As informações comparativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram ajustadas visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2012. Para descrição mais detalhada, vide item 10.4 deste Formulário de Referência.

ATIVO

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R\$3.017 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R\$3.881 milhões ou 56,3% em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de: (1) caixa gerado pelas atividades operacionais no montante de R\$7.035 milhões, que inclui redução de R\$1.973 milhões nos saldos de aplicações financeiras, (2) captações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$3.435 milhões e (3) desembolsos relacionados a: (i) amortização de principal de empréstimos e financiamentos no montante de R\$3.568 milhões, (ii) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível no montante de R\$5.976 milhões, (iii) depósitos e bloqueios judiciais no montante de R\$735 milhões; (iv) pagamento de dividendos e JCP no montante de R\$1.280 milhões e (v) pagamento de autorizações e licenças regulatórias no montante de R\$711 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos – Ativo e Passivo - circulante e não circulante

A conta de instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo - circulante e não circulante) possuía saldo ativo de R\$1.506 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$1.031 milhões em relação ao mesmo período de 2012. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente como resultado da depreciação de 14,6% do Real frente ao Dólar no decorrer do exercício.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de contas a receber possuía saldo de R\$7.097 milhões mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2012.

Tributos correntes a recuperar

A conta tributos correntes a recuperar possuía saldo de R\$907 milhões em 31 de dezembro de 2013, um decréscimo de R\$819 milhões ou 47,5% em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa diminuição estão representados principalmente pela redução de R\$557 milhões nas antecipações de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro a recuperar, compensados com os saldos dos referidos impostos a pagar no passivo.

Outros tributos - Ativo - circulante e não circulante

A conta de outros tributos possuía saldo de R\$2.365 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$70 milhões em relação ao mesmo período de 2012, principalmente como resultado do aumento nos saldos de ICMS a recuperar decorrente de créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses.

Tributos diferidos a recuperar – não circulante

A conta tributos diferidos a recuperar possuía saldo de R\$8.274 milhões em 31 de dezembro de 2013, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2012.

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$12.367 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$577 milhões ou 4,9% em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente pelo aumento de R\$376 milhões em depósitos judiciais cíveis, R\$158 milhões em depósitos judiciais tributários e R\$42 milhões em depósitos judiciais trabalhistas, relacionados a processos judiciais.

Ativo financeiro disponível para venda

A conta de ativo financeiro disponível para venda corresponde à participação da TMAR no capital social da Portugal Telecom, registradas a valor justo, com a ganhos e perdas reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2013 a conta manteve-se estável em relação a 31 de dezembro de 2012.

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$24.786 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$1.683 milhões ou 7,3% em relação a 31 de dezembro de 2012, representado principalmente por (1) adições no montante de R\$5.802 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; (2) depreciações no montante de R\$3.191 milhões e (3) baixas de R\$747 milhões.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R\$3.919 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R\$276 milhões e em relação a 31 de dezembro de 2012, representado principalmente por: (1) adições no montante de R\$812 milhões e (2) amortizações no montante de R\$1.087 milhões.

PASSIVO

Fornecedores

A conta de fornecedores possuía saldo de R\$4.732 milhões em 31 de dezembro de 2013, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2012.

Empréstimos e financiamentos - circulante

A conta de empréstimos e financiamento - circulante, possuía saldo de R\$4.159 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$1.045 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente por: (i) transferências de dívidas do não circulante para o circulante no montante de R\$5.946 milhões; (ii) captações de R\$800 milhões; (iii) juros e variações cambiais e variações monetárias de R\$175 milhões e (iv) amortizações de principal e juros da dívida no montante de R\$5.877 milhões.

Empréstimos e financiamentos – não circulante

A conta de empréstimos e financiamentos - não circulante, possuía saldo de R\$31.695 milhões em 31 de dezembro de 2013, um acréscimo de R\$1.462 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (1) captações de R\$2.636 milhões, principalmente relacionadas a 10ª emissão de debêntures no montante de R\$1.500 milhões desembolsos junto ao BNDES para amparar investimentos no montante de R\$873 milhões; (2) variação monetária e cambial sobre as dívidas no montante de R\$4.773 milhões; e (3) transferências do não circulante para o circulante no montante de R\$5.946 milhões.

Tributos correntes a recolher

A conta tributos correntes a recolher possuía saldo de R\$432 milhões em 31 de dezembro de 2013, um decréscimo de R\$634 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa diminuição estão representados principalmente pela redução nos saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher compensados com os saldos dos referidos impostos a recuperar no ativo.

Outros tributos - Passivo - circulante e não circulante

A conta de outros tributos possuía saldo de R\$3.859 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R\$628 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa diminuição estão representados, principalmente, pela redução de R\$640 milhões nos tributos de PIS e COFINS e R\$153 milhões em ICMS.

Autorizações e concessões a pagar - circulante e não circulante

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A conta de autorizações e concessões a pagar possuía saldo de R\$1.484 milhões em 31 de dezembro de 2013, uma redução de R\$674 milhões ou 31,2% em relação a 31 de dezembro de 2012, principalmente como resultado de amortizações de principal e juros das outorgas de radiofrequência 3G e 4G e pagamento do ônus das concessões dos serviços STFC.

Programa de refinanciamento fiscal - circulante e não circulante

A conta de refinanciamento fiscal possuía saldo de R\$1.120 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$35 milhões que estão relacionados às atualizações monetárias e pagamentos dos parcelamentos de tributos federais.

Provisões – circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R\$5.616 milhões em 31 de dezembro de 2013, um decréscimo de R\$803 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (i) pela redução de R\$316 milhões nas provisões trabalhistas, como resultado da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos trabalhistas incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto; e (ii) baixa por pagamento e/ou encerramento de processos trabalhistas, tributários e cíveis no montante de R\$1.431 milhões, compensado pela constituição de novas provisões no montante de R\$698 milhões e atualização monetária sobre as provisões no montante de R\$246 milhões.

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R\$11.524 milhões em 31 de dezembro de 2013, um aumento de R\$415 milhões em relação a 31 de dezembro de 2012. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente por: (1) resultado do exercício corrente de R\$1.493 milhões, (2) resgate de ações bonificadas no montante de R\$162 milhões, (3) aprovação do dividendo adicional proposto no montante de R\$391 milhões, e (4) dividendos atribuídos à reserva de investimentos no montante de R\$500 milhões.

h.3) Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de investimentos

As atividades de investimentos das operações continuadas consumiram caixa líquido de R\$1.489 milhões em 2014, R\$6.770 milhões em 2013 e R\$6.495 milhões em 2012.

Durante o ano 2014, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos das operações continuadas consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$5.370 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$938 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Os efeitos dessas utilizações de caixa foram parcialmente compensados pelos recursos obtidos na venda de ativos não estratégicos no montante de R\$4.454 milhões, principalmente associados ao recebimento da venda da Globenet em janeiro de 2014 e venda de torres móveis.

Durante o ano 2013, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$5.976 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia, a aquisição de concessão da rede 4G e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$735 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. As atividades de investimento geraram caixa de R\$4 milhões referentes às vendas de ativos não estratégicos da Companhia.

Durante o ano 2012, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$5.330 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, basicamente, relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia, a aquisição de concessão da rede 4G e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$1.662 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de financiamento

As atividades de financiamento das operações continuadas geraram um caixa líquido de R\$4.358 milhões em 2014, e consumiram um caixa líquido de R\$2.298 milhões em 2013 e R\$975 milhões em 2012.

Durante o ano 2014, as principais fontes de financiamento das operações continuadas foram: (1) aumento de capital no montante de R\$8.230 milhões, (2) R\$1.300 milhões captados por meio de Cédula de Crédito Bancário numa operação de linha de crédito rotativo, (3) US\$98 milhões tomado por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a TMAR e a EDC em julho de 2012, (4) US\$ 92 milhões tomados por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a Oi e a ONDD em março de 2013, (5) desembolsos junto ao BNDES para amparar investimentos no montante de R\$836 milhões. Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, ver item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

Durante o ano de 2014, utilizamos as disponibilidades da Companhia das operações continuadas principalmente para: (1) pagamento de empréstimos, financiamentos e derivativos no montante de R\$5.054 milhões, (2) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R\$205 milhões, e (3) pagamentos parcelados no âmbito do REFIS no montante de R\$870 milhões.

Durante o ano 2013, as principais fontes de financiamento foram de (1) R\$1.500 milhões captado por meio de debêntures não conversíveis emitidas em março de 2013, (2) US\$96 milhões tomado por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a TMAR e a EDC em julho de 2012, e (3) US\$ 27 milhões tomado por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a TMAR celebrado com SEK em julho de 2011. Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, ver item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

No exercício social de 2013, utilizamos as disponibilidades da Companhia para (1) pagamento de empréstimos, financiamentos e derivativos no montante de R\$3.568 milhões, (2) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R\$711 milhões, (3) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no valor total de R\$1.280 milhões, e (4) pagamentos parcelados no âmbito do REFIS no montante de R\$174 milhões.

Durante o ano de 2012, nossas principais fontes de empréstimos foram (1) a emissão 5,75% Senior Notes, no montante total de US\$1.500 milhões, com vencimento em 2022, (2) a emissão de debêntures não conversíveis, no montante de R\$2.000 milhões, com vencimento em 2020, e (3) limite de crédito no valor total de R\$5.400 milhões, celebrado com o BNDES, sendo utilizado pela Companhia o valor R\$2.000 milhões. Além disso, no exercício de 2012, consolidamos um caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$4,930 milhões, resultado da Reorganização Societária. Para mais informações sobre a Reorganização Societária, bem como os empréstimos e financiamentos da Companhia, ver item 8.4. e 10.1.(f), respectivamente, deste Formulário de Referência.

No exercício social de 2012, utilizamos as disponibilidades da Companhia para (1) pagamento de empréstimos e financiamentos e derivativos da Companhia no montante de R\$4.980 milhões, (2) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio no valor total de R\$2.405 milhões, (3) pagamento aos acionistas da TNL e da TMAR que exerceram o direito de retirada em relação à Reorganização Societária, no montante de R\$2.008 milhões, e (4) resgate de classe B e classe de ações preferenciais C emitidas como bonificação aos acionistas de nossas ações ordinárias e preferenciais no montante de R\$1.156 milhões.

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Abaixo os Diretores da Companhia apresentam seus comentários acerca do resultado das operações da Companhia, em especial, descrevem os componentes da receita e os fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os serviços de telecomunicações da Companhia englobam:

- Serviços de telefonia fixa local nas Regiões I e II, inclusive instalação, assinatura mensal, serviços medidos, chamadas a cobrar e serviços locais suplementares;
- Serviços de longa distância nacional e internacional, por meio de telefonia fixa nas Regiões I e II e telefonia móvel nas Regiões I, II e III, com uso de códigos de seleção de prestadora para longa distância, os quais são representados pelo número "14" no caso da Companhia e pelo número "31" no caso da TMAR;
- Serviços de telefonia móvel, em todo território nacional, com a utilização de tecnologia 2G e 3G, bem como a tecnologia 4G;
- Serviços de transmissão de dados, que incluem (1) serviços ADSL; (2) arrendamento de linhas digitais e analógicas exclusivas para outras operadoras, ISPs e clientes corporativos; (3) soluções de IP; e (4) outros serviços de transmissão de dados;
- Uso da rede própria (1) para completar chamadas iniciadas por clientes de outras operadoras (serviços de interconexão); ou (2) por operadoras que não possuem a rede necessária;
- Serviços de TV paga;
- Serviços de transporte de tráfego;
- Terminais de Uso Público;
- Serviços de valor agregado que incluem correio de voz, identificador de chamadas e assistência a lista, entre outros;
- Serviços avançados de voz para clientes corporativos, tais como serviços de 0800 (chamada gratuita); e
- Operação do portal da internet iG.

A geração de receita de cada um dos segmentos de negócios é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetam a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, conforme comentários dos Diretores, são:

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e da demanda por serviços de telecomunicações

Por ser uma empresa brasileira com substancialmente todas as operações realizadas no Brasil, a Companhia é afetada pelas condições econômicas do país. A taxa de crescimento do PIB brasileiro foi de 0,15% em 2014, 2,3% em 2013 e 0,9% em 2012. Enquanto os Diretores da Companhia acreditam que o crescimento do PIB brasileiro estimula a demanda por serviços de telecomunicações, a Companhia acredita também que a demanda por esses mesmos serviços seja relativamente inelástica em períodos de estagnação econômica e que o efeito nas receitas da Companhia de uma desaceleração da economia ou mesmo de uma recessão no Brasil devido às atuais condições econômicas internacionais não seria relevante. Contudo, uma deterioração grande e prolongada das condições econômicas no Brasil poderia afetar negativamente o volume de assinantes e de uso dos serviços prestados pela Companhia e, conseqüentemente, suas receitas operacionais.

Como operadora com concessão pública para serviços de telefonia fixa e operadora de serviços de telefonia móvel, a Companhia é o principal alvo e a principal beneficiária dessa tendência.

Entre os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número dos nossos assinantes de telefonia móvel cresceu 1,4%, de 50,9 milhões em dezembro de 2014 em relação a 50,2 milhões em dezembro de 2013, enquanto o número de linhas de telefone fixo Oi em serviço reduziu 4,7% no mesmo período.

Demanda pelos Serviços de Telecomunicações

Demanda pelos Serviços de Telefonia Fixa Local

O nível de penetração da telefonia fixa no Brasil é similar àquela de países com a mesma renda per capita e, assim como aconteceu em outros países, a base de clientes de telefonia fixa manteve-se estável com tendência de queda. A demanda pelos serviços de telefonia fixa local fornecido pela Companhia

estabilizou-se nos últimos anos, apresentando sensível diminuição no número de linhas fixas em serviço reduziu, aproximadamente, 4,7% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

A Companhia procura reverter uma tendência generalizada no setor de telecomunicações brasileiro de substituir os serviços de telefonia fixa local por telefonia móvel (1) oferecendo serviços de valor agregado aos clientes de telefonia fixa, principalmente assinatura de serviços de banda larga, e (2) promovendo a convergência de serviços de telecomunicações através da oferta de pacotes convergentes de telefonia fixa local, de longa distância, móvel, banda larga e TV paga. Em decorrência dessas ofertas, os Diretores da Companhia esperam que o número de linhas fixas em serviço permaneça estável ou diminua muito pouco nos próximos anos. Em dezembro de 2014, a banda larga fixa atingiu 48% das residências com serviços Oi.

A Companhia está sujeita, segundo regulamentos da ANATEL e os contratos de concessão, a oferecer planos básicos de telefonia fixa a seus clientes residenciais com 200 minutos de uso da rede de telefonia fixa para fazer ligações locais. O cliente de um plano básico paga um valor mensal pelo serviço e quando as ligações locais excedem o limite do plano a Companhia cobra um valor por minuto excedente. No entanto, a Companhia oferece diversos planos alternativos de telefonia fixa com diferentes ofertas para atender às diferentes necessidades e perfis de consumo do mercado, adequadas ao perfil de cada cliente. Um exemplo clássico é o plano ilimitado para clientes que realizam muitas chamadas por mês e pagam uma mensalidade fixa para a Oi. A Companhia registrou melhora na perda de receita com assinatura em decorrência da estratégia lançada em 2006 de adequação das ofertas ao perfil dos clientes e fidelização dos mesmos.

O aumento substancial do número de usuários de telefonia móvel no Brasil também teve um impacto negativo sobre o uso dos telefones públicos. Como operadora com concessão pública de serviços de telefonia fixa local das Regiões I e II, a Companhia está sujeita aos regulamentos da ANATEL e segundo os contratos de concessão por ela celebrados, é necessário cumprir certas metas de disponibilidade de telefones públicos em toda a área de concessão. Contudo, como uma parte cada vez maior da população utiliza celulares para fazer ligações quando não há um telefone público ou fixo nas proximidades, o número de telefones públicos declinou nos últimos três exercícios sociais.

Demanda pelos Serviços de Telefonia Móvel

Os Diretores da Companhia acreditam que a principal razão pela qual a sua base de clientes de serviços de telefonia móvel ter crescido para 50,9 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 em relação a 50,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 foi o sucesso de suas promoções, campanhas de marketing e lançamentos de novos serviços.

O mercado de serviços de telefonia móvel é altamente competitivo na região em que a Companhia opera. O índice médio de cancelamento no segmento de telefonia móvel da Companhia, que representa o número de assinantes cujo serviço é desconectado durante determinado mês (churn), voluntária ou involuntariamente, dividido pelo número de assinantes no início de cada mês vem reduzindo. Para tanto, incorremos em despesas de vendas com marketing e

esforços de vendas designados para reter os atuais clientes de telefonia móvel e atrair novos clientes, e (2) os descontos oferecidos em atividades promocionais levam a despesas frente às nossas receitas operacionais brutas do nosso segmento de telefonia móvel.

Os Diretores da Companhia esperam que o segmento de serviços de telefonia móvel continue a crescer em termos de base de cliente, volume de tráfego e receitas de serviços de valor agregado.

Demanda pelos Serviços de Transmissão de Dados

Em 31 de dezembro de 2014, a base da Companhia de clientes de serviços de banda larga era de aproximadamente 5,9 milhões, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2013.

Os Diretores da Companhia acreditam que a manutenção da base de clientes seja o resultado de mudanças nas preferências dos consumidores que levam a um aumento do número dos clientes de telefonia fixa valorizam as velocidades de transmissão de dados disponíveis através dos serviços de banda larga.

Efeitos da expansão de serviços de transmissão de dados móveis

Durante o ano de 2014, demos prosseguimento aos investimentos na expansão da cobertura 3G e 4G, com o aumento na cobertura e ofertas competitivas, dando um foco maior no acesso via celular no pós-pago, onde crescemos a nossa base de clientes móveis. Com grande foco no aumento de receita e maior penetração de uso de dados pelos clientes pré-pagos, criamos ofertas para a aquisição, bem como desenvolvemos várias ações de rentabilização da base usuária de dados no pré-pago.

Apostando na diferenciação, ampliamos fortemente a rede Oi WiFi, aumentando os hotspots em todo o Brasil.

O custo dessas autorizações e licenças de frequência de rádio foi de R\$ 708 milhões, valor que pagaremos à ANATEL em parcelas até 2023. A Companhia vem ampliando os investimentos nas infraestruturas de redes para oferecer os serviços de 3G, 4G e WiFi. Nós financiamos a compra e instalação de nossos equipamentos de rede por meio de empréstimos e financiamentos, inclusive financiamentos com nossos fornecedores.

De acordo com as licenças de frequência de rádio 3G, a Companhia tem que cumprir determinadas obrigações de expansão de serviço que requerem investimentos de capital a serem realizados até 2016. Caso a Companhia não seja capaz de fazer frente a esses investimentos de capital utilizando seu fluxo de caixa operacional, poderá incorrer em endividamento adicional ou mesmo obrigações de financiamento de fornecedores, o que aumentaria seu endividamento total e despesas financeiras líquidas.

Adicionalmente, a Companhia investiu, em 2013, R\$ 369 milhões para aquisição de licença de prestação de serviços de rede móvel em LTE. O núcleo móvel existente foi atualizado com objetivo de oferecer serviços 4G.

De modo a acelerar a implantação, a implantação considera uma configuração de compartilhamento de radio (Radio Access Network), onde o acesso LTE eNode B compartilhada com outra operadora.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 o serviço de 4G da Oi alcançou a cobertura de 45 municípios. Clientes que contratarem os planos compatíveis podem navegar na rede 4G da Oi, caso tenham aparelho e chip que permitam o uso da tecnologia. Os clientes podem conferir a área de cobertura da rede 4G da Oi no site.

Desta forma, conseguimos ampliar o portfólio de internet móvel e atender a todos os tipos de clientes do segmento móvel.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A seguir os Diretores comentam as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Preços, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores entendem que a Companhia sofre crescentes pressões para reduzir as taxas em resposta à concorrência de preços. Essa concorrência de preços geralmente tem a forma de pacotes promocionais especiais, inclusive, subsídios de aparelhos móveis, promoções de uso de tráfego e incentivos para ligações realizadas na própria rede do provedor de serviços de telefonia móvel. A concorrência, com planos de serviços e promoções, pode ocasionar um aumento nas despesas de mercado e custos de obtenção de clientes da Companhia, que poderiam afetar de maneira adversa seus resultados operacionais. A incapacidade da Companhia de concorrer de maneira eficaz com esses pacotes poderia resultar em perda de sua fatia de mercado, afetando de maneira adversa sua receita operacional e rentabilidade.

Este ambiente competitivo é altamente afetado por tendências-chave, destacando-se as seguintes:

- **Convergência tecnológica e de serviços:** a convergência tecnológica e de serviços possibilita que as operadoras de telecomunicações antes limitadas a oferecer apenas um único serviço a oferecer vários serviços em outros setores da indústria, tais como os serviços de banda larga oferecidos pelas

operadoras de televisão a cabo e operadoras de telefonia móvel (através da tecnologia 3G e 4G), além da rede Oi WiFi, assim como os serviços de telefonia fixa transmitidas por operadoras de telefonia móvel.

- **Consolidação:** a consolidação invadiu o setor de telecomunicações em toda a América Latina, incluindo o Brasil. Essa consolidação levou à formação de grandes conglomerados que se beneficiam tanto das economias de escala como da capacidade de realizar ações coordenadas em diferentes segmentos da indústria, conferindo-lhes vantagens competitivas em um ambiente que também é caracterizado pela convergência de mídia e serviços de telecomunicações.
- **Oferta de serviços convergentes:** as operadoras de serviços de telecomunicações começaram a oferecer pacotes convergentes que antes não eram capazes de oferecer independentemente.

Em resposta a essas pressões da concorrência, (1) a Companhia poderá passar a oferecer seus serviços a tarifas menores que os tetos estabelecidos pela ANATEL, e (2) periodicamente, poderá oferecer seus serviços com descontos promocionais ou serviços adicionais gratuitos juntamente com a compra de alguns de seus serviços. A Companhia registra os serviços por ela vendidos a tarifas inferiores àquelas estabelecidas em seus planos ou às tarifas aprovadas pela ANATEL, e o valor dos serviços oferecidos com desconto ou gratuitamente como descontos e devoluções em suas demonstrações financeiras.

Inflação

As tarifas dos serviços de telecomunicações estão sujeitas a ampla regulamentação da ANATEL. As tarifas para serviços de telefonia fixa local, de longa distância, telefonia móvel prestados pela Companhia, bem como interconexão com a sua rede de telefonia fixa, e serviços EILD e SLD estão sujeitas a regulamentação da ANATEL. Precisamos obter a aprovação da ANATEL antes de oferecer novos planos de telefonia fixa ou móvel. As tarifas estabelecidas ou aprovadas pela ANATEL pelos serviços prestados pela Companhia servem de teto para as tarifas por ela cobradas, estando a Companhia autorizada a oferecer descontos pelos serviços de telefonia sobre as tarifas aprovadas pela ANATEL. Após a determinação ou aprovação das tarifas pela ANATEL, o valor teto fica sujeito a um reajuste anual de acordo com a inflação, medida pelo índice IST. O valor teto dos planos de telefonia fixa local é reajustado pela inflação, medida pelo IST, menos o valor de ganhos de produtividade alcançados por nós e pelo setor de telefonia fixa local como um todo. De janeiro a dezembro de 2014, o índice de serviços de telecomunicações (IST) foi apurado em 5,72 %.

Taxa de câmbio

A Companhia mantém suas operações substancialmente no Brasil e as receitas operacionais da Companhia não são afetadas de forma relevante por alterações na taxa de câmbio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Comentário dos diretores sobre impactos da Inflação e da variação nos preços dos insumos e produtos no resultado operacional

Os diretores da Companhia entendem que se o Brasil tornar a enfrentar quadro de inflação substancial, os custos e despesas da Companhia tendem a aumentar e suas margens operacionais e de liquidez a diminuir. Entretanto, não houve impactos relevantes de inflação nos preços dos nossos principais insumos e produtos nos últimos anos, tendo em vista que no ambiente competitivo onde a Companhia atua, a concorrência por planos de serviços e promoções oferecidas pelos concorrentes da Companhia ocasionaram aumento de descontos em alguns de nossos produtos e serviços.

A concorrência com planos de serviços e promoções oferecidas pelos concorrentes da Companhia ocasionaram também um aumento em algumas despesas de comerciais e custos de obtenção de clientes.

Comentários dos diretores sobre os impactos nas Taxas de câmbio e nas Taxas de juros no resultado financeiro

Praticamente todos os custos de serviços e despesas operacionais da Companhia são incorridos em reais no Brasil. Dessa maneira, não são esperados impactos significativos relacionados às alterações nas taxas de câmbio em suas operações.

Em 31 de Dezembro de 2014, a dívida bruta consolidada da Companhia que inclui as operações de instrumentos financeiros derivativos, era de R\$33.294 milhões, representando uma diminuição de 3,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, no qual o valor da dívida bruta consolidada era de R\$34.347 milhões. O nível de endividamento da Companhia resulta em maiores despesas financeiras refletidas na demonstração de resultados (para maiores informações vide item "10.1" deste Formulário de Referência).

Para maiores informações acerca do impacto da inflação, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, vide itens "4.1", "5.1" e "5.2" deste Formulário de Referência.

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 5 de maio de 2014, a Companhia adquiriu a PT Portugal, e desde então, consolidava integralmente seus resultados, ativos e passivos. Com a alienação das ações da PT Portugal para a Altice e aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel, mencionado no item ii abaixo, a Companhia classificou as operações da PT Portugal e as operações em África como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, em conformidade com o CPC 31/IFRS 5.

Adicionalmente, por representar uma importante linha de negócios separada, os resultados das operações da PT Portugal, do período de 5 de maio a 31 de dezembro de 2014, são apresentadas como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado. A rubrica "Operações descontinuadas" na demonstração do resultado inclui perdas de R\$ 4.164.478 relacionado ao ajuste do valor contábil da PT Portugal ao seu preço de venda deduzido das despesas relacionadas.

As operações em África são consolidadas na demonstração do resultado desde 5 de maio de 2014.

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As demonstrações financeiras da Companhia tiveram impactos decorrentes das aquisições e alienações de participações societárias, sendo a mais relevante as descritas abaixo. Para informações adicionais sobre essas operações, vide item 6.5 deste Formulário de Referência.

PT Portugal

Em maio de 2014, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Portugal Telecom, SGPS, S.A. ("PT SGPS" ou "PT"), foi aprovado o aumento de capital da Companhia mediante integralização pela PT da totalidade das ações da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal").

A PT Portugal e suas controladas operam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimídia, em Portugal (denominado segmento operacional "Telecomunicações em Portugal") e em outros países da África e da Ásia (denominado segmento operacional "Outros negócios").

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e Altice Portugal S.A. ("Altice PT"), subsidiária integral da Altice S.A., ("Altice"), celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da PT SGPS aprovaram que a Oi aliene a integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, nos termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

Pela operação aprovada, a Oi alienará à Altice a totalidade das ações de emissão da PT Portugal, pelo valor da empresa ("enterprise value") correspondente 7,4 bilhões de Euros, com ajustes de caixa e dívida, incluindo a previsão de um pagamento diferido ("earn-out") de 500 milhões de Euros relacionado à geração futura de receita da PT Portugal. O preço a ser pago pela Altice sofrerá ajustes usualmente adotados em operações similares, de acordo com a posição de caixa da PT Portugal no fechamento da operação.

A efetiva alienação das ações da PT Portugal ainda está sujeita à conclusão de atos de reorganização societária com o objetivo de delimitar os negócios que serão alienados e de segregar os investimentos da PT Portugal que não serão alienados, incluindo os investimentos na Africatel GmbH & Co. KG, na Timor Telecom S.A. e os investimentos detidos pela PT Portugal na Rio Forte Investments S.A., bem como todo ou parte do endividamento da PT Portugal, assim como à obtenção das autorizações concorrenciais necessárias, na forma da lei aplicável.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para alienação das participações da Companhia na Africatel Holdings B.V. ("Africatel"), representativas de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi irá liderar o processo de venda, não obstante acredite ser no melhor interesse de ambos acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda seja realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco S.à.r.l ("Samba Luxco"), uma coligada da Helios Investors L.P., que detém os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi está empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

GlobeNet

Em dezembro de 2013, a Companhia anunciou a conclusão da operação de transferência da totalidade de sua participação societária na GlobeNet ao BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. A liquidação financeira da operação no valor de R\$1.779 milhões ocorreu em janeiro de 2014.

O ganho na venda da GlobeNet foi registrado em dezembro de 2013 em outras receitas operacionais, no montante de R\$1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação.

Torres Móveis

Em 3 de dezembro de 2013, a Companhia firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detinha 2.007 torres de telecomunicações de telefonia móvel. A conclusão da transação ocorreu em 31 de março de 2014 e o ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,3 bilhão.

Em 24 de junho de 2014, a Companhia firmou um novo acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detinha 1.641 torres de telecomunicações de telefonia móvel. A conclusão da transação ocorreu em 1 de dezembro de 2014 e o ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,1 bilhão.

Reorganização Societária

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), TMAR, Coari Participações S.A. ("Coari") e Companhia) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Companhia, que passou a concentrar todas as participações acionárias da época nas Companhias Oi e passou a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

Em continuidade ao processo de reorganização societária, em fevereiro de 2014 a TNL PCS (operadora de telefonia móvel das Regiões I e III) foi incorporada pela Oi Móvel (operadora de telefonia móvel da Região II). Como resultado da incorporação, a Oi Móvel tornou-se a única operadora a fornecer serviços de telefonia móvel da Oi no Brasil.

Para descrição mais detalhada da reorganização societária, vide item "6.5" deste Formulário de Referência.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012, que tivessem causado impacto ou venham a causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

Abaixo os Diretores da Companhia apresentam as mudanças significativas nas práticas contábeis, bem como apresentam os efeitos significativos de tais alterações para a Companhia:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os diretores da Companhia informam que não ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

A Companhia aplicou nas suas informações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 as novas normas e interpretações contábeis que têm data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2013, inclusive o CPC 19 (R2) e o CPC 33 (R1), conforme descritos abaixo.

Os diretores informam que na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) e CPC 19 (R2), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013. Tais ajustes seguem apresentados nos quadros abaixo:

Consolidado				
Saldos originalmente apresentados		Negócios em conjunto		Saldos ajustados
em	em	Ganhos e perdas atuariais (i)	(ii)	em
31/12/2012	31/12/2012			31/12/2012
Ativo circulante	21.145		(7)	21.138
Caixa e equivalentes de caixa	4.413		(5)	4.408
Aplicações financeiras	2.426			2.426
Instrumentos financeiros derivativos	640			640
Contas a receber	7.018		(1)	7.018
Estoques	385			385

Consolidado

	Saldos originalmente apresentados 31/12/2012	Ganhos e perdas atuariais (i)	Negócios em conjunto (ii)	Saldos ajustados em 31/12/2012
Tributos correntes a recuperar	1.726			1.726
Outros tributos	1.557			1.557
Depósitos e bloqueios judiciais	2.068			2.068
Ativo relacionado aos fundos de pensão	9			9
Demais ativos	901		(1)	900
Ativo não circulante	47.932	79	1	48.012
Aplicações financeiras	64			64
Instrumentos financeiros derivativos	349			349
Tributos diferidos a recuperar	8.211	107	(2)	8.316
Outros tributos	738			738
Ativo financeiro disponível para venda	906			906
Depósitos e bloqueios judiciais	9.723		(0)	9.723
Ativo relacionado aos fundos de pensão	101	(27)		74
Ativos mantidos para venda	95			95
Demais ativos	319		(48)	271
Investimentos	81		99	180
Imobilizado	23.110		(7)	23.103
Intangível	4.237		(42)	4.196
Ativo total	69.077	79	(6)	69.150

Consolidado

	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	Ganhos e perdas atuariais (i)	Negócios em conjunto (ii)	Saldos ajustados em 31/12/2012
Passivo circulante	17.096		(3)	17.093
Salários, encargos sociais e benefícios	774		(1)	773
Fornecedores	4.659		(1)	4.658
Empréstimos e financiamentos	3.114			3.114
Instrumentos financeiros derivativos	310			310
Tributos correntes a recolher	1.066			1.066
Outros tributos	2.248			2.248
Dividendos e juros sobre o capital próprio	655			655
Autorizações e concessões a pagar	1.059			1.059
Programa de refinanciamento fiscal	100			100
Provisões	1.569			1.569
Provisões para fundos de pensão	104			104
Demais obrigações	1.439		(1)	1.438
Passivo não circulante	40.664	287	(3)	40.948
Empréstimos e financiamentos	30.232			30.232
Instrumentos financeiros derivativos	205			205
Outros tributos	2.239			2.239
Autorizações e concessões a pagar	1.099			1.099
Programa de refinanciamento fiscal	985			985

Consolidado				
Saldos originalmente apresentados em 31/12/2012	em	Ganhos e perdas atuariais (i)	Negócios em conjunto (ii)	Saldos ajustados em 31/12/2012
Provisões	4.851		(1)	4.850
Provisões para fundos de pensão	480	287		767
Demais obrigações	572		(2)	570
Patrimônio líquido	11.317	(207)		11.109
Capital social	7.309			7.309
Custo de emissão de ações	(57)			(57)
Reservas de capital	4.303			4.303
Reservas de lucro	1.331			1.331
Ações em tesouraria	(2.105)			(2.105)
Outros resultados abrangentes	140	(207)		(67)
Varição de porcentagem de participação	4			4
Dividendos adicionais propostos	391			391
Passivo total	69.077	79	(6)	69.150

Conciliação do Patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Consolidado

Patrimônio líquido originalmente apresentado

11.317

	<u>Consolidado</u>
Participações dos não controladores originalmente apresentada	
Patrimônio líquido total	11.317
Ajustes:	
Ganhos e (perdas) atuariais (i)	(207)
Ganhos e (perdas) atuariais reflexa (i)	(207)
Atribuído a:	
Controlador	(207)
Não controladores	
Patrimônio líquido ajustado	11.109
Atribuído a:	
Controlador	11.109
Não controladores	

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	<u>Consolidado</u>		
	Saldos originalmente apresentados		Saldos ajustados
	em	Negócios em	em
	<u>31/12/2012</u>	<u>conjunto (ii)</u>	<u>31/12/2012</u>
Receita de venda de bens e/ou serviços	25.169	(8)	25.161
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(12.673)	3	(12.670)
Resultado bruto	12.496	(5)	12.491
Despesas/Receitas operacionais	(7.736)	5	(7.731)
Despesas com vendas	(4.847)	7	(4.841)
Despesas gerais e administrativas	(2.998)	5	(2.993)

Outras receitas operacionais	1.996	(13)	1.983
Outras despesas operacionais	(1.886)	6	(1.880)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	4.760		4.760
Resultado financeiro	(2.216)		(2.216)
Receitas financeiras	2.275		2.275
Despesas financeiras	(4.491)		(4.491)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	2.545	(1)	2.544
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(760)	1	(759)
Corrente	(934)	1	(933)
Diferido	174		174
Resultado líquido das operações continuadas	1.785		1.785
Lucro consolidado do exercício	1.785		1.785
Atribuído a sócios da empresa controladora	1.785		1.785
Atribuído a sócios não controladores			

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

Fluxos de caixa	Consolidado		
	Saldos	Efeito total	Saldos
	originalmente	das	ajustados em
	apresentados	mudanças	dos
	31/12/2012	CPC's	31/12/2012
Atividades operacionais	3.859	51	3.910
Atividades de investimentos	(6.439)	(56)	(6.495)
Atividades de financiamentos	974		974

(i) Benefícios a empregados

O CPC 33 (R1) excluiu a possibilidade de utilização do “método corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos.

A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). Esses valores não reciclam para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

(ii) Negócios em conjunto

O CPC 19 (R2) elimina a possibilidade da opção da consolidação proporcional dos empreendimentos controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento os empreendimentos controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participações em empreendimentos controlados em conjunto nas empresas Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. e Companhia AIX de Participações.

Os saldos iniciais de 01 de janeiro de 2012 não estão sendo rerepresentados dada a imaterialidade dos valores decorrentes da aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1), em conformidade com o parágrafo 40A do CPC 26 (R2).

Reapresentação das Demonstrações Financeiras - DFPs de 31 de dezembro de 2012

Os diretores informam que a Companhia em virtude da Reorganização Societária realizada em 27 de fevereiro de 2012, descrita no item 6.5 deste formulário de referência, através das incorporações da Coari e da TNL e de seus respectivos acervos líquidos, reconheceu em seus livros contábeis a mais valia dos ativos imobilizado e intangível originários do processo de aquisição do controle da Brasil Telecom S.A.(atual Oi S.A). A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente.

Posteriormente, a Companhia formulou consulta à CVM, objetivando adotar um tratamento contábil que, no entendimento da administração, melhor representasse a essência da operação, em relação ao registro da mais valia de ativos originada da aquisição do controle da Brasil Telecom S.A. (atual Oi S.A.), considerando a configuração societária do Grupo Oi, cujo controlador final é a Telemar Participações S.A., levando em consideração que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não preveem o tratamento contábil para transações de reestruturação societária de empresas sob controle comum. Este tratamento contábil, ora adotado, enfoca a reorganização societária sob a ótica da Brasil Telecom S.A. (atual Oi S.A.) que é a entidade remanescente e, por conseguinte, não contempla a atribuição de mais valia para seus próprios ativos líquidos, enquanto o outro tratamento contábil anteriormente adotado,

ora alterado, enfocava a reorganização societária sob a ótica da Tele Norte Leste Participações S.A. (TNL) e, conseqüentemente, contemplava a atribuição de mais valia aos ativos líquidos próprios da Brasil Telecom S.A.

Em 24 de abril de 2013, a CVM em reunião do seu Colegiado deliberou, por unanimidade, dar provimento ao pleito da Companhia, que consiste na adoção da prática contábil que contempla o estorno da mais valia dos ativos e de sua recomposição na Telemar Participações S.A., empresa controladora da Companhia, entendendo que a alternativa ora adotada aparenta ser a mais adequada ao caso concreto, representando uma informação mais relevante e confiável para o investidor. Tal fato foi comunicado através do Ofício CVM/SEP/GEA-5/Nº 119/2013, de 25 de abril de 2013.

Conseqüentemente, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram reapresentadas, objetivando refletir a citada mudança de prática contábil.

Os efeitos decorrentes da reapresentação das referidas demonstrações foram os seguintes:

Consolidado**(em milhões de Reais, exceto porcentagens)**

	Arquivado	Ajustes	Reapresentado
ATIVO:	77.791	(8.714)	69.077
Tributos diferidos a recuperar – Não circulante	4.076	4.135	8.211
Ativos mantidos para venda - Não circulante	113	(18)	95
Investimentos	-	-	-
Imobilizado	24.819	(1.709)	23.110
Intangível	15.359	(11.122)	4.237
Total Ativo Não circulante	56.646	(8.714)	47.932
PASSIVO:	57.965	(204)	57.760
Dividendos e juros sobre o capital social – Circulante	626	30	655
Total Passivo Circulante	17.067	30	17.096
Tributos diferidos – Não circulante	234	(234)	-
Total Passivo Não circulante	40.898	(234)	40.664
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.827	(8.510)	11.317
Reservas de capital	13.731	(9.428)	4.303
Reservas de lucro	384	947	1.331
Dividendos adicionais propostos	421	(30)	391
RESULTADO ACUMULADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012:			
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(13.966)	1.293	(12.673)
Despesas gerais e administrativas	(3.069)	71	(2.998)
Outras despesas operacionais	(1.958)	72	(1.886)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.109	1.436	2.545

Consolidado**(em milhões de Reais, exceto porcentagens)**

	Arquivado	Ajustes	Reapresentado
IR / CS diferido	662	(488)	174
Lucro líquido do exercício	837	947	1.785
Lucro atribuído aos controladores	837	947	1.785
Lucro básico e diluído por ação (R\$):			
Ações ordinárias – básicas e diluídas	0,51	0,58	1,09
Ações preferenciais – básicas e diluídas	0,51	0,58	1,09
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Reorganização Societária	13.614	(9.428)	4.186
Lucro líquido do exercício	837	947	1.785
Dividendos declarados	(417)	(30)	(446)
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.109	1.436	2.545
Depreciação e amortização	4.592	(1.364)	3.228
Perda na baixa de ativo permanente	339	(72)	267
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Outras receitas	1.897	72	1.969
Receitas	35.396	72	35.468
Valor adicionado bruto	20.948	72	21.020
Depreciação e amortização	(4.592)	1.364	(3.228)
Retenções	(5.394)	1.364	(4.031)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	15.554	1.436	16.990
Valor adicionado total a distribuir	17.829	1.436	19.265
Impostos e taxas - Federais	(1.611)	(488)	(2.099)

	Consolidado		
	(em milhões de Reais, exceto porcentagens)		
	Arquivado	Ajustes	Reapresentado
Impostos e taxas	(9.071)	(488)	(9.559)
Lucros retidos	(421)	(947)	(1.368)
Remuneração de capitais próprios	(837)	(947)	(1.785)
Valor adicionado distribuído	(17.829)	(1.436)	(19.265)
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
Lucro do exercício	837	947	1.785
Total do resultado abrangente do exercício	978	947	1.925
Resultado abrangente atribuído ao controlador	978	947	1.925

Adicionalmente, o formulário de referência, o Relatório da Administração, e as Outras informações que a Companhia considera relevantes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reapresentadas espontaneamente para demonstrar os saldos contábeis e as divulgações ajustadas após as correções mencionadas na tabela acima.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores esclarecem que os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis estão apresentados no item 10.4 (a).

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ressalvas

Os Diretores da Companhia esclarecem que não houve ressalvas nos relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

Ênfases relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Os Diretores da Companhia esclarecem que o relatório de revisão dos auditores independentes da KPMG sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 contém os seguintes parágrafos de ênfase e outros assuntos:

Investimento na Unitel

O valor do investimento na Unitel, S.A., de R\$ 4.157 milhões em 31 de dezembro de 2014, o qual inclui os dividendos a receber desta entidade no montante de R\$ 944 milhões, foi determinado pela Administração com base em avaliação econômica e financeira efetuada de forma a refletir a melhor estimativa do seu valor justo. Chamamos a atenção para as incertezas divulgadas nas Notas Explicativas nº 1 e nº 28 às demonstrações financeiras uma vez que o valor de realização do referido investimento depende da concretização dos pressupostos assumidos na mencionada avaliação e quanto as condições de venda da participação na Unitel. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Operações descontinuadas

Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, a qual descreve a conclusão da aprovação do Conselho de Administração da Oi S.A. dos termos e condições gerais para a venda da totalidade das ações da PT Portugal, SGPS, S.A. à Altice Portugal, S.A., uma subsidiária detida pela Altice, S.A. Esta decisão foi posteriormente aprovada em 22 de janeiro de 2015, em assembleia geral dos acionistas da Portugal Telecom, SGPS, S.A., sendo que a eficácia do contrato depende ainda da obtenção das autorizações concorrenciais necessárias, na forma da lei aplicável. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas uma perda por ajuste a valor justo, como operações descontinuadas, o montante de R\$ 4.164 milhões. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfases relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Os Diretores da Companhia esclarecem que o relatório de revisão dos auditores independentes da KPMG sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 contém os seguintes parágrafos de ênfase e outros assuntos:

(1) Quanto a reapresentação dos valores correspondentes. Conforme mencionado na nota explicativa 2 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em decorrência da adoção da nova política trazida pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto, os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

(2) Quanto as diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(1) quanto ao exame das Demonstrações Individual e Consolidada do Valor Adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

Ênfases relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Os Diretores da Companhia esclarecem que o relatório dos auditores independentes da KPMG sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 contém os seguintes parágrafos de ênfase e outros assuntos:

(1) quanto ao fato das demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, esclarecendo que, no caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB aplicável às demonstrações financeiras separadas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto que para fins das IFRS seria custo ou valor justo.

(2) chamam a atenção para o fato da Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, que descreve a reestruturação societária realizada em 27 de fevereiro de 2012 a qual, acarretou em um aumento em R\$4.146.035 mil no patrimônio líquido da Companhia, que a partir de 28 de fevereiro de 2012, as transações da Telemar Norte Leste S.A. e suas controladas passaram a integrar o resultado do exercício da Companhia e que as demonstrações financeiras devem ser lidas considerando esses aspectos.

Outros assuntos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(1) quanto ao fato de que os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes.

(2) quanto ao exame das Demonstrações Individual e Consolidada do Valor Adicionado (“DVA”), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros)

Os Diretores da Companhia esclarecem que as demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS - International Financial Reporting Standards emitidos pelo IASB – International Accounting Standards Board e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados à assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. Os diretores da Companhia entendem que as estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade ("impairment") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida ("goodwill") a Companhia testa, no mínimo anualmente eventuais perdas no ágio de acordo com as políticas contábeis praticadas.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Valor justo de instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao investimento na Unitel foram valorizados a valor justo de acordo com os ativos operacionais que serviram de base para valorização do aumento de capital da PT. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Em decorrência da assinatura do contrato de venda das operações da PT Portugal, o referido investimento foi avaliado pela Companhia pelo seu valor justo, com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas. As premissas de apuração do valor justo do investimento na PT Portugal poderão sofrer ajustes usualmente adotados em operações similares.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

Contabilização da reorganização societária da Companhia

Os Diretores da Companhia esclarecem que em conexão com a reorganização societária da Companhia, da Tele Norte Leste Participacoes, S.A. ("TNL"), da Coari Participações, S.A. ("Coari") e da Telemar Norte Leste S.A. ("Telemar"), realizada em 27 de fevereiro de 2012, foi realizada uma consulta para esclarecimento junto ao corpo técnico da *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC") a respeito da contabilização da referida reorganização societária, devido à falta de orientação nas *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"). Na conclusão desta consulta, foi acordado com os técnicos da SEC a adoção de um tratamento contábil que refletisse o valor de livros (*carry-over*), da principal entidade do grupo a divulgar publicamente junto à SEC demonstrações financeiras anteriormente à reorganização societária. Após a conclusão da reorganização societária e com base no parecer de seus consultores contábeis, os Diretores da Companhia entenderam necessário, considerando os seus deveres fiduciários, consultar a CVM em relação ao tratamento contábil aplicável a sua reorganização societária de acordo com o IFRS, tendo em vista o poder legal da CVM nos termos da Lei Nº 11.638/07 para determinar a aplicação das normas do IFRS pelas companhias abertas no Brasil. Consoante o Ofício CVM/SEP/GEA-5/Nº 119/2013, de 25 de abril de 2013, o Colegiado da CVM decidiu por unanimidade que o tratamento contábil mais adequado para a reorganização societária, de acordo com o IFRS, seria contabilizar a incorporação da Coari pela Companhia e da TNL pela Companhia, com base no valor de livros dos ativos e passivos da Companhia e nos ativos e passivos e passivos oriundos da TNL, da Telemar e da Coari a partir da data da reorganização. Em virtude dessa decisão, a Companhia reapresentou as suas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o IFRS, anteriormente entregues na CVM, de modo a refletir a decisão deste órgão relativamente ao tratamento contábil da reorganização societária, como mudança da prática contábil. Como resultado da reapresentação das demonstrações financeiras de acordo com a decisão da CVM de que esse tratamento contábil era o mais adequado segundo o IFRS, a Companhia apresentou à SEC demonstrações financeiras refletindo o tratamento contábil adotado na decisão da CVM. Em comunicações posteriores com o corpo técnico da SEC, esta determinou à Companhia a apresentação de demonstrações financeiras re-caracterizadas e reconciliadas para os princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP). Dessa forma, a Companhia em seus arquivamentos na SEC, apresentou demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e reconciliadas com os U.S. GAAP.

10.6. Comentários dos diretores sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

Abaixo os Diretores da Companhia comentam sobre controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, mais especificamente, o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las e as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os Diretores da Companhia afirmam que o monitoramento do ambiente de controle interno da Companhia é um processo anual e planejado com o objetivo de comprovar a confiabilidade dos relatórios da Companhia, bem como da preparação das demonstrações financeiras para apresentação externa de acordo com os princípios contábeis aplicáveis.

O sistema de gestão de riscos e controles internos da Companhia é baseado num modelo internacionalmente reconhecido – *COSO (Committee of Sponsorship Organizations of the Treadway Commission)*, fazendo uso das fases estabelecidas nesse modelo: (i) Controles de alto nível (*Entity Level Controls*); (ii) Controles de Sistema De Informação (*IT Level Controls*); e (iii) Controles de nível dos processos (*Process Level Controls*). Adicionalmente, e considerando as exigências da SEC (*Security and Exchange Commission*), foram identificados os objetivos necessários para assegurar que os processo, sistemas e unidades de negócios com impacto a montante do relato financeiro têm controles adequados e operacionais.

Esse monitoramento é baseado em metodologia de gerenciamento de riscos e controles internos, em conformidade com padrões internacionais como o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), o ERM (*Enterprise Risk Management*) e da ISO 31000.

Considerando a necessidade da Oi de possuir mecanismos claros de avaliação e gestão dos riscos que afetam os seus negócios, foram definidos os seguintes componentes na implementação do processo de gestão de riscos: matriz de Risco e Controles; metodologia de gestão de riscos; responsáveis pela avaliação, aprovação e gestão dos riscos e fatores de risco que afetam os negócios da Oi S.A; processos para monitorização das ações de mitigação para cada risco, consoante a estratégia de gestão de risco adotada pela Companhia e supervisionada pelo Conselho Fiscal e Comitê de Riscos e Contingências do Conselho de Administração e Processos de divulgação e reporte da informação resultante do processo de gestão de risco.

Adicionalmente, os Diretores da Companhia esclarecem que, sob sua supervisão, a Administração avalia a eficácia do controle interno da Companhia em todos os seus processos de suporte para a elaboração e divulgação de informações financeiras, com base em critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)* e no *Control Objectives for Information and Related Technology (COBIT) do IT Governance Institute*.

Por fim, como resultado da avaliação descrita acima, os Diretores da Companhia concluíram que, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha a eficaz de seu ambiente de controles, garantindo segurança satisfatória sobre a elaboração e a divulgação de informações financeiras.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia mantém um processo sistemático de acompanhamento e tratamento das recomendações emitidas pelo auditor independente. A auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, não reportou existência de fraqueza Significativa ou material.

10.7. Comentários dos diretores sobre destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:

Abaixo os Diretores da Companhia comentam aspectos referentes a ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários da Companhia.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, a Companhia realizou as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários e os recursos resultantes dessas ofertas foram utilizados conforme descrito abaixo, sempre de acordo com a destinação originalmente prevista:

Oferta Pública de distribuição primária de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia ("Oferta") – emitida em Maio de 2014

Os recursos captados foram destinados para (i) capital de giro, (ii) amortização das dívidas com vencimento em 2014 e (iii) pré-pagamento de dívidas. Para descrição mais detalhada dessa oferta pública, vide item "8.3" deste Formulário de Referência.

8ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia emitida em Março de 2013

Os recursos captados foram destinados para (i) capital de giro, (ii) reestruturação e alongamento do perfil de endividamento da Companhia e (iii) realização do plano de investimentos – CAPEX de Companhia.

7ª Emissão Pública de Debêntures da Companhia emitida em Março de 2012

Os recursos captados foram destinados para (i) capital de giro; (ii) amortização das dívidas com vencimento em 2011; e (iii) alongamento do perfil de endividamento da Companhia.

Senior Notes emitidas em Fevereiro de 2012

Os recursos captados foram destinados para com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas nos prospectos ou nas escrituras de emissão.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois não houve desvios entre a aplicação dos recursos e as propostas de aplicação descritas nos prospectos ou nas escrituras de emissão.

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia, referindo-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, acompanhadas das notas explicativas:

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não apresentados nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.9. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item "10.8"

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, visto que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, visto que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

(a) (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A seguir os Diretores da Companhia apresentam a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os Diretores da Companhia informam que o orçamento de capital consolidado está sob aprovação do Conselho de Administração da Companhia para o ano de 2014.

Os Diretores da Companhia acreditam que investimentos são importantes para atender a demanda projetada, aumentando a eficiência operacional. Para que esses efeitos ocorram de forma organizada viabilizando o crescimento sustentável na Companhia, por meio da prestação de serviços em rede fixa, que inclui (i) os serviços de voz e de dados, contando com equipamentos instalados em pontos de presença distribuídos, (ii) centrais telefônicas, (iii) equipamentos de

comunicação de dados, e (iv) uma rede capilarizada de linhas de acesso que conecta os clientes a estes pontos de atendimentos, interligadas por equipamentos de transmissão de longa distância. Os projetos mais relevantes por técnicas são descritos abaixo:

Rede de Dados

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a rede de dados incluem as seguintes atividades:

- Aquisição de equipamentos de comunicação de dados para as Redes Determinística e IP para suportar o atendimento de clientes corporativos e padronização dos serviços de dados;
- Ampliação do backbone para suporte à expansão do serviço 3G e 4G, além de novos serviços.
- Implantações e adequações de soluções customizadas, produtos de portfólio e acessos (last mile) para clientes, incluindo opticalização de acessos e/ou características relacionados ao nível de serviço (SLA, Service Level Agreement);

Rede de Voz

Os Diretores da Companhia informam que a rede comutada da Companhia enfrenta o desafio de evoluir de modo a oferecer novos serviços de valor agregado aos seus clientes, utilizando principalmente novas tecnologias baseadas no conceito de NGN (Next Generation Networks).

Para tanto, faz-se necessário promover a modernização de sua planta comutada.

A Companhia tem em andamento o programa de remoção e substituição de centrais de pequeno porte, ao mesmo tempo em que está investindo na implantação de solução NGN seja para atender a demanda de tráfego de longa distância (nacional e internacional) utilizando VoIP, seja para ofertar serviços diferenciados, como funcionalidades IPCentrex e VoBB (Voice over BroadBand), além de promover significativamente a convergência fixo-móvel.

Como resultado direto dessa estratégia, a Companhia avança na implantação do núcleo IP Multimedia Systems - IMS, uma plataforma de serviços de protocolo de Internet (IP) que possibilita a convergência dos serviços de voz, dados e vídeo, o que representa a parte central da nossa oferta de Triple Play. O núcleo IMS não só irá fornecer controle para o recurso de VoIP, mas também a integração de controle de acesso e autenticação para todos os três serviços melhorando significativamente automação e provisionamento de velocidade para os clientes.

Nesta área, destacam os Diretores da Companhia os projetos de caráter regulatório: Escolas conectadas; PGMU Individual / Coletivo; e Ruralcel

Redes de Transporte

A expansão das redes de transporte visa garantir a capacidade de escoamento necessária para o plano de expansão dos serviços e a adequada capacidade para o escoamento do tráfego da planta existente. Destacam-se os projetos: (i) Expansão backbone nacional, estaduais e satélite; (ii) Preparação para tráfego de clientes 100Gbps a nível Nacional; (iii) Adequação do tráfego de interconexão; e (iv) Projetos de proteção / otimização de rotas.

A rede de transporte foi preparada para suportar taxas de linha de 100Gbps em nossos sistemas ópticos DWDM e também interfaces de 100 Gbps nos roteadores de backbone IP. Uma camada de comutação óptica baseado em tecnologia OTN foi implementada, a fim de proporcionar uma utilização mais eficiente da capacidade.

Gerência de Redes

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a Gerência de Redes estão distribuídos sobre as seguintes atividades:

Expansão da plataforma para disponibilizar nas posições de gerência do CGR (Centro de Gerenciamento de Rede), em tempo real, todos os eventos de falhas de transmissão, infra-estrutura, dados integrados e correlacionados, com o objetivo de buscar continuamente a redução dos alarmes de diversos sistemas de gerência e domínios, sendo os eventos apresentados correlacionados com a causa raiz;

Expansão de capacidade dos servidores de gerência que atendem aos clientes corporativos tendo em vista seu crescimento e visando controlar a eficiência na prestação de serviço pro-ativo e insatisfação dos clientes;

Rede de acesso

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos relacionados a rede de acesso se distribuem em:

- Garantir a atendimento às demandas de novas unidades residenciais em construção e atendimento ao crescimento da demanda em bairros existentes;
- Padronização das instalações para evitar ações de fraude e melhoria de qualidade;
- Substituição de TUPs para melhorar qualidade de atendimento das localidades remotas e reduzir fraudes;
- Projetos de melhoria e redundância em cabos, incluindo a construção de rotas e cabos redundantes de fibra óptica para rotas lineares ou para fechamento de anéis; e

- Execução de manutenção preventiva em seções de serviço que apresentam elevado índice de defeitos, com substituições de elementos de rede com vida útil comprometida.

Na rede de acesso, destaca-se o projeto de implantação de fibra até a casa dos clientes (FTTH) para apoiar a nossa oferta de serviços Triple Play. A tecnologia óptica escolhida - GPON é projetada para suportar IPTV e serviços de vídeo, VoIP e Internet de alta velocidade de até 200 Mbps.

Rede Móvel

Os Diretores da Companhia informam que as expansões do 3G incluem a melhoria de cobertura nas áreas onde atualmente já existe cobertura de serviços 3G da Companhia, além de novos municípios em toda região II. A Companhia planeja implantar novas Estações Rádio Base (ERB), além de ampliar transmissores (TRXs), que proporcionarão melhoria de qualidade na rede, permitindo a obtenção de baixos índices de congestionamentos de chamadas, em atendimento às metas estabelecidas pelo órgão regulador. Decorrente do atendimento às obrigações junto a Anatel e da aquisição do direito de uso do 3G, a Companhia planeja implantar novas ERBs, que atenderão novos municípios.

Dentre os projetos relevantes, os Diretores da Companhia destacam: ampliação da funcionalidade HSPA+ nos elementos de acesso, permitindo aumento da velocidade de acesso em áreas estratégicas; e a introdução da evolução da tecnologia de acesso. Adicionalmente, a Companhia adquiriu licença de prestação de serviços de rede móvel em LTE e já iniciou a sua implantação. O núcleo móvel existente foi atualizado de modo a acelerar a implantação e ser capaz de oferecer serviços 4G durante a Copa das Federações, evento promovido pela FIFA. A implantação se deu de forma de RAN Sharing, onde existe uma configuração de compartilhamento de radio, (Radio Access Network), onde o acesso LTE eNode B é compartilhado.

A companhia continua a implementação da rede 4G em todo o país, em atendimento as metas do órgão regulador. Nos anos de 2013/2014 a Oi cumpriu atendimento aos projetos LTE 50% de Cobertura e 80% de Cobertura (que foram alvo de conclusão em etapas definidas para Abril/Dezembro-2013 e Abril/Maio-2014 respectivamente). Para 2015 a companhia tem como meta a continuidade do Projeto LTE 80% Cobertura com término para Dez-2015.

(a) (ii) fontes de financiamento dos investimentos

Abaixo, os Diretores da Companhia apresentam as fontes de financiamento dos investimentos:

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia e suas controladas historicamente utilizam como fonte de financiamento dos investimentos de capital empréstimos de longo prazo realizados junto às agências de fomento e bancos multilaterais, que deverá ser mantida como estratégia de financiamento dos investimentos de capital para os próximos anos.

Os Diretores da Companhia explicam que a Companhia, a Telemar Norte Leste S.A., e a Oi Móvel possuem linhas de financiamento de parte do CAPEX para o triênio 2012-2014 contratadas com o BNDES, no valor total de até R\$5.418 milhões, Agências de Crédito à Exportação contratadas em 2013 no valor de USD 257 milhões e em 2014 no valor de USD 397,36 milhões.

Em relação às fontes de financiamento dos investimentos em rede móvel, os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia financia tais investimentos por meio do seu fluxo de caixa operacional e financiamentos de longo prazo.

(a) (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores da Companhia comentam que a Companhia não realizou quaisquer desinvestimentos de capital nos últimos 3 anos, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento ou previstos.

A seguir os Diretores da Companhia comentam sobre as aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos de capital da Companhia relacionados a ativos imobilizados totalizaram R\$ 5.382 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$6.614 milhões em 2013 e R\$6.477 milhões em 2012. A tabela abaixo demonstra investimentos com a expansão e modernização de instalações nos períodos indicados:

Item	2014	2013	2012
	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)
Equipamento de transmissão de dados	1.207	1.740	1.365
Serviços de instalação	878	411	1.318
Redes e sistemas móveis	877	1.147	1.081
Transmissão de voz	663	908	645
Serviços de tecnologia da informação	454	378	392

Infra-estrutura de serviços de telecomunicações	281	539	322
Edificações e benfeitorias	166	542	244
Cabos submarinos	0	25	152
Equipamentos de sistema de gerenciamento de rede	113	202	142
Backbone	159	71	36
Equipamentos de serviço de internet	03	07	19
Outros	581	644	761
Total dos investimentos de capital	5.382	6.614	6.477
Saídas de caixa para quitar passivos anteriormente registrados	(122)	(638)	(1.147)
Total dos investimentos de capital de acordo com o fluxo de caixa (aquisição de ativo imobilizado e intangível)	5.260	5.976	5.330

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos da Companhia no período de um ano encerrado em 31 de dezembro de 2014, em 2013 e 2012 incluíram o seguinte:

- Dando continuidade ao processo de integração das redes móvel da Companhia (Região II) com a rede da TMAR (Região I), de melhoria da qualidade e ampliação de cobertura, a Companhia direcionou investimentos de R\$ 0,9 bilhões em 2014, de R\$ 1,1 bilhões em 2013 e R\$ 1 bilhões em 2012 para o segmento de mobilidade;
- Os expressivos investimentos direcionados à oferta de serviços de banda larga, tanto visando a ampliação da capilaridade de sua rede, quanto o incremento das velocidades disponibilizadas aos clientes. Adicionalmente, a ampliação de capacidade das redes de dados, visando o atendimento do segmento corporativo, contribuiu para investimentos totais R\$ 1,2 bilhões em 2014, de R\$ 1,7 bilhões em 2013 e R\$ 1,3 bilhões em 2012 em comunicação de dados;

- No segmento de voz, os investimentos realizados em 2014, 2013 e 2012 tiveram por objetivo o atendimento a novos empreendimentos na área de atuação da Companhia e a modernização das plantas interna e externa, visando a melhoria da qualidade e permitindo maior agilidade no atendimento às demandas; e
- Visando dar suporte aos crescimentos citados, a Companhia investiu em infraestrutura de telecomunicações, incluindo-se aí as redes de transporte (*backbones*), infraestrutura de TI e plataformas de gerência de redes, R\$ 1,0 bilhão em 2014 totalizando R\$ 1,2 bilhão em 2013 e R\$ 892 milhões em 2012.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo os novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Pesquisa e desenvolvimento

A inovação sempre esteve presente no DNA da Oi, desde o seu início, tendo sido o instrumento mais importante para o seu crescimento, sempre com o foco no valor percebido por nossos clientes.

Estratégias e iniciativas inovadoras como a escolha do padrão GSM, as estratégias da convergência e do SIMcard Standalone, a iniciativa do desbloqueio de aparelhos e o lançamento da Paggo, dentre outras, se transformaram em importantes diferenciais competitivos para impulsionar o crescimento e solidificar a conquista de participação relevante no mercado brasileiro.

A Oi continuará conduzindo as atividades independentes de inovação, pesquisa e desenvolvimento nas áreas de serviços de telecomunicações e tecnologia da informação e comunicação, com objetivo de alavancar o atingimento dos objetivos estratégicos da Companhia além de garantir a excelência nos processos de operação e entrega dos serviços. Para o desenvolvimento de novas tecnologias, a Oi depende principalmente de fornecedores de equipamentos da indústria de telecomunicações.

As atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento na Oi referenciam-se nos manuais de Oslo e Frascati e utilizam o modelo de inovação aberta em empresas de serviço. Neste contexto, a Oi está vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem o sistema brasileiro de inovação, com destaque para as parcerias junto à comunidade de inovação, fornecedores de equipamentos e soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de inovação e P&D junto aos parceiros do seu sistema.

BASEADO NO MODELO DE INOVAÇÃO ABERTA, O SISTEMA DE INOVAÇÃO DA Oi INTERAGE COM GRANDE NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DO SISTEMA BRASILEIRO DE INOVAÇÃO



Criado em 2009, o Programa de Inovação da Oi, está baseado no conceito de inovação aberta - (Open Innovation), que preconiza o desenvolvimento de inovação com a participação de um ecossistema de parceiros, composto por universidades e centros de pesquisa, fornecedores tecnológicos e empresas incubadas, atuando em parceria com a Oi para conceber, desenvolver e implementar soluções e projetos inovadores em produtos, serviços e processos de negócio.

A Oi estabeleceu sua atuação como fomentadora de inovação e P&D no ecossistema através de:

- Convênios de cooperação e desenvolvimento tecnológico com centros de pesquisa nacionais (ICT´s);
- Convênios com instituições de ensino e pesquisa através da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);
- Parcerias com a indústria de equipamentos de telecomunicação com tecnologia nacional;
- Parcerias com fornecedores nacionais com grande potencial de inovação

No triênio 2009 a 2011, a Oi esteve focada na estruturação da área de inovação, pesquisa e desenvolvimento, no mapeamento e desenvolvimento de seu ecossistema e no desenvolvimento e estímulo dos projetos aderentes a esta nova abordagem para a empresa, destacando-se as seguintes atividades:

- Criação da área de Inovação e P&D;
- Disseminação inicial da cultura de inovação;
- Estruturação do Ecossistema de Inovação da Oi;
- Implantação de processos, acompanhamento e controle dos projetos;
- Lançamento e consolidação do Programa de "Cooperação com a Indústria de Tecnologia Nacional";
- Celebração de Convênios de Cooperação Tecnológica com Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT´s) públicos e privados;
- Estímulo ao desenvolvimento de novos projetos de inovação e P&D através de iniciativas de fomento;
- Intensificação do desenvolvimento de projetos com a participação de ICT´s;
- Lançamento de iniciativas para aumento do Ecossistema de Inovação por meio de campanhas internas e externas;
- Ampliação do Ecossistema de Inovação da Oi por meio de iniciativas de estímulo à apresentação de propostas de projetos, tais como a Chamada de Aplicativos.

Em 2014, a Oi intensificou o processo de prospecção de novos parceiros para o desenvolvimento de atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, celebrando novos Convênios de Cooperação Tecnológica e contratos para elaboração de projetos específicos de inovação tecnológica.

O PROGRAMA INOVA

O Programa Inova foi reestruturado em 2014, englobando o Programa de Incentivo à Inovação com objetivo de refinar a prospecção de projetos priorizando aqueles perfeitamente sintonizados a estratégia mais austera da empresa e desta forma melhor direcionar os recursos alocados ao estímulo do desenvolvimento de projetos inovadores da Companhia, em parceria com institutos de ciência e tecnologia (ICTs) – centros de pesquisa públicos ou privados e universidades que realizam pesquisas práticas, que geram soluções. A iniciativa agrega um importante valor aos projetos de inovação desenvolvidos pela Empresa, pois a expertise dos centros de pesquisa confere uma visão de longo prazo mais ampla a essas ações. No primeiro ciclo deste programa em 2011, foram aprovados seis projetos. Já para o ciclo de 2012, nove projetos foram qualificados para recebimento do estímulo financeiro. Em 2013 vinte e quatro projetos foram desenvolvidos com o suporte deste programa sendo que destes 17 projetos foram integralmente pagos com estes recursos. Em 2014 trinta e sete projetos foram integralmente pagos com estes recursos.

A prospecção das iniciativas tem como objetivo avaliar e definir posicionamento em novas tendências, tecnologias, pesquisar novos comportamentos, identificar disrupturas na indústria, bem como delinear novos modelos de negócio que se traduzam em vantagens competitivas do ponto de vista estratégico e econômico aos negócios futuros da Oi.

Uma vez priorizadas as iniciativas são desenvolvidos estudos / pesquisas, provas de conceito e projetos em parceria com fornecedores tecnológicos, universidades e centros de pesquisa no Brasil e no exterior, para avaliar e selecionar novas tecnologias, novos modelos de negócio e novos processos de operação e entrega de serviços aos nossos clientes.

Este processo envolve ainda a avaliação estratégica e financeira das oportunidades estudadas, a escolha das oportunidades mais promissoras e a definição de objetivos, metas e desenho de projetos que serão executados.

Além destas iniciativas diretamente suportadas pela área de P&D existem outras também inovadoras desenvolvidas e geridas individualmente pelas áreas de negócio, de engenharia e TI da Oi com acompanhamento e suporte do grupo de inovação, que contribuem para o atingimento dos objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Oi.

Visando atingir seus objetivos de inovação, em 2014, a Oi intensificou o processo de prospecção de serviços inovadores e desenvolveu atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, fomentando seu Ecossistema de Inovação por meio do Programa Inova, investindo em 2014 aproximadamente R\$ 121 milhões em projetos de inovação e P&D

Para o ano de 2015, a Oi está trabalhando com uma estimativa de volume de projetos inovadores similar à carteira de 2014. Abaixo uma lista dos projetos da carteira que estão em análise de viabilidade em desenvolvimento na Companhia. Essa lista está em constante atualização conforme a identificação e desenvolvimento de novos projetos inovadores ao longo do ano:

● **Desenvolvimento de um novo Telefone de Uso Público (TUP)**

Projeto para desenvolvimento de nova eletrônica e mecânica para o equipamento TUP, utilizando tecnologia NFC como meio de pagamento e rede móvel para comunicação com o SSR (Sistema de Supervisão Remota dos TUPs). A nova arquitetura do equipamento propiciará maior disponibilidade, maior eficiência na manutenção com redução do número de visitas a campo e otimização do SSR

● **Configurador de redes WiFi para pequenas e médias empresas**

Este projeto visa construir uma solução WiFi que permita disponibilizar para PMEs assinantes do serviço de Banda Larga da Oi, uma rede de visitantes para seus clientes sem necessidade de troca do CPE, sem equipamentos extras e sem necessidade de visita de um técnico no local. Para isso, será desenvolvido um ambiente que permita a orquestração de diversos sistemas construídos pela Oi dentro do programa Oi WiFi.

● **Oi Carteira Digital**

O Oi Carteira deverá ser um aplicativo e um Portal Mobile para aparelhos móveis com o propósito de centralizar os produtos de bancarização da Oi (cartão de crédito Oi, cartão pré- Oi). Em sua primeira fase o aplicativo deverá, através de interface com o banco do Brasil, parceiro dos produtos financeiros do grupo, disponibilizar operações de consulta de saldo e extrato, transferências e operações de compras e pagamentos. O aplicativo deverá ainda prever uma área de atendimento com explicações básicas dos produtos e informações para ajudar o usuário a tirar as principais dúvidas relativas ao serviço. Esta fase do projeto, contempla aplicativos para os ambientes iOS e Android, e com integração a alguns serviços que foram disponibilizados ainda em 2014.

● **Oi Empreendedores**

Desenvolvimento de um jogo de negócios educacional para o público universitário com foco em empreendedorismo.

O jogo simulará a gestão de uma pequena empresa, simulando o dia a dia de um negócio real, provocando a reflexão sobre os resultados das decisões tomadas, envolvendo conceitos e decisões nas áreas de Estratégia, Produção, Marketing, Vendas, Manutenção, Distribuição, Recursos Humanos, Finanças e Investimentos. O jogo fornece informações sobre o cenário econômico e características do setor para que os participantes tomem as decisões pertinentes atendendo os critérios de realismo, acessibilidade, compatibilidade, flexibilidade, escalabilidade e simplicidade de uso.

Para tornar o jogo mais factível e praticável, é necessária a determinação de um tema, ou seja, a área de atuação das empresas virtuais. A partir dele, se desenvolvem as diretrizes pedagógicas da competição, sendo mais estimulante a exposição e tradução dos conteúdos disseminados aos alunos, além de tornar a competição mais encantadora, envolvente e lúdica.

● **Prototipação de um Transceptor Óptico Elétrico μMSAN**

Projeto para o desenvolvimento de equipamento transceptor óptico elétrico visando a revitalização da última milha das redes externas e rede internas de pares metálicos de cobre permitindo levar a fibra óptica até pontos mais próximos do cliente em soluções de Fiber-to-the-Curb (FTTC) e/ou Fiber-to-the-building (FTTB), ou seja a rede de fibra óptica termina no armário de rede ou no PTR do edifício.

Esta solução permite migrar as redes de acesso de par metálico existente para redes de fibra óptica com o objetivo de fornecer elevada largura de banda tanto para clientes residenciais como empresariais utilizando-se da tecnologia ADSL2+ ou VDSL2 na rede local de cobre já existente.

● **Prototipação de um nó compacto de rede acesso multisserviços**

Projeto de uma solução convergente completamente inovadora, genericamente designada por nó compacto de rede acesso multisserviços, destinada a acomodação em locais com elevadas restrições de espaço, como é o caso dos Estações Rádio Base (ERBs) que disponibilizam a rede de acesso aos celulares.

O produto resultante do desenvolvimento deve prover serviços chave, baseados na tecnologia FTTH¹, tais como o triple-play (incluindo dados, voz e vídeo), e ainda sinal de TV satélite (DTH)² e televisão terrestre digital (DTT) em *RF overlay*³. Por outro lado, a solução suportará serviços legados como TDM (incluindo ligações E1)⁴, permitindo uma transição progressiva da rede de acesso.

● **Desenvolvimento de uma solução móvel de auditoria de equipes de consultoria técnica**

Desenvolvimento de ferramenta para suporte de equipes de consultoria técnica agilizando o atendimento aos clientes com maior assertividade na identificação e proposição de soluções para suas necessidades.

Desenvolvimento de aplicativo na plataforma IOS e Android com interface amigável para o consultor registrar todas as informações necessárias ao adequado atendimento às solicitações dos clientes.

● **Desenvolvimento de um sistema de rastreamento e otimização de Frotas**

O projeto prevê o desenvolvimento de uma solução abrangente de rastreamento e otimização de frotas visando auferir efetivos ganhos de eficiência com redução dos custos de operação / manutenção e de redução de fraudes.

¹ *Fiber do the home* – Fibra óptica até a casa do assinante

² *Direct to Home* – TV por satélite em banda KU

³ TV em banda base no cabo coaxial ou fibra óptica

⁴ *Time Division Multiplex* – Troncos digitais de 2 Mbps

O projeto tem por objetivo atender uma demanda real dos clientes corporativos, agregando valor às ofertas da Oi deste segmento, evoluindo de um fornecedor de conectividade e serviços de voz e dados para um parceiro de soluções globais de suporte ao negócio do cliente.

10.11. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os diretores da Companhia esclarecem que não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO III

(PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09)

1. Informar o lucro líquido do exercício

No exercício de 2014 a companhia não apurou lucro líquido.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, vide item "a" acima.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, vide item "a" acima.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável, vide item "a" acima.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços

semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável, tendo em vista não ter havido, no decorrer do exercício de 2014, a declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável, vide item "a" acima.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	R\$	R\$ por ação
2014(prejuízo)	0,00	0,00
2013	1.493.015.161,92	0,91
2012 (*)	1.784.889.993,94	1,09
2011	1.005.731.443,81	0,61

(*) Após uma consulta formulada pela Companhia à Comissão de Valores Mobiliários a respeito do tratamento contábil da mais valia decorrente da aquisição da Companhia pela TMAR em virtude da operação de Reorganização Societária ocorrida no exercício de 31 de dezembro de 2012, as Demonstrações Financeiras de tal exercício foram reapresentadas em 30 de abril de 2013, após apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal, refletindo a apuração de um lucro no exercício no montante de R\$ 1.784.889.993,94.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	ON	PN
2014	0,00	0,00
2013	0,30	0,30
2012	4,07	4,07
2011	0,92	0,92

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Não aplicável, vide item "a" acima.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Às ações preferenciais é assegurada prioridade no recebimento do dividendo mínimo e não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia ou de 3% (três por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas têm direito a receber o dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado do exercício na forma do disposto no artigo 202 da Lei 6.404/76.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à

análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, vide item "a" acima.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, vide item "a" acima.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, vide item "a" acima.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável, tendo em vista o prejuízo apurado no exercício de 2014.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, vide item "a" acima.

ANEXO IV
ITEM 12.6 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.6 - Composição e experiência profissional do conselho fiscal

Conselho Fiscal

Nome	Idade	Cargo eletivo ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Allan Kardec de Melo Ferreira	68	Membro efetivo do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29/04/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
054.541.586-15	Advogado	Sim	29/04/2015		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Newton Brandão Ferraz Ramos	45	Membro suplente do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29/04/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
813.975.696-20	Contador	Sim	29/04/2015		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Aparecido Carlos Correia Galdino	63	Membro efetivo do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29/04/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		

666.708.708-25	Administrador de empresas	Sim	29/04/2015
----------------	---------------------------	-----	------------

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Sidnei Nunes	55	Membro suplente do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29/04/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Membro do Comitê de Riscos e Contingências
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
011.355.928-37	Administrador	Sim	29/04/2015		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Umberto Conti	40	Membro efetivo do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29/04/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data da Posse		
165.706.888-98	Economiário	Sim	29/04/2015		

Nome	Idade	Cargo eletivo a ser ocupado	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Alcinei Cardoso Rodrigues	50	Membro suplente do Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 29/04/2015	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2016	Não se aplica.
CPF	Profissão	Indicado pelo Acionista controlador	Data de posse		
066.206.228-01	Economista	Sim	29/04/2015		

12.7 – Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração:

Não serão eleitos novos membros dos comitês estatutários, nem tampouco de comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

12.8 – Currículos dos indicados pelo Acionista Controlador para (re)eleição, como membros do Conselho Fiscal da Companhia:

Conselho Fiscal

Allan Kardec de Melo Ferreira

Nascido em 19 de novembro de 1946, foi assessor interno da Construtora Andrade Gutierrez entre 1971 e 1993, onde foi responsável no período de 1971 a 1980 pelas áreas de licitação e contratos no Brasil e de 1980 a 1993 foi chefe do departamento jurídico internacional. Suas atividades incluem serviços de Consultoria em administração para diversas empresas nas áreas civil, comercial e tributária, participação em processo de reestruturação (fusões, cisões, alienações, venda de ativos) de sociedades de telecomunicações do Grupo Andrade Gutierrez e em vários processos de leilão realizados pelo Departamento de Estradas e Rodagem de Minas Gerais, ou DNER-MG, Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte, ou BHTRANS, Ministério das Comunicações e ANATEL. Foi membro do conselho fiscal da Telemar Participações S.A., Tele Norte Celular Participações S.A., Tele Norte Leste Participações S.A. e Coari Participações S.A. e atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da Oi S.A.. É graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1970), além de participar de vários cursos de extensão sobre Comércio Exterior, e principalmente Exportação de Serviços, na Fundação Centro de Comércio Exterior, ou FUNCEX, Fundação Dom Cabral, Ministério das Relações Exteriores e Construtora Andrade Gutierrez.

O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Newton Brandão Ferraz Ramos

Nascido em 30 de maio de 1969, é Controller da Andrade Gutierrez Concessões, sociedade responsável pelo setor de concessões públicas do grupo Andrade Gutierrez. Nos últimos cinco anos atuou também como membro titular dos Conselhos Fiscais da Companhia CCR, da SANEPAR, da Dominó Holding S.A. e como membro do Conselho Fiscal da Telemar Participações S.A, empresa de participação societária em outras sociedades e da Oi S.A.. Atuou também como membro suplente da CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais, da CEMIG Distribuidora S.A.. Formou-se em ciências contábeis pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pós graduado em Administração pela FUMEC MG e com MBA em Finanças na Fundação Dom Cabral.

O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Aparecido Carlos Correia Galdino

Nascido em 14 de abril de 1951, formado em Administração de Empresas em 1978 pela Faculdades Integradas Princesa Isabel. Iniciou suas atividades profissionais em 1971 no Grupo Jereissati, tendo participado de todo o processo de evolução e crescimento até hoje. É Diretor Financeiro da La Fonte Participações S/A, empresa de participação societária em outras empresas, membro do Conselho Fiscal da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A, empresa de administração de shopping centers, dos Conselhos de Administração da La Fonte Telecom S/A e da LF Tel S/A, empresas de participação societária em outras empresas e do Grande Moinho Cearense S/A, empresa de moagem de trigo para panificação e indústrias de massas e biscoitos. É membro do conselho fiscal da Oi S.A., da empresa de participação societária em outras sociedades, Telemar Participações S.A. e membro efetivo do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A., empresa cuja atividade principal é a prestação de serviços de Call Center.

O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Sidnei Nunes

Nascido em 28 de setembro de 1959 e formado em Administração de Empresas (1982) e Ciências Contábeis (1984) pela Faculdade de Administração Paulo Eiró, com MBA em Finanças pela Universidade de São Paulo - USP (1998). Trabalhou na Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A de fevereiro de 1990 a março de 2008, exercendo o cargo de Controller de fevereiro de 1990 a maio de 1999 e como Diretor Financeiro de junho de 1999 a março de 2008. Atua desde abril de 2008 na Jereissati Participações S/A e na LF Tel S/A como Diretor Gerente e na La Fonte Telecom S/A como Diretor Financeiro. Tem como principais funções a gestão de finanças e controles, gestão contábil e fiscal das Empresas. Atua também como membro do Conselho de Administração da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S/A desde 08 de novembro de 2006, eleito para o cargo de Conselheiro em 08 de Novembro

de 2006, reeleito em 24 de abril de 2009 com mandato de 02 anos. Foi membro suplente do Conselho Fiscal da empresa de telecomunicações Tele Norte Leste Participações S.A. , da empresa de participação em outras sociedades Coari Participações S.A., Tele Norte Celular Participações S.A., e Telemar Norte Leste S.A. É membro do Conselho de Administração desde abril de 2008 nas Empresas Jereissati Participações S/A, La Fonte Telecom S/A, LF Tel S/A e Grande Moinho Cearense S/A. É membro suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A., empresa cuja atividade principal é a prestação de serviço de call center, onde atua desde abril de 2009. Participa também como membro efetivo do Conselho Fiscal da empresa de participação societária em outras sociedades, Telemar Participações S.A. e como membro suplente do Conselho Fiscal da Oi S.A., empresa de telecomunicações. O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Umberto Conti

Nascido em 12 de setembro de 1974, obteve os títulos de Bacharel em Geografia pela USP e em Tecnologia em Processamentos de Dados pela Universidade Mackenzie, com Pós Graduação em Finanças pelo IBMEC. Trabalha na Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF) desde 2006. Atualmente, ocupa o cargo de Gerente de Análise de Investimentos. Anteriormente ao referido cargo foi Consultor Especial da Presidência e Coordenador da área de Desenvolvimento de Novos Negócios. Foi conselheiro administrativo titular da Bahema, Conselheiro Fiscal do Florestal S.A., além de suplente no Conselho de Administração da JBS S.A. Atualmente é membro titular do Conselho Fiscal da OI S.A. O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Alcinei Cardoso Rodrigues

Nascido em 16 de setembro de 1964, atua como Coordenador da FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais, empresa de Previdência Complementar desde 22/11/2011. Foi Gerente Executivo de Participações e Assessor de Diretoria da Fundação Petrobrás de Seguridade Social, empresa de Previdência Complementar, de junho de 2003 a novembro de 2011. Anteriormente atuou como Suplente do Conselho de Administração da Oi S.A., de maio de 2012 a outubro de 2013. Atualmente é Conselheiro de Administração da Eldorado Celulose S.A., empresa do segmento de Papel e Celulose. Anteriormente atuou como Conselheiro de Administração da Sete Brasil S.A., empresa do segmento de Petróleo, de novembro de 2013 a março de 2014. É formado em Ciências Econômicas pela FEA/PUC-SP em 1988, com Mestrado em Economia pela PUC-SP em 1999. O conselheiro não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Declaração Negativa de Eventos Condenatórios:

Todos os candidatos supracitados indicados para eleição Conselho Fiscal declaram que, para todos os fins de direito, nos últimos cinco anos, não sofreram condenação criminal, condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a Comissão de Valores Mobiliários ou condenação transitada em julgado na esfera judicial ou administrativa que tivesse por efeito a suspensão ou inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9. Relação Familiares

Não é aplicável.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros:

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função

Aparecido Carlos Correia Galdino	666.708.708-25	Subordinação	Controlador Indireto	Membro efetivo do Conselho Fiscal
----------------------------------	----------------	--------------	----------------------	-----------------------------------

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Jereissati Participações S.A.	60.543.816/0001-93	Diretor Gerente e Diretor de Relações com Investidores

Administrador do emissor

Nome	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Cargo/Função
Sidnei Nunes	011.355.928-37	Subordinação	Controlador Indireto	Membro suplente do Conselho Fiscal

Pessoa relacionada

Empresa	CNPJ	Cargo/Função
Jereissati Participações S.A.	60.543.816/0001-93	Diretor Gerente

ANEXO V
ITEM 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração praticada pela Companhia para seus administradores tem como objetivos:

- atrair, reter e motivar administradores diferenciados para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia;
- fornecer a seus administradores níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelos mercados selecionados;
- alinhar os interesses dos administradores aos interesses de longo prazo dos acionistas da Companhia; e
- ser simples, transparente e de fácil entendimento aos acionistas.

Conselho de Administração, Conselho Fiscal, comitês estatutários, de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

A filosofia e as políticas de remuneração se aplicam aos membros do Conselho de Administração e respectivos comitês, bem como aos membros do Conselho Fiscal.

O modelo de governança da Companhia e de suas controladas prevê um Conselho de Administração com atuação forte e alinhada aos interesses dos acionistas no curto, médio e longo prazo, e aportam valor à empresa pela combinação dos diferentes expertises, experiências e foco de atuação.

Os membros do Conselho de Administração, dos respectivos comitês e do Conselho Fiscal representam os interesses dos acionistas da Companhia e são profissionais diferenciados nos seus respectivos campos de atuação. Em função desta qualificação recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado.

A remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, dos respectivos comitês e do Conselho Fiscal, é determinada com base nos resultados de pesquisa de mercado realizada com empresas de porte e estrutura de capital similares, além de considerar o tempo de dedicação ao respectivo órgão da administração.

É praticada exclusivamente remuneração fixa para os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. Informamos ainda que não existe remuneração atribuída aos membros da Companhia pela participação nos comitês citados no quadro 12.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A Companhia aplica a mesma filosofia e estratégia de remuneração para Diretores Estatutários e Não Estatutários, que é oferecer uma remuneração justa aos seus executivos frente ao mercado comparativo, considerando o escopo de atuação e senioridade do ocupante, gerando uma oportunidade de ganho total diferenciada em função dos resultados do negócio no curto e longo prazo e do desempenho individual dos executivos, de forma a garantir a capacidade da empresa de atrair, reter e motivar os executivos, alinhando seus interesses aos dos acionistas.

Para atingir este objetivo, a Companhia adota uma abordagem segmentada por níveis organizacionais, definindo uma estratégia específica para cada linha de remuneração, de forma a equilibrar o impacto de cada elemento de remuneração às práticas de mercado e objetivos do negócio, garantindo a competitividade da remuneração total frente ao mercado.

A remuneração praticada para Diretores Estatutários e Não Estatutários é composta pela parcela de remuneração fixa (salário/pró-labore e benefícios) e remuneração variável (incentivo de curto e de longo prazo), conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração.

b. Composição da remuneração

A política de remuneração da Companhia segue a mesma filosofia para todas as suas controladas e prevê a mesma composição para todas elas.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Remuneração Fixa

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta, exclusivamente, por remuneração fixa. Já a remuneração da Diretoria é composta por remuneração variável e remuneração fixa. Aos membros dos comitês da Companhia, por sua vez, não é atribuído qualquer tipo de remuneração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria.

Salário ou pró-labore: tem como objetivo remunerar o escopo de atuação do cargo, bem como o desempenho do ocupante na função.

A estratégia da Companhia consiste em posicionar o salário base dos executivos em linha com a mediana do mercado de forma a equilibrar os custos fixos e garantir a competitividade para esta parcela de remuneração.

A Companhia utiliza a metodologia Hay de avaliação de cargos como ferramenta para estabelecer tanto o equilíbrio interno, definindo níveis que agrupam funções de porte, complexidade e impacto no negócio similares, quanto para estabelecer parâmetros precisos de comparação com o mercado.

As faixas salariais são definidas em função das referências de mercado com amplitudes (mínimas e máximas) que permitem reconhecer o desempenho dos ocupantes em relação ao valor de mercado da posição.

Benefícios diretos e indiretos: a Companhia tem uma política de benefícios que visa oferecer aos seus empregados programas de assistência médica, assistência odontológica, auxílio farmácia, seguro de vida em grupo, auxílio alimentação, plano de previdência privada entre outros, que somados a remuneração fixa e variável tornam o pacote de remuneração competitivo e atraente no mercado.

Benefícios Pós-Emprego: A Companhia oferece a todos os seus empregados a possibilidade de participar do plano de previdência privada, sendo de livre-escolha do colaborador esta opção, visando aumentar a atratividade do seu pacote de remuneração.

Outros (INSS): Mensalmente a Companhia contribui para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) atendendo a sua obrigatoriedade e resguardando seus empregados quanto a futura aposentadoria, necessidade de pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, entre outros.

Remuneração Variável

A remuneração variável praticada para os Diretores Estatutários e Não Estatutários é baseada no incentivo de curto e de longo prazo, conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração. Destaca-se que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem exclusivamente remuneração fixa.

Incentivos de Curto Prazo (“Bônus”): têm como objetivo incentivar e premiar em função do resultado do plano de negócio do ano, bem como reconhecer de forma meritocrática o desempenho individual dos executivos.

Além de reconhecer e premiar, o plano de incentivos de curto prazo funciona como uma ferramenta para garantir clareza e foco nos indicadores chave de resultados que assegurem a excelência da execução do plano de negócios.

A estratégia da Companhia é posicionar a oportunidade de ganho do programa no terceiro quartil de mercado para resultados em linha com o plano de negócios, podendo gerar uma oportunidade de ganho superior em função de resultados superiores do negócio e do desempenho individual dos executivos.

Os níveis de premiação alvo para resultados esperados, bem como os máximos, são definidos por nível organizacional em função dos valores e mix de remuneração praticados pelo mercado.

O plano prevê que anualmente após a aprovação do plano de negócios, sejam definidos os indicadores chave de resultados, financeiros e/ou de excelência operacional, os quais serão mensurados para efeito de remuneração.

Incentivos de Longo Prazo (“Remuneração Baseada em Ações”): O Programa de Bônus de Longo Prazo da Companhia (“ILP”) consiste na transferência de ações preferenciais pela Companhia aos beneficiários do programa, como consequência do cumprimento de metas anuais previamente estipuladas, ao longo dos anos de 2012 a 2015. Informamos ainda que, a Companhia requereu a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para a transferência de ações em tesouraria da Companhia, especificamente no que se refere ao Programa de Bonificação Especial de Longo Prazo, na forma do artigo 2º da Instrução CVM nº 10/80. O Colegiado da CVM deliberou por unanimidade (i) pela autorização para a transferência de ações em tesouraria da Companhia para os beneficiários do ILP, desde que atendidos todos os requisitos da Instrução CVM 10/1980, e (ii) pela necessidade de aprovação do plano de ILP da Companhia por Assembleia Geral. Contudo, buscando maior alinhamento com o novo ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio, o Plano de Incentivo de Longo Prazo esta sendo reformulado pela Companhia e Conselho de Administração.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na remuneração total dos administradores da Companhia para os períodos nela indicados:

<i>(em percentagem)</i>	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária
	2014			
Remuneração fixa	100,00	100,00	29,78	53,15
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	70,22	46,85
Remuneração Variável – ILP	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013			
Remuneração fixa	100,00	100,00	100,00	100,00
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável – ILP	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012			
Remuneração fixa	100,00	100,00	100,00	100,00
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração Variável – ILP	0,00	0,00	0,00	0,00

Considerando como Remuneração Fixa (Salário/Pró-Labore, benefício direto e indireto, benefício pós-emprego e outros (INSS).

Aos membros dos comitês da Companhia, por sua vez, não é atribuído qualquer tipo de remuneração.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A política de remuneração prevê a seguinte metodologia de cálculo para:

Remuneração fixa: para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária, a remuneração fixa é calculada a partir do valor do salário mensal x 13,33 que considera como remuneração fixa o 13º salário e o 1/3 de adicional de férias. Aos membros dos comitês da Companhia, por sua vez, não é atribuído qualquer tipo de remuneração. Para os Conselhos de Administração e Fiscal, é calculada a partir do honorário x 12. A remuneração fixa poderá ser ajustada de acordo com o resultado das pesquisas salariais realizadas, sem possuir obrigatoriedade, regra específica ou percentual fixos, porém objetivando manter a estratégia de competitividade da Cia.

Ressaltamos que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria.

Remuneração variável: A remuneração variável praticada para os Diretores Estatutários e Não Estatutários é baseada no incentivo de curto e de longo prazo, conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração. Destaca-se que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem exclusivamente remuneração fixa.

Benefícios Diretos e Indiretos: Considera todo o pacote de benefícios, sendo sua metodologia de cálculo e critérios de reajuste orientados conforme aprovação anual em acordo coletivo. Maior detalhamento dos benefícios oferecidos pode ser consultado no quadro 14.3 (b).

Benefícios Pós-Emprego: Mensalmente a Companhia contribui com valor equivalente ao contribuído pelo empregado ao plano de previdência privada, além de pagar integralmente as taxas de administração e seguro definidas pelo plano. O plano não prevê reajustes ao longo de sua vigência.

Outros (INSS): A parcela de INSS é calculada em função da remuneração recebida pelo colaborador. Nesta parcela estão inclusas as demais obrigações como SAT-Seguro de Acidente ao Trabalho, Inkra e Sebrae conforme estabelecido pelo Instituto Nacional de Seguro Social. Não existe regra de reajuste interno, seguindo apenas as normas e regras estabelecidas pelo Governo Federal.

Incentivos de Curto Prazo ("Bônus"): a parcela do Bônus é calculada a partir do alvo de remuneração variável (bônus target), que representa o valor pago no caso de resultados 100% em linha com as metas definidas para o ano. Os principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação dos incentivos de curto prazo são o Valor Econômico Adicionado ("EVA"), receita, EBITDA, entre outros, definidos anualmente pelo Conselho de Administração.

Incentivos de Longo Prazo ("Remuneração Baseada em Ações"):

Item não aplicável, tendo em vista que até o presente momento não foi realizada a transferência de ações no âmbito do Programa de Bônus de Longo Prazo da Companhia.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração fixa e variável é definida em função das referências de mercado que permitem reconhecer a senioridade dos ocupantes em relação ao valor de mercado da posição.

A Companhia utiliza pesquisas de remuneração executiva realizadas por consultorias independentes para determinação dos níveis de competitividade para as diversas linhas de remuneração (salários, benefícios, incentivos de curto prazo e longo prazo).

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. Já os Diretores, são elegíveis à remuneração variável, estando sujeitos a indicadores de desempenho, conforme descrito abaixo. Aos membros dos comitês da Companhia, por sua vez, não é atribuído qualquer tipo de remuneração.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus)

Os principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação dos incentivos de curto prazo são o EVA – Valor Econômico Adicionado, receita, EBITDA entre outros, definidos anualmente pelo Conselho de Administração. O resultado é determinado com base nos indicadores de Delta EVA, Crescimento da Receita Líquida, Dívida Bruta, EBITDA e Qualidade dos Serviços (representado pelo indicador Reclamações Anatel por Cliente).

Incentivo de Longo Prazo (remuneração baseada em ações)

O programa de bonificação de longo prazo, além da valorização do preço das ações da Companhia no mercado, considera como indicadores de desempenho o indicador de OFCF – Operating Free Cash Flow e o EVA – Valor Econômico Adicionado, estando desta forma, diretamente relacionado a valorização da Companhia.

Informamos ainda que, a Companhia requereu a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para a transferência de ações em tesouraria da Companhia, especificamente no que se refere ao Programa de Bonificação Especial de Longo Prazo, na forma do artigo 2º da Instrução CVM nº 10/80. O Colegiado da CVM deliberou por unanimidade (i) pela autorização para a transferência de ações em tesouraria da Companhia para os beneficiários do ILP, desde que atendidos todos os requisitos da Instrução CVM 10/1980, e (ii) pela necessidade de aprovação do plano de ILP da Companhia por Assembleia Geral. Contudo, buscando maior alinhamento com o novo ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio, o Plano de Incentivo de Longo Prazo está sendo reformulado pela Companhia e Conselho de Administração.

Não existem indicadores de desempenho vinculados para a determinação do salário base, benefícios e qualquer outra componente de remuneração.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. Já os Diretores, são elegíveis à remuneração variável, estando sujeitos a indicadores de desempenho, conforme descrito abaixo. Aos membros dos comitês da Companhia, por sua vez, não é atribuído qualquer tipo de remuneração.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus): tem como objetivo incentivar e premiar, em função do resultado do plano de negócio do ano, bem como reconhecer de forma meritocrática o desempenho individual dos executivos. O plano de incentivos de curto prazo (ICP) funciona como uma ferramenta para garantir clareza e foco nos indicadores chave de resultados (KPIs) que irão garantir a excelência da execução do plano de negócios.

Incentivo de Longo Prazo (remuneração baseada em ações): tem como objetivo estimular o atendimento às metas Corporativas de médio e longo prazo, proporcionando aos executivos uma participação no desenvolvimento da Companhia, alinhando os seus interesses com aqueles dos acionistas. Além disto, o programa de ILP possibilita à Companhia atrair e reter profissionais de primeira linha, oferecendo-lhes a oportunidade de serem recompensados em função da geração de valor para os acionistas.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração da Companhia oferece uma remuneração justa aos seus executivos frente ao mercado comparativo, considerando o escopo de atuação e senioridade do ocupante. A oportunidade de ganho total diferenciada ocorre em função dos resultados do negócio no curto, médio e longo prazo e do desempenho individual dos executivos nesses resultados, de forma a garantir a capacidade da empresa de atrair, reter e motivar os executivos, alinhando os seus interesses aos dos acionistas.

Nesse sentido, a remuneração variável de incentivo de curto prazo alinha-se aos interesses da Companhia de curto prazo enquanto a remuneração variável de longo prazo está alinhada aos interesses da Companhia de médio e longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não existem parcelas de remuneração recebidas por administradores e demais pessoas citadas no caput item "13.1" deste Formulário de Referência em função do exercício do cargo no emissor, que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos, não obstante as parcelas de remuneração não relacionadas ao cargo no emissor conforme detalhamento do quadro "13.15" deste Formulário de Referência.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há previsão de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social Corrente - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	17,00	10,00	5,00	32,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.369.802	10.822.500	605.455	19.797.756,23
Benefícios direto e indireto		168.550		168.549,64
Participações em comitês				
Outros		1.462.207		1.462.207,24
Remuneração variável				
Bônus		19.980.000		19.980.000,00
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		500.815		500.815,29
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Total da remuneração	8.369.801,68	32.934.072,16	605.454,55	41.909.328,39
Observação: Dados informados conforme política de Remuneração prevista para 2015.				

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15,33	3,42	4,33	23,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.113.386,66	4.759.638,89	421.200,00	11.294.225,55
Benefícios direto e indireto		246.005,22		246.005,22
Participações em comitês				
Outros		643.065,69		643.065,69
Remuneração variável				
Bônus		13.549.397,00		13.549.397,00

Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		97.984,84		97.984,84
Cessação do cargo				
Baseada em ações				0,00
Total da remuneração	6.113.386,66	19.296.091,64	421.200,00	25.830.678,30
Observação:	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	16,00	5,83	4,83	26,67
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.785.587,12	7.986.393,13	439.000,00	13.210.980,25
Benefícios direto e indireto		567.240,69		567.240,69
Participações em comitês				
Outros		1.487.605,14		1.487.605,14
Remuneração variável				
Bônus		-		0,00
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		164.516,14		164.516,14
Cessação do cargo				
Baseada em ações				0,00
Total da remuneração	4.785.587,12	10.205.755,10	439.000,00	15.430.342,22

Observação:	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014
--------------------	---	---	---

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	13,50	8,00	4,25	25,75
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.201.739,85	8.134.078,23	273.535,23	11.609.353,31
Benefícios direto e indireto		782.001,93		782.001,93
Participações em comitês				
Outros		2.082.957,89		2.082.957,89
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		288.397,58		288.397,58
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Total da remuneração	3.201.739,85	11.287.435,62	273.535,23	14.762.710,70
Observação:	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2014	

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

As tabelas abaixo indicam a remuneração variável relativa aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012:

Exercício Social encerrado em dezembro de 2014

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Total</u>
Número de Membros	15,33	3,42	4,33	23,08
Em relação ao Bonus:				
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	18.301.386,24	-	18.301.386,24
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	9.150.693,12	-	9.150.693,12
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	13.549.397,00	-	13.549.397,00
Em relação a Participação nos Resultados	-	-	-	-
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	0,00	-	0,00

Exercício Social encerrado em dezembro de 2013

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Total</u>
--	--------------------------------------	------------------	----------------------------	--------------

Número de Membros	16,00	5,83	4,83	26,67
Em relação ao Bonus:				
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	18.745.656,00	-	18.745.656,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	9.372.828,00	-	9.372.828,00
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	0,00	-	0,00
Em relação a Participação nos Resultados				
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	0,00	-	0,00

Exercício Social encerrado em dezembro de 2012

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>	<u>Conselho Fiscal</u>	<u>Total</u>
Número de Membros	13,50	8,00	4,25	25,75
Em relação ao Bonus:				
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	17.906.568,00	-	17.906.568,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	8.953.284,00	-	8.953.284,00
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	0,00	-	0,00

Em relação a Participação nos Resultados				
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	0,00	-	0,00

Os membros do Conselho de Administração e Fiscais não são elegíveis à remuneração variável.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente informamos que:

a) Termos e condições gerais

O Programa de Bônus de Longo Prazo da Companhia (“ILP”) consiste na transferência, de ações preferenciais pela Companhia aos beneficiários do programa, como consequência do cumprimento de metas anuais previamente estipuladas, ao longo dos anos de 2012 a 2015.

Informamos, ainda, que a Companhia requereu a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para a transferência de ações em tesouraria da Companhia, especificamente no que se refere ao Programa de Bonificação Especial de Longo Prazo, na forma do artigo 2º da Instrução CVM nº 10/80. O Colegiado da CVM deliberou por unanimidade (i) pela autorização para a transferência de ações em tesouraria da Companhia para os beneficiários do ILP, desde que atendidos todos os requisitos da Instrução CVM 10/1980, e (ii) pela necessidade de aprovação do plano de ILP da Companhia por Assembleia Geral. Contudo, buscando maior alinhamento com o novo ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio, o Plano de Incentivo de Longo Prazo esta sendo reformulado pela Companhia e Conselho de Administração.

O plano de remuneração tem caráter de longo prazo e está baseado no conceito de que o resultado de longo prazo é alcançado através da execução das metas anuais de forma consistente e sustentável.

Participam do ILP os diretores estatutários aprovados. Os membros do Conselho de Administração da Companhia não são elegíveis ao ILP.

O respectivo plano é composto de duas parcelas: parcela “A” e parcela “B”, com indicadores e ciclos de mensuração distintos conforme descrito abaixo:

Parcela A

A parcela "A" corresponde ao valor de partida, equivalente a 2 (dois) targets *pro rata tempore* definidos para o grupo no qual o beneficiário estiver elegível no Programa de Bônus Executivo da Companhia.

A efetiva transferência das ações da parcela "A" está condicionada ao atingimento das metas estratégicas de longo prazo estabelecidas para o plano, de modo que a eventual transferência de ações ocorrerá, de uma só vez, ao final do período de vigência do ILP, em 2016, caso todas as metas sejam atingidas.

Parcela B

A parcela "B" é definida anualmente, durante o ciclo 2012-2015, conforme *matching* (1 para 1) do valor efetivamente pago no programa de Bônus Executivo do período.

A efetiva transferência das ações da parcela "B" está condicionada ao atingimento das metas estratégicas de longo prazo estabelecidas para o plano, de modo que a eventual transferência de ações ocorrerá, de uma só vez, ao final do período de vigência do ILP, em 2016, caso todas as metas sejam atingidas.

A soma das parcelas "A" e "B" representa o valor total a ser utilizado como referência para se apurar o número máximo de ações a que poderá fazer jus cada beneficiário, caso cumprida a totalidade das metas estratégicas.

A transferência das ações apenas ocorrerá em 2016 e está condicionada ao cumprimento de metas anuais previamente estipuladas, ao longo dos anos de 2012 a 2015.

Metas Estratégicas

O atingimento das metas estratégicas é condição *sine qua non* para a definição da quantidade de ações reservadas a ser liberada para os beneficiários.

No caso do atingimento total das duas metas estratégicas, será transferida ao participante a integralidade das parcelas "A" e "B". No caso de atingimento de apenas uma das duas Metas estratégicas, serão transferidas ao participante ações da Companhia em quantidade equivalente a 50% do valor total das parcelas "A" e "B". Caso nenhuma das duas metas sejam alcançadas não haverá transferência de ações.

Ajustamentos

Embora as ações reservadas não sejam de propriedade dos beneficiários até a apuração das metas estratégicas, o plano prevê que os ganhos auferidos por um acionista ao longo do período de apuração (2012-2015) sejam incorporados ao plano. Desta forma, o valor equivalente à distribuição de resultados aos

acionistas (dividendos, bonificações, juros sobre capital próprio (“JCP”) ou qualquer pagamento equivalente aos mesmos), serão convertidos em ações e reservados para cada participante, tomando-se por base o preço da ação na data de aprovação da referida distribuição pelo órgão societário competente.

b) Principais objetivos do plano

O ILP tem o objetivo de promover alto engajamento de seus executivos e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas estratégicas, garantindo ainda o alinhamento e a permanência dos mesmos no médio e longo prazo.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O ILP estimula o atingimento das metas estratégicas para os anos de 2012 a 2015, através da transferência, em 2016, de ações de emissão da Companhia aos beneficiários do programa, sempre condicionada ao cumprimento das metas estipuladas no ILP, o que será aferido ao final do período de vigência da Política. Desta forma, o ILP promove o engajamento e comprometimento de seus executivos a longo prazo, uma vez que proporciona aos beneficiários uma participação no desenvolvimento da Companhia e a oportunidade de serem recompensados em função da geração de valor para os acionistas.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O ILP é parte de um conjunto de instrumentos de remuneração, retenção e alinhamento dos Executivos da Companhia. Este plano é classificado como um incentivo de longo prazo, parte integrante da remuneração variável dos Executivos, pois a transferência das ações de emissão da Companhia para o beneficiário está condicionada ao cumprimento das metas estabelecidas para os anos de 2012 a 2015, o que será aferido ao final do período de vigência da política.

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O ILP é baseado no atingimento das metas estratégicas da Companhia para os anos de 2012 a 2015, através da transferência, em 2016, de ações de emissão da Companhia aos beneficiários do programa, sempre condicionada ao cumprimento das metas estipuladas no plano. Com isso, o ILP oferece aos beneficiários do ILP a oportunidade de serem recompensados através da geração de valor para os acionistas, alinhando os seus interesses aos dos acionistas.

f) Número máximo de ações abrangidas

A estimativa base da Companhia é de que aproximadamente 19 milhões de ações preferenciais, correspondente a 2,26% do total de ações que compõem o capital social serão transferidas aos beneficiários do ILP.

Porém, em razão da estrutura de remuneração aprovada para o ILP, que estabelece que parte das ações a serem transferidas seja calculada com base na cotação média dos 30 pregões anteriores à data do efetivo pagamento do Bônus Executivo referentes a cada um dos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, não há como se precisar antecipadamente o número total de ações que poderão ser efetivamente transferidas aos beneficiários, ainda que se suponha o atingimento de todas as metas da Companhia.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica. O ILP não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, uma vez que não há, de fato, a outorga de uma opção de compra, mas uma transferência de ações condicionada ao cumprimento de metas estratégicas previamente estabelecidas.

h) Condições de aquisições de ações

A transferência das ações apenas ocorrerá em 2016 e está condicionada ao cumprimento de metas estratégicas.

O atingimento das metas estratégicas é condição *sine qua non* para a definição da quantidade de ações reservadas a ser liberada para os beneficiários.

No caso do atingimento total das duas metas estratégicas, será transferida ao participante a integralidade das parcelas "A" e "B". No caso de atingimento de apenas uma das duas Metas estratégicas, serão transferidas ao participante ações da Companhia em quantidade equivalente a 50% do valor total das parcelas "A" e "B". Caso nenhuma das duas metas sejam alcançadas não haverá transferência de ações.

As metas estratégicas e seus respectivos pesos para efeito do pagamento das parcelas A e B foram definidos conforme abaixo:

a) O OFCF (*Operating Free Cash Flow*), com peso de 50% do total de ações reservadas, é constituído pelo resultado da equação que considera o EBITDA (Resultado antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) de cada ano, menos os investimentos realizados (CAPEX Econômico) mais as receitas obtidas com as vendas de ativos, desde que aprovadas para este fim. A meta é atingir o alvo de geração de caixa operacional livre no período 2012-2015.

b) EVA, com peso de 50% do total de ações reservadas, é uma estimativa de Lucro Econômico depois de subtrair todas as despesas operacionais, inclusive o custo do Capital empregado na operação. Já o Delta EVA mede a variação entre o EVA do ano corrente e do ano anterior. A meta é atingir o alvo de variação do EVA no período 2012-2015.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Parcela A: A quantidade de ações reservadas para esta parcela tem como base o valor médio da cotação da ação OiBR4 no período compreendido entre os dias 09 e 30 de abril de 2012 ajustado pela distribuição de dividendos ocorrida em maio de 2012.

Parcela B: quantidade de ações reservadas para esta parcela terá como base o preço do fechamento médio diário dos 30 (trinta) pregões anteriores à data do efetivo pagamento de Bônus Executivo em cada ano. Caso ocorra distribuição de resultados aos acionistas (dividendos, bonificações, juros sobre capital próprio ("JCP"), ou qualquer pagamento equivalente aos mesmos, durante o período dos 30 (trinta) pregões anteriores à data de pagamento do Bônus Executivo Anual (Parcela B), o preço da ação será calculado tomando-se por base o fechamento médio diário ajustado (ex-dividendos) deste período.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não se aplica. Por se tratar de transferência de ações de emissão da Companhia, o ILP não possui prazo para exercício das ações. A efetiva transferência de ações está condicionada ao cumprimento das metas estratégicas e, se houver, ocorrerá ao final do período de vigência da política, em 2016.

k) Restrições à transferência das ações

A transferência das ações aos beneficiários do plano, caso ocorra, será somente efetuada em 2016 e está condicionada ao cumprimento, ao longo dos anos de 2012 a 2015, de metas previamente estipuladas.

l) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

A ocorrência de qualquer evento que implique na mudança ou dispersão do controle acionário da Companhia existente na data da aprovação do ILP poderá ocasionar a suspensão, alteração ou extinção do mesmo.

m) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O beneficiário deverá permanecer no pleno exercício de suas funções, de maneira ininterrupta, até o dia 31 de dezembro de 2015.

Caso o beneficiário por interesse próprio venha a se desligar dos quadros de empregados da Companhia por sua iniciativa ou for desligado por iniciativa da Companhia, antes de 31 de dezembro de 2015, não será devida a entrega do eventual saldo de ações referente ao ILP, mesmo que pro rata mês.

Informamos ainda que, a Companhia requereu a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM para a transferência de ações em tesouraria da Companhia, especificamente no que se refere ao Programa de Bonificação Especial de Longo Prazo, na forma do artigo 2º da Instrução CVM nº 10/80. O

Colegiado da CVM deliberou por unanimidade (i) pela autorização para a transferência de ações em tesouraria da Companhia para os beneficiários do ILP, desde que atendidos todos os requisitos da Instrução CVM 10/1980, e (ii) pela necessidade de aprovação do plano de ILP da Companhia por Assembleia Geral. Contudo, buscando maior alinhamento com o novo ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio, o Plano de Incentivo de Longo Prazo esta sendo reformulado pela Companhia e Conselho de Administração.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal somente detêm ações em relação à Companhia, não possuindo participações acionárias nas controladas.

Ações emitidas pela Companhia – 31 de dezembro de 2014

Acionistas	ON	PN
Conselho de Administração	780	861
Diretoria Estatutária	1.446	19
Conselho Fiscal	600	3000
Total	2.826	3.880

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que até o presente momento não foi realizada a transferência de ações no âmbito do Programa de Bônus de Longo Prazo da Companhia.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não aplicável. O ILP não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, uma vez que não há, de fato, a outorga de uma opção de compra, mas uma transferência de ações condicionada ao cumprimento de metas estratégicas previamente estabelecidas.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável tendo em vista que: (i) O ILP não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, uma vez que não há, de fato, a outorga de uma opção de compra, mas uma transferência de ações condicionada ao cumprimento de metas estratégicas previamente estabelecidas; e (ii) até o presente momento não foi realizada a transferência de ações no âmbito do Programa de Bônus de Longo Prazo da Companhia.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável tendo em vista que: (i) O ILP não é equiparável a um programa de opções de compra de ações, uma vez que não há, de fato, a outorga de uma opção de compra, mas uma transferência de ações condicionada ao cumprimento de metas estratégicas previamente estabelecidas; e (ii) até o presente momento não foi realizada a transferência de ações no âmbito do Programa de Bônus de Longo Prazo da Companhia.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia é patrocinadora dos planos de previdência Fundados/Alternativo, BRTPREV e TCSPREV. No entanto, nenhum dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal pertencem aos referidos planos e os mesmos estão fechados para novas adesões desde 31 de dezembro de 2009. As informações apresentadas no quadro 13.2 deste Formulário de Referência referem-se a planos de previdência patrocinados por outras empresas do grupo conforme planos citados na seção 14 deste Formulário de Referência.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A eficácia do presente item encontra-se suspensa em relação aos associados do IBEF, em razão de liminar deferida pela 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça no âmbito da Medida Cautelar 17350, número único 0168534-66-2010.3.00.0000 ajuizada pelo IBEF.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não há qualquer remuneração baseada em contratos para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			
	2014	2013	2012
Conselho de Administração	94,35%	95,38%	65,60%
Diretoria Estatutária	0,00%	40,21%	0,00%
Conselho Fiscal	40,00%	39,77%	31,37%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	2.117.833	-	-	2.117.833
Controladas da Companhia				

Sociedades sob controle comum				
-------------------------------	--	--	--	--

2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	1.985.750	-	-	1.985.750
Controladas da Companhia	43.537	3.110.534	-	3.154.071
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item “13”.